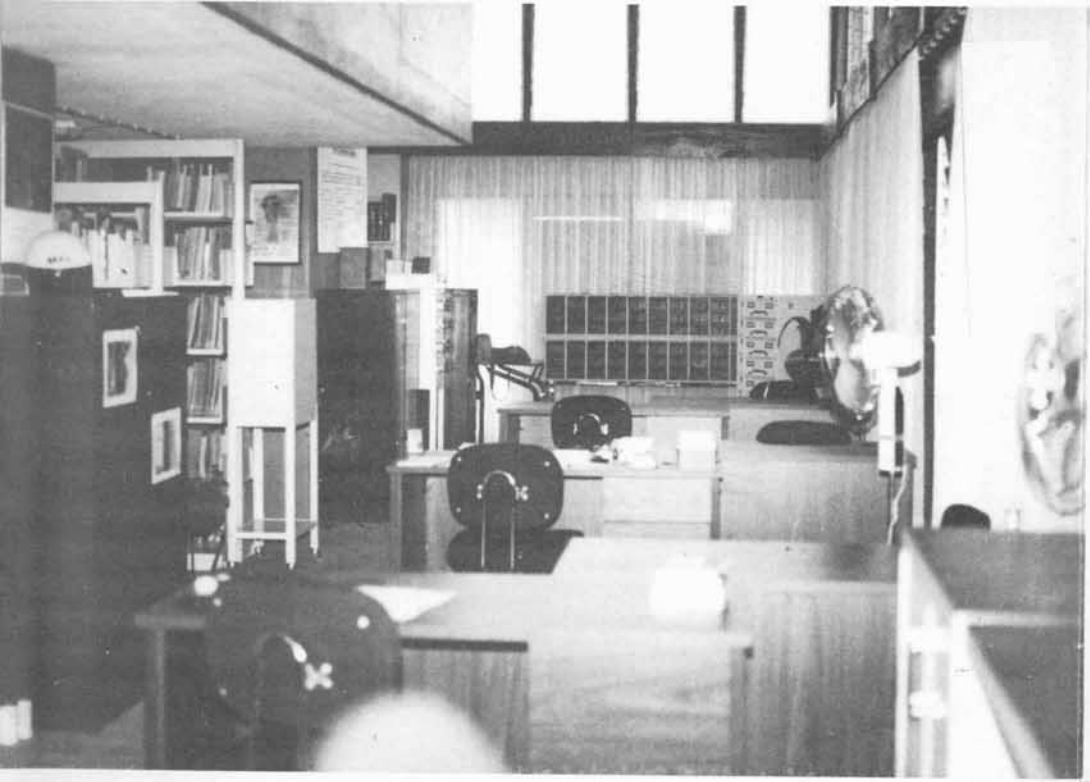
revista de estudos guineenses

n. 7 jan. 89

SORONDA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

I
N
E
P

Estimular a investigação científica em todos os domínios
em ordem a reforçar a consciência nacional
e promover o desenvolvimento económico
Centralizar toda a documentação disponível
colocando-a ao serviço do estudo e da pesquisa
Coordenar os projectos de investigação em curso no país

SORONDA
REVISTA DE ESTUDOS GUINEENSES

SUMÁRIO

Editorial 3

● **Resistências Africanas ao controle do território** 5
Alguns casos da Costa da Guiné no séc. XIX
Carlos Lopes

● **O Kaabú** 17
Uma das grandes entidades do Património Histórico Senegambiano
Mamadú Mané

● **Conflitos interétnicos** 31
Dissolução e reconstrução de unidades políticas nos rios da Guiné e de
Cabo Verde (1840-1899)
Carlos Cardoso

● **A política externa da Guiné-Bissau** 63
Jorge Cabral

● **Documentos** 85
Estratégia para o desenvolvimento do sector da educação

● **Actividades do INEP** 103

● **Notas de leitura** 109
Os filhos da revolução
Ana Maria Delgado

Os artigos constantes desta revista podem ser reproduzidos parcialmente desde que citada a fonte. A reprodução total de qualquer artigo é sujeita a autorização escrita do editor.

EDITORIAL

No momento em que são elaborados e seleccionados os artigos que devem constituir este sétimo número da nossa Revista de Estudos Guineenses está-se a preparar a realização de um acontecimento importante na vida académica dos guineenses: o Colóquio Internacional sobre a História de Cacheu. Este evento que irá reunir especialistas de vários quadrantes do mundo (Brasil, Portugal, Senegal, Estados Unidos da América, França, Cuba) terá certamente a sua importância , para o povo da Guiné-Bissau em geral na medida em que a história entendida como ciência não é senão a reconstituição sistemática e intelectual de acções levadas a cabo por indivíduos ou grupos de indivíduos num determinado momento da sua vida. Mas ele será sobretudo um forum que permitirá aos especialistas reflectir e discutir sobre o passado de um agrupamento humano que, num determinado momento da sua história foi obrigado a relacionar-se de uma forma específica com outros povos, culturas e civilizações. Com efeito, Cacheu foi historicamente o lugar geográfico-político onde se realizaram os primeiros contactos entre os povos africanos e europeus nesta zona de África que hoje constitui o território da Guiné-Bissau, e onde se iniciou a colonização da Guiné, e , nessa medida, é o ponto a partir do qual a história da Guiné se articula com a de outros povos europeus, em especial a dos portugueses. Os três subtemas escolhidos pelo INEP na qualidade de organizador deste evento (1.História de Cacheu e dos Rios da Guiné, 2.Aspectos económicos e sociais, 3.Aspectos culturais e linguísticos) permitirão certamente abordar aspectos importantes relacionados com o tema, ligar o passado com o presente, e sobretudo extrair os ensinamentos para a construção do futuro. A definição das linhas orientadoras do desenvolvimento económico, social e cultural de um povo deve pois inspirar-se no seu passado, pois

é através da história que este reconhece a sua identidade e é nela que ele se baseia para enfrentar os desafios que o presente impõe. É neste sentido que as Ciências Históricas assumem um lugar particular no quadro do desenvolvimento das ciências sociais na Guiné-Bissau, contribuindo para fornecer os conhecimentos indispensáveis à consolidação da consciência histórica.

Mas, para que as ciências históricas possam jogar esse papel é importante que os conhecimentos por elas elaborados ultrapassem o senso comum e não sejam considerados como um estado mas sim como um processo - processo complexo de adaptação activa e criadora do homem ao meio envolvente, implicando articulações entre prática e pensamento, vivências e representações /operações simbólicas. No sentido de Émile DURKHEIM, cumpre ao cientista, definindo rigorosamente os seus conceitos, submetendo as suas hipóteses à comprovação empírica, contrariar as interpretações vulgares, e mormente os elementos metafísicos, psicologistas e individualistas nelas implicadas. Estes princípios epistemológicos devem ser tidos em consideração sobretudo quando se trata de reconstituir períodos históricos recentes, cujos protagonistas ainda se encontram vivos e continuam a poder influenciar decisivamente o curso da história. Nestas circunstâncias torna-se extremamente difícil a tarefa do Historiador. Mas esta dificuldade não o isenta da responsabilidade que lhe é atribuida pela sociedade, como um elemento importantíssimo na formação e consolidação de uma consciência histórica o menos invertida possível.

Os artigos apresentados neste número, apesar de abordarem temas diversos e eventualmente expressarem pontos de vista divergentes sobre os mesmos assuntos, reflectem uma preocupação comum dos autores, preocupação esta que consiste em querer fornecer alguns elementos indispensáveis à compreensão do nosso passado e lançar um debate franco sobre questões controversas que dele fazem parte.

RESISTÊNCIAS AFRICANAS AO CONTROLE DO TERRITÓRIO

Alguns casos da Costa da Guiné no Séc. XIX

Carlos LOPES(*)

Comunicação apresentadada na Reunião Internacional de História de África IICT/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, realizada em Outubro de 1988, em Lisboa.

1. O Kaabú

Todas as fontes são unânimes em concordar sobre a grande importância económica que o poder malinké tinha na região compreendida entre os rios Gâmbia e Corubal, do século XV ao século XVIII. Este poder é atribuido tanto ao **Kantor,** como ao **Kaabú** e **Brasu.** Através da recolha de informações junto das fontes disponíveis é possvel afirmar que o Kaabú dominou também o Kantor e o Brasu a um dado momento das suas existências. Isto leva-nos a pensar que tal poder central malinké reconhecido nesta região até ao princípio do século XVIII, é de facto o da Mansaya Kaabunké (1).

(*)Carlos Lopes é doutorado em História de África pela Universidade de Paris - Panthéon - Sorbonne. Foi director do INEP e actualmente desempenha o cargo de Conselheiro para Assuntos de Cooperação Técnica em África do Departamento Regional para a África do PNUD, em Nova Iorque.

A criação do Kaabú está ligada à expansão do Império do **Mali** de **Sunjata Keita** e um dos seus guerreiros - **Tiramakan Traore** - parece ter sido o fundador do Estado Kaabunké, nas planícies da Alta Costa da Guiné. Duas razões podem explicar os laços existentes entre o Kaabú e o Mali: a atracção do mar, e o comércio do ouro de Bambuk e do sal.

Por outro lado o Kaabú teria representado uma «tábua de salvação» para um Mali já em decadência, o que permitiria, mais tarde, a independência do primeiro em relação ao segundo.

A chegada dos europeus - e em particular dos portugueses - «aos rios da Guiné» (séc. XV) originará o nascimento de novos eixos comerciais que estarão na base do desenvolvimento do Kaabú. No entanto, o Kaabú não teria podido resistir às vicissitudes do tempo se não tivesse sabido desenvolver um sistema político específico. Desde o seu nascimento o kaabú criou uma rotação do poder entre três clãs de malinkés nobres - um **Sané** e dois **Mané** - até ao século XIX. Os **Nyantio** regiam-se por regras de sucessão matrilineares e tinham incorporado na sua construção ideológica vários elementos culturais bastante próximos das etnias da região.

Os malinkés, recém-chegados a essa terra, levaram até ao extremo a malinkização (ou mandinguização) das outras etnias, tanto no que se refere à mestiçagem biológica, cultural, como as diferentes formas de associação ao poder político. Isto não impediu o desenvolvimento de uma economia cada vez mais vinculada ao comércio de escravos (que na sua maior parte vinham do Alto Niger) - e que dependia muito mais dos **Dyula** - os especialistas do comércio de longa distância - que dos europeus.

O Kaabú pôde assim exercer um controlo seguro do território que está na origem da importância do seu impacto, que aliás é menos espectacular do que se pretende fazer crer.

As mudanças no comércio internacional e nomeadamente a reorientação do comércio atlântico para os produtos «legais» (2) atingiu fortemente o Kaabú. De facto, a diminuição da procura de escravos, mas também a substituição da Alta Costa da Guiné pela «feitoria» da Mina para o comércio do ouro, provocaram uma maior dependência do poder kaabunké em relação aos Dyula. Estes últimos puderam aproveitar esta conjuntura e tomaram consciência do interesse de diversificar as alianças e sobretudo de finalmente estabelecerem a paz com os poderes «locais» que se tinham autonomizado por todo o lado.

A diminuição do fluxo de escravos obrigou o Kaabú a aumentar a pressão («razzias») sobre os povos que ele melhor controlava, diminuindo a representação do seu poder e provocando uma independência militar

de vários chefes Nyantio, pois estes últimos, em virtude de terem constituido exércitos fortes sentiam-se livres de os utilizar em seu benefício directo, e não em benefício da Mansaya Kaabunké.

E foi justamente a estratégia de multiplicação das perseguições («razzias») que esteve na origem da perda do controlo do território pela Mansaya Kaabunké: as aldeias autonomizaram-se, a defesa foi localizada, o poder «central» deixou de oferecer garantias.

O interesses coloniais franceses e portugueses ajudando várias etnias e estruturas políticas vão querer autonomizar-se, e os chefes teocráticos fulas do Futa-Jalo estarão na base da revolta anti-Nyantio.

Apesar das condições para uma tal agitação existirem desde o século XVIII (nomeadamente em virtude da crise do sistema de rotatividade clânica do poder Kaabunké) só em 1867 é que os chefes fulas mestiços **Alfa Yaya** e **Musa Molo** irão pôr fim ao Kaabú, na famosa batalha da **Kansala** ou **Turban Kelo**.

O último **Kaabú - Mansa - Bá** (3), *Janké Wali*, animista ferranho, transformará esta batalha num acto de fé anti-muçulmano. O islão, que sempre teve um papel influente no desenvolvimento do Kaabú (mantendo-se no entanto minoritário) ficou desta forma associado ao golpe final sobre a Mansaya.

O fim do Kaabú simbolizará também o fim de um período histórico - que poderemos designar por pré-colonial (4) - pois, doravante, será tomado em consideração um outro conceito de espaço e de poder.

2.Os colonialismos invasores

O verdadeiro fim do Kaabú e início do colonialismo coincidem no tempo. Um e outro estão ligados, pois eles forjaram o seu desenvolvimento no tráfico de negros. O fim deste foi o princípio do fim do Kaabú. Os colonos tinham no entanto uma estratégias económica alternativa. Neste fim do século XIX, os colonialismos vão intervir directamente no jogo político com o objectivo - convicto - de controlar o território.

A Conferência de Berlim está concerteza por detrás destes objectivos, na verdade não tão novos como pareciam, mas agora redinamizados por uma feroz concorrência entre as potências coloniais. Doravante, a lei do controlo efectivo do território é a única que terá valor e cada uma das potências coloniais vê-se na obrigação de fornecer as provas desse controlo.

Os europeus vão, agora, utilizar duas estratégias que se completam: a celebração de tratados com os chefes locais e a manipulação de conflitos entre os poderes políticos autóctones. Tanto uma estratégia como a outra

tinham o objectivo de destruir toda a autonomia local, não só em termos políticos, mas também económicos.

Numa próxima oportunidade seria desejável rever o conjunto dos documentos disponíveis sobre este período, que consultámos muito rapidamente, por não referirem o Kaabú. No entanto, pensamos que é importante poder analisar as consequências da penetração colonial, a fim de melhor poder compreender a ligação entre a queda do Kaabú e o início da colonização.

Na realidade, a invasão dos colonos europeus era já visível antes da queda de Kansala. Estes já intervinham através de alianças comerciais e em particular no que se referere à venda de armas. Eles tinham também contribuido para a reorganização dos circuitos tradicionais de comércio, incentivando os Papéis a tornarem-se intermediários políticos, contra os interesses Malinké que controlavam o comércio longínquo, e de que, portanto, eram adversários.

Por exemplo, o facto de **Samori** ser o grande opositor dos franceses não era uma coincidência: ele era um Dyula e como tal via nos finais do século XIX os Franceses não só como concorrentes políticos, mas também como concorrentes dos seus interesses, os interesses dos Dyula.

O comércio dito «legítimo» que passa a predominar nas trocas só era possível com uma ocupação territorial. É ele que vai permitir o avanço da monetarização. As novas estratégias económicas voltar-se-ão para a exploração da mão-de-obra local e sobre a sua utilização como mercadoria de troca. George Brooks estudou em pormenor o que se passou com o comércio do amendoim e as suas conclusões ilustram esta nova forma de dependência (5).

O amendoim foi exportado pela primeira vez da feitoria de Bolama em 1846, mas da Gâmbia já o era desde 1830. Os primeiros créditos para o cultivo de amendoim na Gâmbia eram provenientes da empresa britânica Forster & Smith London, que monopolizava uma boa parte do comércio de produtos oleaginosos de que não queria perder o controlo.

Os franceses depressa se interessaram por estes «pistaches de terre» e o Barão Rouger levou a cabo pesquisas sobre o potencial desta nova cultura. Quando em 1836 o General Bernard visitou a península do Cabo Verde e encontrou um certo Baudin que experimentava diferentes produtos tropicias, provenientes de outras regiões, tomou consciência da importância que o amendoim poderia ter para a França. E disse-o ao Ministro da Marinha. Este será apenas o primeiro passo.

Os portugueses seguiram o exemplo e em 1846 a famosa Nhara Aurélia Correia tinha uma respeitável plantação em Bolama, assim

como João Marques de Barros, que era também um importante comerciante.

Bouet-Willaumez assinalou em seguida (1848) um importante comércio deste produto através de Cacheu, Bissau e o Rio Grande e de certeza não se tratavam de plantações isoladas. De facto, eram as próprias populações que se introduziam no sistema e substituiam o amendoim por antigos valores de troca. Implantava-se um novo mecanismo de troca desigual. E era esta a grande mudança económica desejada pela presença colonial.

As novas formas de acumulação respondiam melhor aos desejos dos comerciantes afro-portugueses (que não controlavam o comércio de escravos) e aos próprios europeus que viam os seu comércio expandir-se. Sobre o terreno político, esta política comercial permitia apreender melhor a verdadeira influência de cada um. E o Governador Faidherbe do Senegal declava em Junho de 1860 que a dominação comercial francesa era o único facto evidente na região: «A bandeira francesa é a única que se vê mesmo nos estabelecimentos portugueses e ingleses» (6).

Segundo todos os documentos disponíveis; a presença portuguesa foi bastante reduzida e a sua influência muito limitada em virtude dos Portugueses não terem sabido negociar com os grandes chefes locais, como o fizeram os franceses.

Segundo Andrade Corvo que escreve em 1884, a Guiné era um território onde raramente havia paz:

«Alli há a accrescentar a tudo o mais, as difficuldades que nascem do immediato contacto de um gentio barbaro e indomito que raramente está em completa paz, e que muitas vezes abusa da nossa falta de força na Senegâmbia portugueza. Não devemos iludir nos acerca das condições do nosso domínio na Guiné; e para isso basta ler os últimos documentos officiaes que sobre o assumpto se publicaram»(7).

A situação era caótica e o controlo real era rudimentar. Segundo Corvo, havia conselhos de Bissau, Bolama, Cacheu; Geba dependendo do primeiro, do segundo Buba e do terceiro Farim e Ziguinchor. «São estes actualmente os estabelecimentos que temos nos extremos domínios da Guiné, ou aqueles para ocorrer a qualquer eventualidade», diz Corvo.

E as eventualidades eram numerosas se analisarmos os relatórios dos Governadores portugueses (8).

Foi com Honório Barreto que os Portugueses encontraram um pouco de paz. Barreto era um afro-português, e a sua cor negra e o seu conhecimento do país e dos Portugueses faziam dele um homem capaz de servir de intermediário. Os seus escritos sobre o estado das possessões

portuguesas são documentos extremamente críticos da política colonial portuguesa, lamentando a falta de eficiência em relação ao comportamento da França.

Honório Barreto foi obrigado a comprar terrenos que depois doou à coroa portuguesa e que constituiam as únicas propriedades portuguesas do século XIX, para além dos perímetros dos entrepostos e «Praças fortes». Em 1879, os Portugueses decidiram conceder uma relativa autonomia ao Governo destas possessões portuguesas: doravante, elas não dependeriam das Ilhas de Cabo Verde, mas directamente da metrópole (Lisboa). O objectivo evidente era o de evitar o pior.

Um dos reflexos da fraqueza portuguesa era a necessidade de negociar um acordo de fronteiras com os Franceses a fim de delimitar a soberania de cada potência colonial. Participando em Berlim numa posição de fraqueza, Portugal sabia que as suas oportunidades de obter qualquer acordo com a França dependiam da aceitação da redução da sua influência. Assim, o Acordo Luso-Francês de 1886 legitimou os direitos da França sobre o **Futa-Jalo** e a **Casamansa**, confirmando uma partilha definitiva do espaço Kaabunké.

Os Portugueses tentaram assinar tratados no **Foriá** para controlar a integralidade desta região, mas tiveram problemas com **Bakar Kidali**. Um dos indícios que nos demonstram tal situação é o ataque de **Mamadu Paté de Koyade** ao entreposto de Buba (9). Por outro lado os Portugueses não intervieram nas lutas intestinas do Foriá, mas apoiaram directamente os escravos a se revoltarem contra os seus mestres, fornecendo-lhes armas.

No Futa-Jalo e no **Labé**, o momento político era importante em virtude das sucessões, e a luta pelo poder nem sequer poupava os laços de sangue e mesmo irmãos eram capazes de se matarem para o obterem.

Foi assim que **Bokar Biro** se tornou **Almamy** e que **Yaya** se tornou **Alfa Mo Labe**. Os dois homens pareciam-se em muitos aspectos, exceptuando apenas um : o primeiro detestava os europeus enquanto que o segundo entendia-se com eles para obter protecção.

Bokar Biro fazia uma guerra económica aos Franceses, alargando-a também aos Portugueses. Aliou-se a Samori, o inimigo mais poderoso dos Franceses nessa época (10), mas não poupara a sua vida na batalha de **Poredaka** onde esperou em vão os reforços de Alfa Yaya contra os Franceses.

Alfa Yaya estabeleceu uma série de acordos com os Franceses e com os Portugueses e converteu-se num cidadão francês para poder beneficiar de protecção contra os seus numerosos adversários. O seu fim será tão

triste quanto o de Bokar Biro, embora menos glorioso: será submetido ao exílio e destituído dos seus poderes.

A passagem deste século representa efectivamente a mudança da situação política do continente. Doravante, o poder colonial não será mais um «bluff» mas qualquer coisa de concreto. A partir desta data, todas as destituições e nomeações de chefes locais dependerão dos interesses coloniais. O exemplo de Alfa Yaya que tentará desesperadamente manter o controlo sobre o Labé, o Kaabú,o Foriá e **Kadé** é ilustrativo do desespero dos últimos grandes homens políticos africanos dessa outra época. Ele não conseguirá e **Musa Molo**, o seu aliado ambíguo do Norte, muito menos.

3.Os Resistentes

O século XIX acabaria com uma história de África. E assim, o Kaabú tornar-se-ia, para a história da região, o fim de um ciclo histórico: o dos poderes independentes africanos. Os colonialismos invasores tinham acabado de destruir um sistema político e económico que perdurou durante vários séculos. Torna-se pois interessante conhecer os últimos grandes protagonistas históricos desta segunda metade do séc. XIX na região dos rios da Guiné. Eles são Musa Molo, Janke Wali, Alfa Yaya, Bokar Biro e Samori Touré.

Musa Molo

Segundo as tradições orais, Musa Molo nasceu em **Sulabali** em 1846. O que virá a ser o respeitado chefe do **Firdu** herda do pai, **Alfa Molo**, não só um vasto território mas a cultura política de **El Hadj Omar Tal**, grande percursor da Jihad islâmica nesta região. Este será um dos fundamentos da sua legitimização como guerreiro anti-kaabunké e para tal fará as alianças que se impõem: com os franceses (com os quais assina um tratado de protectorado a 3 de Novembro de 1883) mas também com o Futa-Jalo (11). Penetra várias vezes em territórios sob controlo jurídico português, sem qualquer espécie de dificuldade ou submissão.

As cláusulas do tratado com a França provam de facto que se trata sobretudo de um acordo comercial onde é reconhecido a Musa Molo o controlo territorial. Embora com desvantagens evidentes para Molo (que praticamente dá aos franceses o monopólio do comércio na Casamança) este tratado permitia a Molo concentrar-se na conquista de novos territórios o que também não desgostava aos franceses. Molo utilizava tropas francesas e esperava poder , mais tarde, contrariar o controlo cres-

cente do Governador Bayol que não se deixava impressionar. Em instruções enviadas ao seu comandante em **Seju** observava:

«Musa Molo é um chefe que parece respeitador e que tem interesse em parecê-lo. O apoio da França pode fazer dele um rei indígena muito importante, mas é necessário não desagradar ao nosso aliado Almamy do Futa-Jalo e rei do Labé que considera o Firdu como uma província-fronteira dos seus Estados. É preciso manter as melhores relações com Musa Molo, mas não lhe fazer promessas».

A pressa dos franceses pelo controlo da Alta Casamança, intrepidamente manifestada pelo novo Governador Lamothé, leva este a destacar o capitão Baures para uma missão de apoio a Molo, contrariando os equilíbrios anteriores com o Futa-Jalo. Estamos em 1894 e a decadência já se instalou no Futa-Jalo, devido a lutas internas e à difícil gestão da herança kaabunké (12).

Mas Molo quererá ir para além das fronteiras que delimitam a Guiné Portuguesa do Tratado Luso-Francês de 1886, para poder completar o círculo de conquistas intermitentes de seu pai que não incluem só os territórios já na sua posse mas também uma parte do actual Futa-Jalo (**Pakesi, Bajar**). Ainda em 1894 Musa Molo parte em campanha com o apoio de Mamadu Paté de Koyade, o chefe fula do Kaabú e do Foriá e do capitão Baures.

Janke Wali

Em plena crise de poder os Nyantio deixaram de respeitar os princípios políticos que legitimaram a Mansaya Kaabunké. A rotatividade do poder entre as três províncias fundadoras deixou de ser respeitada, dividindo os Nyantio. Quando o **Mansa Sibo,** da província de **Sana** morreu, a rotatividade exigia que o Mansa-Bá seguinte fosse Janké Wali, da província de Pakana. Mas os descendentes do primeiro fizeram «ouvidos de mercador» e mantiveram o poder por mais um ano. Este foi o factor que desencadeou um conflito importante entre os Mané de Sana e os Sané de Pakana, numa altura em que as agressões do Futa-Jalo exigiam coesão e não dispersão de forças kaabunké.

Os Sané pediram a ajuda do Futa-Jalo na sua luta contra os Mané consolidando, de facto, o desmantelamento da Mansaya baseado no sistema de solidariedade matrilinear.

Depois do primeiro choque entre o Kaabú e o Futa-Jalo, em 1850, torna-se inevitável a confrontação directa, depois de um latente estado de guerra que vigorou desde a criação do Estado teocrático do Futa-Jalo. A batalha de **Berekolong** (1850-51), na província de Sankola, que opôs as

tropas de **Mansala Nhalen** às de **Ibrahima Sory**, Alamamy do Futa-Jalo, foi o primeiro episódio da confrontação militar que irá atingir o seu climax com Janké Wali. Ele lutará em Turban Kelo (1867) contra as forças conjugadas de Molo, Yaya, mas também uma parte de própria classe Nyantio, num total de mais de 30.000 atacantes, segundo diferentes fontes.

Alfa Yaya

Em 1854, Ibrahima, do grupo **Sorya** (13), tornou-se o **Alfa** (14) do Labé. Grande guerreiro fula decidiu prosseguir a política de perseguição e conquista do espaço kaabunké, tendo ajudado Alfa Molo a desembaraçar-se dos Nyantio do **Fuladu**, impondo-lhe, no entanto, a sua suserania. Em 1879 foi destituido pelo Almamy do Futa-Jalo, com residência em **Timbo**, mas foi com satisfação que verificou a subida do seu filho **Modi Agibu** para chefe da **diwal**, desprezando a inveja dos seus filhos preteridos e nomeadamente de **Modi Yaya** que assassinará o irmão em 1882. Ao fazer-se «eleger» Alfa da diwal do Labé, em tais circunstâncias, Yaya mostrou de uma forma inequívoca sob que signo desenvolveria o poder do Labé.

As suas disputas para conseguir controlar todo o Estado do Futa-Jalo fá-lo-ão confrontar-se a Bokar Biro e conseguir para tal o apoio dos franceses. As pretensões de alargamento do espaço territorial do Labé limitar-se-ão, no entanto, ao sul do antigo kaabú e ao Foriá. A aliança táctica (e limitada no tempo) com Molo, que permitiu este alargamento, não deve fazer esquecer que desde a sua chegada ao poder Alfa Yaya protestou junto dos Governadores do Senegal e da Guiné Francesa contra a sucessão de Musa Molo. Aliás é nessa vertente contestatária que se justifica a sua outra aliança tempestiva com **Sada Amadi**, Almamy do Bundu, para destronar Gallieni em 1887. Em Janeiro de 1893 refugia-se no Futa-Jalo e exerce a sua tirania sobre as caravanas de passagem entre o país **Tenda** (actual Senegal Oriental) e o **Niokolo**.

Mais tarde Alfa Yaya será obrigado a render-se aos franceses com quem faz alianças já numa posição de fraqueza e quando pensava poder impôr o seu poder a todo o Futa-Jalo.

Bokar Biro

Bokar Biro assume o poder no Futa-Jalo após ter assassinado o seu irmão Alfa Mamadu Paté, em 1890, numa altura em que Alfa Yaya controla a partir da diwal do Labé quase metade da confederação. A tarefa principal do novo Almamy será o reforço do poder central, para a qual

tenta obter o maior número de apoios possível. O seu erro será a denúncia do protectorado francês de 1881 que fará dele um inimigo directo do exército francês.

Bokar Biro, que havia tentado com desconfiança o apoio de Alfa Yaya na sua reconquista de espaço político, encontrara em Samori um aliado muito mais seguro; este último partilha consigo os mesmos inimigos e interesses estratégicos.

O reinado de Bokar Biro durará apenas 6 anos pois a 14 de Novembro de 1896 a confrontação de Poredaka entre o enérgico Almamy e o capitão Muller será fatal ao primeiro. Os reforços que Alfa Yaya havia prometido não chegaram a sair do Labé, contribuindo assim para o desaparecimento do Estado do Futa-Jalo.

Samori Turé

Em 1885 (15) Samori governava cerca de 1 milhão de sujeitos e este feito extraordinário fazia da revolução dyula de Samori uma excepção neste conturbado fim de século. Samori soube, por outro lado, diversificar os seus contactos e concentrar as suas relações comerciais com os seus parceiros Serra-leoneses, que pareciam oferecer melhores garantias de independência.

Na realidade, a aliança de Samori com os interesses ingleses, que faziam tudo para parecer respeitadores, dava a Londres a possibilidade de o utilizar como moeda de troca nas negociações com Paris. O Tratado Franco-Britânico de 1889, que define as fronteiras da Serra Leoa, virá reforçar esta dimensão de controlo territorial pelos europeus e Samori será obrigado a aliar-se a alguns dos seus inimigos do Alto Niger para poder prolongar o seu poder.

Os incidentes com os Franceses, que datam de 1884, na margem direita do Niger, dão o tom às relações entre as forças do Almamy e os aliados malinkés.

É Combes quem encontrará o pretexto para agredir Samori, argumentando a progressão deste a norte, o que era falso, pois datam de 1879 as últimas conquistas dyula. A campanha de Combes em 1884-85 apanha Samori desprevenido, mas visivelmente este substimou o potencial do seu adversário. A batalha decisiva de **Nyagasola** será, afinal, honrosa para Samori que vê assim reforçado o seu prestígio aos olhos dos africanos. Mas Nyagasola transforma-se rapidamente numa localidade cercada pelas tropas de Combes, que toma o desafio como fundamental para a sua própria credibilidade. Samori acabará, em situação difícil, por assinar um tratado com os Franceses, mesmo se sublinha que se trata de um acordo de paz

e de comércio e não de protectorado. De facto, o tratado reconhecia mesmo a Samori o protectorado sobre **Kangaba, Buré** e **Dyuma**.

4. Conclusões

As tácticas de resistência utilizadas pelos grandes homens políticos do século XIX diferem dos anteriores porque tomam em consideração dois elementos novos: o desejo de controlo territorial pelos europeus e as mudanças substanciais na natureza do comércio da zona.

—As formas de interdependência económica quebram agora, de uma forma decisiva, os circuitos comerciais controlados pelos Dyula. Não são só os produtos principais de troca que se alteram , são os métodos de troca que conhecem igualmente novos padrões e o início da monetarização. Estes novos métodos exigem a definição de espaços de controlo, que por sua vez obrigam a lutas de território cada vez maiores.

Os europeus vão introduzir-se nos jogos subtis de poder dos Estados existentes no século XIX, que se fazem e desfazem a uma velocidade impressionante, e onde a luta pelo poder passa de facto pelo controlo fortuito das armas. Muito depressa a justificação e legitimação pelo Islão e a Jihad mostra o seu verdadeiro rosto que é a de uma briga sem trégua onde nem os irmãos de sangue são poupados.

Os factos conhecidos (e as fontes escritas são iluminantes para o século XIX) permitem concluir que não estamos em presença de lutas interétnicas, mas de profundas lutas de interesse político económico.

À excepção de Wali, todos as outras personagens políticas analisadas tentaram aliar-se a portugueses, ingleses ou franceses na vã tentativa de os enganarem ou reforçarem o seu poder. Todos tiveram que reconhecer a um dado momento a sua derrota.

Inicia-se assim a etapa colonial.

---

(1) Mansaya - forma de organização do poder dos mandingas (malinkés). Kaabunké é uma construção de Kaabu + Nké, este sufixo representando a noção de nação em língua mandé.

(2) Após a abolição da escravatura na Inglaterra as outras potências comerciais atlânticas tiveram, contrariadamente, de reorientar o comércio de escravos ou viram-se forçadas a praticá-lo ilegalmente.

(3) Mansa-Bá era o chefe supremo da Mansaya.

(4) Utiliza-se esta designação na falta de outra mais adequada.

(5) Brooks, «Peanuts and Colonialism. Consequences of the commercialization of peanuts in West Africa, 1830-70», JAH, vol. XVI, nº1, 1975, pp. 29-54. As informações que se seguem provêem desse artigo.

(6) Idem

(7) Corvo, João Andrade, «Estudos sobre as províncias ultramarinas», Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1883, vol. I, (305 p.), vol. I, p. 49. Citação seguinte p.51.
(8) Para o detalhe, cf. Barreto «História da Guiné, 1418-1918», edição do autor, Lisboa, 1938, 454 p., Ch. XIII e seguintes.
(9) Em 1879, segundo Barreto, op. cit., p. 300.
(10) Eis o que diz Boubacar Barry (Bokar Biro, ABC, Paris, 1976 (92 p.), pp. 54 e seguintes) sobre os interesses geoestratégicos de Biro: «É que as relações entre Bokar Biro e os Franceses do Sudão, estabelecidos em Faranah e em Dinguiraye se deterioraram cada vez mais. Bokar Biro tinha proibido qualquer compra de gado destinado ao Sudão. Ao mesmo tempo, dava asilo aos «sofas» de Samory. O Futa servia de intermediário a este último para a venda de escravos, permitindo-lhes comprar armas e munições aos ingleses. Ora, na guerra contra Samory , o Futa representava para os Franceses - é conveniente lembrá-lo - uma posição estratégica. De facto, o Coronel Gallieni tinha estimado que Samory seria atingido mais facilmente pelos rios do sul. Ele previa a formação , em Benty, de uma coluna que passaria pelo Futa para tomar Samory de surpresa».
(11) Christian Roche, «Histoire de la Casamance, Conquete et Resistance: 1850-1920», (Karthala, Paris, 1976, 400 p.) , pp. 237 e seguintes.
(12) Depois de Kansala ou Turban Kelo, Musa Molo apropriou-se de algumas províncias a norte do Kaabú, nomeadamente **Jara, Niamina, Jimara, Torem, Kantora, Pakane, Kola, Sankola** e **Kanadu.**
(13) O poder do Futa-Jalo , particularmente na província (diwal) de Labé, estava dividido entre 2 grupos, os Sorya e os Alfaya.
(14) Alfa, chefe de província, diwal, não tem que ver necessariamente com Alfaya.
(15) Yves Person, «Samori, une revolution dyula», IFAN, Dakar, 3 volumes, 1970.

O KAABU

Uma das grandes entidades do Património Histórico Senegambiano

Mamadú MANÉ (*)

Introdução

Dois acontecimentos maiores contribuiram para a saída do KAABU (1) do anonimato em que tinha sido colocado, até à altura, pela maior parte dos historiadores modernos. No entanto, o assunto é ainda amplamente tratado pelos nossos djidius tradicionalistas, para quem o conhecimento do passado kaabunké constitui uma referência importante na profissão de «jali» (djidiu). Com efeito nenhum tocador de Korá Senegambiano, digno deste nome, pode deixar de lado, no seu reportório, de «Caddo», esta canção épica, verdadeira condensação da história multissecular dos Nyanthios do KAABU.

O 1º Congresso Internacional sobre a civilização Mandinga, em Londres, 1972, e o Colóquio Internacional sobre as Tradições Orais do KAABU, organizado em Dakar, 1980, pela Fundação L.S.Senghor, são dois grandes acontecimentos que revelaram o KAABU à curiosidade dos historiadores modernos.

No decorrer destes dois encontros internacionais, os participantes puderam apreciar a qualidade dos trabalhos de dois pioneiros na matéria. Os

(*)Texto de uma conferência inicialmente prevista para a semana cultural organizada pelo AIGLON de Kolda (Senegal) em fins de Agosto de 1988.

trabalhos de Sékéné-Mody CISSOKO, que foi professor na Universidade de Dakar, e os de Bakari SIDIBÉ, pesquisador gambiano que dirige actualmente o Centro de Colecta das Tradições Orais de Banjul e que continua a ser um dos melhores especialistas nas tradições históricas mandingas da Senegâmbia.

Desde então, o interesse cad a vez maior dedicado ao KAABU desenvolve-se e amplifica,. ao ponto de ocupar agora dezenas de pesquisadores, tanto em África como nos EUA e Europa.

Para além dos africanos Sékéné Mody CISSOKO, Bakari SIDIBÉ, Djibril Tamsir NIANE, Boubacar BARRY, Mário CISSOKO (Guiné-Bissau),Ibrahima Baba KAKÉ,eu mesmo e tantos outros pesquisadores no Mali, Guiné-Conacry, o KAABU interessa também a europeus tais como Jean BOULÉGUE (Sorbonne-Paris), o Reverendo Padre GRAVAND (França), grande especialista dos Séréres, António CARREIRA (Portugal), americanos como Georges E. BROOKS, especialista do comércio pré-colonial senegambiano dos Dioulas mandingas, Joye BOWMAN HAWKINS, que apresentou uma brilhante tese sobre a hegemonia fula no KAABU após a queda de Kansalá por volta de 1865.

Como se vê, o KAABU tornou-se após uma dezena de anos, num grande assunto de história. E isso não é mais do que justiça para quem comhece a riqueza e importância da história de pelo menos seis séculos do KAABU. É o que tentamos expôr no presente estudo.

1.As grandes etapas da evolução histórica

O KAABU constituia este vasto espaço dominado pelos Mandingas, estendendo-se da Gâmbia, ao Norte, até aos confins da Guiné-Conacry, ao Sul, passando pela Guiné-Bissau,pela Média e Alta Casamansa. Era uma formação social de envergadura sub-regional, na encruzilhada de várias vias fluviais (Gâmbia,Casamansa, Geba, Corubal) ligando a costa atlântica ao interior Oeste-Africano.

Esta vasta extensão, de acesso fácil que era o KAABU, oferecia uma saída natural a todos os emigrantes orientais que queriam chegar à costa atlântica.

De facto, os que fundaram o KAABU eram emigrantes mandingas vindos do Mandé (actual Mali e uma parte da Guiné-Conacry). Os antepassados dos Guélowars do Sine e do Salouns, sob a direcção de Maysa Wali DIONE (cujo verdadeiro nome era Mansa Wali MANE), eram originários do KAABU (2).

A maior parte dos Mandingas actuais na Gâmbia, na Guiné-Bissau, na Casamansa (fora o Pakao), fazem do KAABU a sua mãe-Pátria.

Estes poucos factos convindam a aceitar que com o KAABU, estamos em presença de um dos elementos da nossa herança histórica mais apto a motivar e a favorecer a integração dos diferentes países da nossa sub-região, integração essa a que apelamos.

A ocupação mandinga no KAABU é antiga, pois remonta pelo menos ao século XIII, no tempo de Soundiata KEITA, fundador do império Mali.

É permitido mesmo hoje afirmar que a presença mandinga na Senegâmbia é anterior a Soundiata. Avança-se o séc. XII. Só que nessa época, os imigrantes mandingas eram ainda minoritários no seio das populações Baynuk e Padjadinka, considerados como os autóctones da região. Minoritários no séc. XII, os Mandingas não tinham também o poder político, na medida em que nesse tempo governavam na Senegâmbia as Muso-Manso (rainhas em Mandinga), o que denota o impacto do matriarcado no mundo kaabunké.

Nestas condições, esperando tornar-se hegemónicos mais tarde, os Mandingas eram obrigados a aceitar as realidades locais, impregnando-se dos valores sócio-culturais dos Baynuk- Padjadinka: alianças matrimoniais, organização política dividida em diversos reinos ou chefaturas, como era tradição entre os Baynuk-Padjadinka.

É provável que seja desta época que os fundamentos da civilização kaabunké foram erguidos. E certamente, esta civilização é mestiçada, como nos demonstrará mais longe a análise do nyanthioya e dos apelidos dos Mandingas do KAABU.Esta mestiçagem nas origens do KAABU é claramente afirmada nas tradições orais baynuk-pdjadinka.

No século XIII, com a fundação do império do Mali por Soundiata, os imigrantes mandingas do KAABU iriam progressivamente ocupar o poder político, em detrimento dos autóctones, cujas rainhas foram uma a uma destituidas em Niomi, Jaara, Kombo, Kiang, Badiar e um pouco por todo o lado na Senegâmbia onde governavam.

A revolução política operada pelos Mandingas fez-se acompanhar pela implantação do patriarcado. Entretanto, como o nyanthioya nos irá mostrar, os traços do matriarcado não desapareceram totalmente. Eles resistirão sob a forma matrilinear da transmissão do poder político supremo no KAABU.

Tomando em consideração a maior parte das tradições mandingas da Senegâmbia, foi Tiramakau TRAORÉ, um dos generais de Soundiata, que conquistou o KAABU, após uma expedição que realizou, em nome do seu soberano, em país Wolof. Tiramakau matou Djolofing Mansa e passou em KAABU onde permitiu aos mandingas tornarem-se os mestres incontestados da região em detrimento de todas as outras etnias que

foram submetidas à ordem mandinga. Esta versão das origens mandingas do KAABU é a mais conhecida hoje, porque é certamente mais cómodo e simples a reter que as outras onde aparecem os nomes de vários fundadores mais ou menos anónimos e cujo processo de implantação no KAABU foi pacífico.

Em todo o caso, é de Tiramakau TRAORÉ que se reclama a aristocracia reinante,os SANÉ-MANÉ do KAABU.

É claro que é difícil negar o papel militar e político de Tiramakau na formação do KAABU. Isso não impede que , antes e depois dele, as vagas de imigrantes mandingas tenham também, de maneira muitas vezes anónima e pacífica, trabalhado para a consolidação da hegemonia mandinga na Senegâmbia.

Mas porquê esta insistência das tradições orais em Tiramakau?

Talvez porque os grandes acontecimentos históricos têm por vezes necessidade, para melhor marcar a memória colectiva, de nomes-símbolos, de grandes figuras que apaguem outros menos carismáticos, menos captativos.Em Tiramakau, os kaabunkés possuiam uma referência histórica, um mito possante, porque estava ligado à epopeia Soundiata, o rei dos reis na África Ocidental. Por consequência, a formação do KAABU não deveria ser apreendido como uma obra colectiva, mas como a de um homem excepcional. Isso daria mais peso e consideração política e social à aristocracia que tomou conta do poder (3).

Ficou claro que, a partir do século XIII, os Mandingas tornaram-se os mestres do KAABU. Mas não bastava possuir o poder, era necessário também organizá-lo, fazê-lo funcionar para durar. É a isso que os Mandingas iriam dedicar-se durante decénios até ao fim do século XIII e início do século XIV. A organização político administrativa iria passar do modelo confederal, entre as doze províncias constitutivas do KAABU, ao modelo mais centralizado e personalizado do **nyanthioya**.Durante a fase confederal, cada província era largamente autónoma com o seu próprio chefe que devia obediência ao imperador do Mali, a Niani ou Kangaba, onde além disso, todos os chefes de província do KAABU iriam se fazer consagrar **mansa** (reis). As doze províncias constitutivas do KAABU eram as seguintes: Sama, Jimara, Patiana, Mana, Sankolla, Kolla, Tiagna, Kantora, Niampayo, Toumana, Propana, Badiar.

Uma organização política também frouxa não era do gosto de todos, nomeadamente os partidários de um poder central forte. Estes conseguem impôr-se no fim do séc. XIII e início do séc. XIV, realizando uma grande revolução institucional que tomou o nome de **Nyanthioya**.

Para reforçar esta revolução, que excluia do poder central os clãs Sonko, Sagna, Mandjan, Djassi, os Sané-Mané criaram o mito dos **nyanthioyos.**

Segundo este mito, os **nyanthios** eram descendentes de três mulheres sobrenaturais nascidas numa gruta no KAABU, de um pai «djin» (génio da natureza) e de uma mãe princesa mandinga, Ténémba, que havia fugido da côrte de seu pai, o imperador do Mali. Que descendência sagrada e prestigiada! É esta versão da origem dos **nyanthios** , veiculada pela lenda, que persiste nos nossos dias ainda. As três chamavam-se **Balaba Tinkida** que se instalou em Patiana, **Ufara** que se estabeleceu em Sama e **Kani** que ficou em Jimara. É a razão pela qual Patiana, Sama e Jimara eram consideradas como as únicas províncias-nyanthios do KAABU, ao lado das outras que eram províncias-Koring. Os **Koring** constituiam a parte da aristocracia reinante logo abaixo dos **nyanthios**, dos quais eram os chefes guerreiros e os governadores de província. Eram os Sonko, Sagna, Mandjan e Djassi.

Se colocarmos entre parênteses o mito e a lenda, apercebemo-nos que a **nyonthioya** fundou um novo poder, bastante possante que era monopolizado por uma minoria. Esta minoria criou uma certa legitimidade, reclamando-se de dois nomes prestigiosos no Mandé. Tiramakau TRAORÉ e Ténémba, princesa, filha de um Mansa do Mali. Para melhor assegurar a sua coesão e guardar o poder, os **nyanthios** instituiram a **linhagem matrilinear** que seria uma sobrevivência da influência das Muser-Mansa (rainhas) do tempo em que os Mandingas não eram ainda preponderantes no KAABU (4). É-se nyanthios apenas pela mãe e é preciso chamar-se SANÉ ou MANÉ.

Os nomes SANÉ, MANÉ, SONKO, SAGNA, MANDJAN, DJASSI existiam muito antes da aparição do **nyanthioya**. Com o nyanthioya todos os outros nomes tornaram-se exclusivo do poder supremo (mansaya) no KAABU. Mesmo os Sané e Mané que não eram de mãe nyanthio (e eram a maioria) tornaram-se apenas Mansaring (5).

O aparecimento do nyanthioya havia subvertido a organização e as instituições políticas do KAABU. A própria capital nacional trocou de lugar e de nome: Kansala suplantou Mampating. E o mansaya era rotativo em Kansala, entre o Sama, o Pathiana e o Jimara.

Os que foram excluidos do nyanthioya, tornaram-se descontentes com a sua sorte e exilaram-se para outras regiões e povos.

Houve os que emigraram para a região do Quínara - Diolas (ou Beafadas) e os Balantas, outros partiram para as regiões gambianas (em Niomi, Jaara, Kiang e Badibou). Esta primeira dispersão dos kaabunké,

havia-os levado um pouco por todo o lado nos países guineo-gambianos, onde os nomes Sané, Mané, Sonko, Sagna, Mandjan e Djassi coabitavam com nomes locais como Diamé, Coly, Nanky, Sadio, Biaye, Diatta, Bodian, etc..., enfim, uma das grandes migrações Kaabunké, pelas suas consequências político-culturais, foi aquela dos antepassados dos Guélowars com Mansa Wali Mane, aliás Maysa Wali Dione. Dessa época, princípios do séc. XIV, data o parentesco histórico entre o KAABU, o Sine e o Saloum. No Sine e no Saloum, tendo em conta o fenómeno Guélowar, os Mané e provavelmente os Sonko, Sagna e outros ter-se-iam «Sererisado», mas conservando o poder político. Mansa Wali Mane havia partido de Badiar (no KAABU) em companhia de numerosos seguidores, entre os quais a sua irmã, Sira Badiar ou Sira Badral, que canta o poeta SENGHOR, e atingiu Mbissel no Sine, após uma longa peregrinação a Niombato nas ilhas do Soloum, em Joal-Fasiouth. Morreu no Sine, deixando o poder à descendência da sua sobrinha Tening que se casara com o belo lutador Sérére de nome Djilakh FAYE. Vemos de novo a linhagem matrilinear em curso. Com efeito, como os nyanthios do KAABU, os Guélowars do Sine transmitiam o poder pela via uterina, de tio a sobrinho, sendo que este último devia ser de mãe Guélowar.

Voltemos ao KAABU para notar que estas vagas de dissidentes, que se exilaram, não diminuiram em nada o poder **nyanthio**. Ao contrário, este erigiu-se em poder militar ao serviço da expansão política e da influência cultural dos Mandingas na Senegâmbia, transformados em polícias da zona, os **nyanthios** emprestaram frequentemente o seu concurso militar a quase todos os reinos gambianos: Nioumi, Kombo, Jaara, Badibou, Kiang, Niani, Wouli, etc.

Por esta via, o KAABU conseguiu introduzir os seus clãs principescos no seio da quase totalidade das aristocracias reinantes da Senegâmbia: os Mané e Sonko em Nioumi, os Sagna no Kiang e Jaara; os Sané no Niani e Wouli. Poderíamos multiplicar os exemplos, visto serem tão numerosos e significativos da maneira como, progressivamente, forjaram um vasto espaço político-cultural mandinga que designámos por «Mundo Kaabunké», tendo como centro de gravidade política e militar o Estado dos **nyanthios**, cuja capital era KANSALA (hoje situada na Guiné-Bissau).

É este contexto que irão descrever, a partir do séc. XV e XVI, os viajantes europeus, sobretudo os portugueses que nas suas diferentes crónicas reconheciam a realidade política do facto mandinga na Senegâmbia meridional. Dois destes viajantes europeus, os portugueses Álvares d'ALMADA e André DONELHA, haviam mesmo confirmado a

soberania que o KAABU exercia sobre toda a zona. Designavam o rei do KAABU pela expressão genérica de **FARINKAABU**, quer dizer, o chefe supremo da região, que segundo a acepção da palavra **FARIM**, no vocabulário político mandinga significava Governador de Província. De facto, até à revolução política do **nyanthioya**, os reis mandingas senegambianos, inclusivé o do KAABU, eram vassalos ou governadores de província do imperador do Mali. Daí o título de **Farim** que usavam e que os primeiros viajantes portugueses mencionavam nos seus escritos nos séc. XV, XVI e XVII. Entretanto, é importante notar que os europeus não tinham nunca a possibilidade de encontrar directamente um soberano do Estado do KAABU. As únicas informações que obtinham sobre Kansala vinham dos «Djilas» (comerciantes ambulantes africanos), que percorriam toda a região até ao centro do KAABU.

Baseada na bravura e valor militares, a mística real **nyanthio**, desprezavam a actividade comercial, julgada degradante e baixeza material.

Os europeus vinham comerciar e é por isso que eram ignorados pelos **nyanthios**, que preferiam deixar os seus vassalos da costa atlântica (Kombo, Niani, Fogny, Reinos Beafadas e Reino de Kasa) tratar com estes conquistadores estrangeiros do «nafulo» (riqueza material em mandinga). Este estado de coisas explica, também, porque os escritos europeus eram pobres em informações precisas sobre o KAABU, nomeadamente no que respeita à cronologia dos acontecimentos, os nomes dos soberanos, a delimitação do espaço Kaabunké, a descrição geográfica e tantos outros aspectos. Tudo isso, enfim, está na origem das nossas dificuldades presentes, para melhor entender a evolução histórica do KAABU.

Compreende-se então o grande recurso às tradições orais, apesar da sua imprecisão e seu gosto pelo maravilhoso, para descrever o passado Kaabunké.

Estas tradições orais permitiram-nos saber, entre outros, que o KAABU dos nyanthios era o centro político de todos os mandingas da Senegâmbia, cujas classes reinantes aí vinham melhorar a sua formação política em matéria de mansaya (realeza) e de arte militar.

As mesmas citações nos citam soberanos kaabunké de renome como Souman Koliba, Sarafa Nyaling Jenung, Mankotoba Sané, Faram Sankulé, Dianké Wali Sané, que marcaram toda a evolução do KAABU. Para entrar um pouco nos detalhes, assinalemos apenas que é Mankotoba Sané que acolheu no seu reino os Konté vindos de Sangaran (Mali) para fundar o KOMBO (na Gâmbia) onde acabaram por adoptar o património **BODIAN** em lugar de Konté; mas a recordação de Sangaran (ou Sankarau)

ficou na sua divisa: «Bodian Sankaranka» = Bodian originário de Sankaran.

E o Islão no KAABU? Ele estabeleceu-se relativamente cedo, num período que pode estar situado antes da aparição do **nyanthioya**. As primeiras famílias muçulmanas do KAABU teriam nascido à volta de duas grandes figuras marabouts: Sanoba e Fatiba que, diz-se, eram companheiros dos primeiros imigrantes mandingas animistas vindos do Mandé. Muito mais tarde, no séc. XVI e XVII, no coração mesmo do KAABU, em **Bijine** (actual Guiné-Bissau), iria instalar-se um outro ramo marabout vindo de Tombouctou, segundo as tradições mandingas recolhidas por Bakari SIDIBÉ, já citado: são os **Bayo** (deformação kaabunké de Bagayogo) reforçados pelos **Sama**, os **Gassama**.

Mas convem precisar que até ao séc. XIX,os **morikunda** (lugar de implantação das famílias muçulmanas) eram ainda minoritários e apenas tolerados no mundo kaabunké. Porque o Islão, para o kaabunké animista, não poderia ser mais do que uma religião complementar ao culto ancestral feito no bosque sagrado e muitas vezes protegido pelo «Bida», a serpente sagrada.

O mais célebre dos locais de culto tradicional dos Nyanthios do KAABU chamava-se **Tamba-Bibbi**, situado não longe da capital, Kansala.

Para terminar este capítulo sobre a evolução histórica, evocaremos o declínio do Estado Nyanthios que se verificou a partir do séc. XIX. Contradições de todos os tipos ligados tanto a factores internos como as causas externas haviam precipitado a queda do KAABU. Entre as causas de desestabilização sócio-política e económica do mundo kaabunké, mencionaremos: **o comércio europeu atlântico** que, orientado muito cedo sobre o tráfico negreiro, havia progressivamente subvertido os circuitos tradicionais do comércio senegambiano, dando aos Estados vassalos costeiros do KAABU os meios de se tornarem autóctones e invejosos uns dos outros; **o crescimento do Islão** que abria novas perspectivas sócio-económicas às massas que suportavam cada vez menos o jugo nyanthio, ao qual é preciso acrescentar as rivalidades entre províncias - nyanthios, em particular entre o Sama e o Pathiana.

É neste contexto de rivalidade entre províncias nyanthios que acontece a morte do mais célebre dos chefes de guerra do KAABU do séc. XIX: falamos de Ghalen SONKO, um Koring de Sankolla-Béré-Kolon. Esta morte, segundo as tradições mandingas, tem um papel importante no enfraquecimento do sistema de defesa nacional do KAABU face ao seu vizinho mais ameaçador: a teocracia muçulmana do Fouta Djalon, no Sudeste do KAABU e que, após a sua formação no séc. XVIII, não havia

cessado de fazer da queda dos Nyanthios um dos eixos da sua política de conquista territorial.

A partir de meados do séc. XIX, todas as condições pareciam reunidas para que o Fouta Djalon atacasse o KAABU em uma série de guerras e de batalhas que conduziriam, por volta de 1865, à queda e destruição da capital Kansala, sob o reinado do último soberano mandinga do KAABU, o célebre **Dianké Wali SANE** que organizou uma resistência tão heróica, que a vitória do Fouta foi uma vitória de Pyrrhus: a hecatombe de Kansala, conhecida pela expressão «Tourban-Kansala», foi tanto para os Mandingas quanto para os Fulas que sofreram pesadas perdas humanas.

Apesar de tudo, para as tradições mandingas, Tourban Kansala, é símbolo de coragem, de pujança, de resistência e de dedicação à integridade territorial da pátria kaabunké sagrada.

A queda de Kansala pôs imediatamente em movimento o processo de libertação dos Fulas do KAABU, submetidos desde há muito à ordem mandinga. Esta libertação nacional dos Fulas do KAABU, sob a direcção de Molo Eggné, que se tornou Alfa Molo, daria nascimento ao Fouladou, quer dizer o conjunto das províncias fulas libertadas do jugo mandinga e colocadas sob a nova tutela dos Molo.

Alfa Molo, o libertador, morreu por volta de 1881 em Dandu (Guiné-Bissau). E é o seu filho, Moussa Molo, que tentará concluir a sua obra. Mas já se anunciava, nesta altura, a era colonial europeia que iria transformar Moussa Molo em grande resistente que, vencido, acabará os seus dias, em 1931, exilado na Gâmbia, em **Késserékunda**, precisamente onde a edificação de um mausoléu à sua memória é encarada pelo Senegal e a Gâmbia, no quadro da nova Senegâmbia; mas com o KAABU dos nyanthios em menor grau.

2. Aspectos das relações interétnicas no seio do mundo Kaabunké e o irredentismo Fula

O mundo kaabunké, a despeito da preponderância mandinga, constituia no plano étnico uma realidade complexa feita de braçagens, mas também de exclusões. Com efeito, para além dos Mandingas, notava-se a presença de vários grupos étnicos considerados como os autóctones da região. Neste sentido, já haviamos falado dos Baynunk - Padjadinkas aos quais é preciso acrescentar os Diolas, Balantas, Brames, Manjacos e Beafadas. Quanto aos Fulas eles são de outra raça, como os Mandingas e a sua presença no KAABU remonta ao séc. XIV e XV.

De qualquer forma, durante mais de três séculos (do XVI a meados do séc. XIX), os Kaabunké conseguiram dar uma harmonia a esta divisão

étnica e estabelecer uma certa estabilidade política e cultural que lhes era, é claro, favorável.

Como se realizou o processo? Política assimilacionista ou respeito pelas diferenças? Mostraremos neste capítulo alguns aspectos dos contactos étnicos no seio do KAABU. Sobre este assunto, beneficiamos de um excelente estudo de A.Teixeira da Mota apresentado ao Colóquio Internacional de Dakar sobre o KAABU (6).

2.1.Considerações gerais sobre a política regional do Kaabú e a sua estratégia de «Mandinguização»

Esta política centrava-se no estabelecimento de uma sólida unidade cultural ao serviço da hegemonia mandinga sobre os povos do conjunto da Senegâmbia, Norte da Gâmbia até aos confins da pátria nalú na Guiné Conacry, ao Sul.

Os kaabunké não eram apenas os mandingas da Senegâmbia entre os quais é preciso contar os Komboke (Kombo), os Niominka (Niomi), os Badibunke (Badibou), os Woyinke (Woy) e os Pakawnke (Pakao).

Num total contexto étnico, o KAABU dos Nyanthios havia posto em curso uma estratégia baseada em: conceder uma larga autonomia política aos reinos vassalos mandingas; pôr acento na «mandinguização» dos outros povos. Os kaabunké haviam talvez compreendido que um dos meios mais eficazes de assegurar a sua hegemonia passava pela dominação cultural.

De facto, os reinos como o Niomi, o Kombo, o Kiang, o Jaara, o Badibou, o Niani, o Wouli e tantos outros ao longo do rio Gâmbia, beneficiavam de uma larga autonomia de acção que lhes permitia, por exemplo, integrarem o comércio europeu atlântico abrigando as feitorias de comércio, organizando a seu modo o espaço económico que lhes era comum. De resto, estes contactos estreitos com os europeus fizeram com que hoje estejamos melhor informados sobre estes reinos vassalos que sobre o KAABU, a nível dos arquivos europeus.

A «mandiguização» iria então aplicar-se aos outros povos. Segundo as informações fornecidas por fontes portuguesas dos séc. XVI e XVII (7) é o Birassu que, mandatado pelo KAABU, havia dominado e mandiguizado os reinos Baynunk do Kasa (de onde veio a palavra Casamansa = =Kasa Mansa = rei do Kasa) e de Jassine no rio Sougrougrou (um afluente do Casamansa).

A mesma acção foi realizada por Birassu junto dos Balantas. Para confirmar a influência mandinga sobre os Balantas, E. Bertraud Bocandé (8) havia mencionado o noma MANÉ que a maior parte destes últimos

usavam ainda hoje e que, sabemos, é de origem kaabunké. Porque os Balantas-Mané, antes da sua mandiguização, usavam os patronímios de Saminanko, Samikane, Dingol, etc...

A vaga assimilacionista mandinga havia também atingido os Padjadinkas e os Beafadas. Estes últimos, localizados em reinos concorrentes entre o rio Geba e o rio Grande (Guiné-Bissau) haviam sido mandiguizados pelo Birassu e o KAABU. O Birassu havia igualmente influenciado o Woy, cuja maioria da população, de origem Balanta, acabou por se assumir Mandinga tomando o nome de Woyinké.

Tratando-se dos Manjacos, Papeis, Mancanhes (ou Brames) e um grande número de subgrupos diolas, não notamos nenhuma menção da sua mandiguização. De facto, ainda hoje, continuam a ser povos pouco tocados pela influência mandinga.

Para o explicar, poderíamos notar que os Papéis, Manjacos e Mancanhes eram grupos minoritários vivendo na periferia da área cultural kaabunké.De onde, talvez, o fraco interesse sócio-político que eles suscitavam aos seus vizinhos mandingas.Na realidade, confinados aos seus terrenos à volta do rio Geba, eles jamais constituiriam um perigo político para o Estado do KAABU.

Uma última observação quanto à «mandinguização» dos povos senegambianos: ela raramente foi violenta, seja por guerras ou conflitos armados entre dominadores e dominados. O sucesso da «mandinguização» está ligado a este estado de coisas? Não terá sido devido à fraca resistência cultural dos dominados ou à sua vontade de abertura a uma cultura maioritária, cuja língua era uma das grandes línguas de comunicação da África do Oeste? Pesquisas futuras permitir-nos-ão esclarecer estas questões de grande importância para a história social do KAABU.

Assinalemos enfim um símbolo da «mandinguização», que era ao mesmo tempo uma figura lendária do KAABU: **Kéléfa SANÉ**, de pai kaabunké e mãe Beafada, que morreu guerreiro e foi enterrado em Barya, na Gâmbia. Kéléfa Sané incarnava desta forma o mundo kaabunké tanto na sua diversidade étnica como na sua envergadura militar sub-regional na Senegâmbia.

Examinaremos agora as relações entre os Mandingas e os seus súbditos fulas no KAABU.

2.2.O irredentismo fula

Oa Fulas são antigos coabitantes dos kaabunké na Senegâmbia. Aí chegaram no decorrer dos séc. XIV e XV. Acolhidos como estrangeiros no KAABU, os seus tutores mandingas ajudaram-nos a se sedentarizar

com o seu gado, atribuindo-lhes terrenos à parte, chamados pelo termo mandinga de «Fulakunda».Em contrapartida da sua instalação e do livre exercício das suas actividades agro-pastoris, os Fulas, no seio do mundo kaabunké - estatuto que eles raramente tentaram pôr em questão até ao início do séc. XIX - aceitavam o poder kaabunké, apesar do seu carácter opressor.

Esta situação de dominados não havia entretanto atentado contra o apego dos Fulas às suas tradições culturais que continuavam vivas. Submetidos aos seus mestres mandingas no plano político, eles faziam, apesar de tudo, prova de uma tenaz resistência no plano sócio-cultural: continuidade das actividades pastoris a despeito da sedentarização; prática da endogamia; continuação do uso da língua fula; numa palavra a preservação de tudo o que reforça a identidade sócio cultural de um povo.

Esta dignidade, reforçada de um grande orgulho de se assumir fula, era dificilmente aceite pelos Mandingas que intensificaram então as troças, as humilhações, exigências de todos os tipos para tentar despersonalizar o povo fula. Estes factos são abundantemente relatados pelas tradições mandingas. Assim, pilhar um rebanho ou saquear as colheitas dos fulas do fim do séc. XVIII e início do séc. XIX eram sufocadas no sangue.

A resistência cultural fula era inadmissível aos Nyanthios pois que era quase a única no seio dos outros povos dominados pelo KAABU; além disso, ela tinha lugar no coração mesmo das praças-fortes do Estado kaabunké: Kansala, Berekolou, Sumakunda, Nyanthios, Kabendou e Pirada abrigavam importantes «fulakundas».

Vemos que, ao contrário dos outros povos dominados vivendo na periferia do KAABU, os fulas continuavam vivendo no meio dos seus mestres mandingas, com os quais dividiam o mesmo espaço. É por isso que estamos no direito de considerar o comportamento dos Fulas no KAABU como um irredentismo cultural vivo que no séc. XIX precipitou o declínio político do Estado kaabunké em Tourban-kansala, em 1865.

3. Algumas lições a tirar da experiência histórica do Kaabú

Após uma análise das relações do KAABU com os seus povos dominados, aparece um paradoxo: a «mandinguização» realizou-se muito mais facilmente com os grupos étnicos localizados nas zonas periféricas do KAABU, enquanto que com os Fulas, que viviam no seio da ordem dominante kaabunké, não apenas a assimilação não resultou, mas as relações continuaram mais tensas ainda, terminando em numerosas revoltas fulas no séc. XIX, incarnados por um chefe carismático: Alfa Molo, chamado Molo Eggné.

Com efeito, no decurso deste século, os Fulas com o apoio activo dos seus congéneres do Fouta Djalon haviam realizado a sua libertação total da dominação kaabunké.

Mas o declínio político do KAABU não conduziu ao enfraquecimento cultural mandinga. A civilização mandinga sobreviveu ao Estado kaabunké. Esta sobrevivência foi em grande parte devido, de um lado, ao impacto da política de «mandinguização» e, de outro, à forte unidade cultural mandinga que pôde ser preservada, ao longo dos séculos, nas regiões gambianas do mundo kaabunké.

Os reinos gambianos haviam conhecido grandes turbulências político-religiosas marcadas com o selo do Islão (9). Mas todas estas desordens tiveram lugar no interior do seio mandinga: o proselitismo dos **Jakhankés** assim como dos **Djihads** de **Fodé Kaba Doumbouya**, de **Fodé Kombo Sylla**, participaram na Senegâmbia. Outra consequência do declínio político kaabunké, desta vez nas regiões meridionais: a explosão de conflitos étnicos, pouco frequentes antes da queda de Kansala. É assim que o povo Balanta, por exemplo, muito tempo contido pela dominação kaabunké, aproveitou, no início do séc. XIX, da desordem política existente para se lançar em guerras de conquista contra certos de seus vizinhos não mandingas. Na Média Casamansa, os Balantas conseguiram suplantar em parte os Mandingas e aí estabeleceram, por volta de 1830, a sua hegemonia sobre o reino baynunk do Kasa de cuja capital, Birkama, se apoderaram. É o nascimento do **Balantakunda**, que não é um reino (10), mas uma zona de ocupação e domínio balanta arrancada aos Baynunk e situada na margem esquerda da Média Casamansa, perto da fronteira com a Guiné-Bissau actual.

Haviamos falado acima da sobrevivência do facto cultural mandinga na Senegâmbia. Contudo, por efeitos combinados do irredentismo fula e da revolução balanta do séc. XIX, a supremacia cultural mandinga cessou doravante de se manifestar pela sua sólida unidade de antigamente.

O reforço do facto mandinga parece, actualmente, ir com o regresso dos diferentes povos mandingas aos seus particularismos, que a longa dominação kaabunké havia contribuido para reduzir.

Hoje os Mandingas da Senegâmbia gostam de se designar por nomes que reflectem a sua diversidade e o fim da sua antiga solidariedade construida no seio do mundo kaabunké: Kaabunké, Birassunké, Pakawnké, Kombonké, Niominka, Woynké, Badibunké, etc... Tomaram-se vocábulos pelos quais se exprime a realidade mandinga nos países guineo-gambianos. Convém, entretanto, precisar que esta diversidade trabalha em favor da tolerância mútua e pelo sentimento de pertença comum a uma mesma

civilização, a **civilização mandinga do Tilidji** (o Ocidente do Mandi, ocidente tomado aqui no seu estrito sentido geográfico).

Entre as características civilizacionais do Tilidji, podemos indicar o **Kankourang**, máscara mística que aparece aquando das cerimónias de circuncisão; o **Korá**, este instrumento de cordas hoje célebre no mundo inteiro e que foi inventado no KAABU, a **dimbaya**, que as associações de mulheres com problemas de fecundidade ou expostas à mortalidade infantil praticam à volta de valores que têm nomes como humildade, solidariedade, amor maternal, isso tudo num ambiente de alegria e dança como o sabem fazer os Africanos.

A conclusão que queremos desta exposição sobre o KAABU, será a definição de algumas linhas de pesquisas que permitiriam um melhor aprofundamento de algumas questões que continuam ainda suspensas:

- Periodização da evolução histórica;
- Lista dos diferentes soberanos;
- Listas precisa das províncias do KAABU às diferentes etapas da sua história;
- Processo e período de estabelecimento dos Fulas no KAABU;
- A origem e significado dos patrocínios Kaabunké: SANÉ, MANÉ, SONKO, SAGNA, MANDJAN, DJASSI, que não se encontram em outras partes do mundo mandinga Oeste-Africano;
- As origens do nyanthioya e um estudo comparativo com o fenómeno Guélowar no sine e no saloum;
- Os fundamentos Baynunk - Padjadinka da civilização Kaabunké, etc.

---

(1) Ver a este propósito o nosso texto intitulado «Contribuição à história do KAABU, das origens ao séc. XIX», BIFAN, Série B, Tomo 40, nº1, Janeiro de 1978, Dakar.

(2) Cf. R.P. GRAVAND, Cosaan Sercer, NEA, Dakar, 1983.

(3) Sobre esta questão,cf. nossa comunicação ao Colóquio realizado sobre o KAABU, publicado na revista «Ethiopiques», nº28 Especial, Outubro de 1981, Dakar.

(4) Ver acima.

(5) É por abuso de linguagem que se quer fazer de todos os Sané e Mané, nyanthios. O termo nyanthio, abrandado hoje, era muito mais restritivo no tempo da grandeza do kaabunké.

(6) A. Teixeira da Mota: « As relações do antigo Cabou com alguns Estados e povos vizinhos», comunicação ao Colóquio sobre o KAABU, em «Ethiopiques», nº28 Especial, Outubro de 1981, Dakar).

(7) Ver A. Teixeira da Mota, op. cit.

(8) Citado por A. Teixeira da Mota, cit. Bertrand-Bocandé era um contratador francês, residente em Karabane e que havia percorrido toda a Senegâmbia meridional em meados do séc. XIX.

(9) Ver L. Ousman SANNEH: «A história do povo Jakhanké da Senegâmbia», Escola de Estudos Africanos e Orientais, Londres, 1974; Ch. A. Quinn, «Reinos Mandingas da Senegâmbia», Evanston, USA, 1972.

(10) Os balantas, como os diolas, mancanhas e outros, formam sociedades sem estruturas estatais centralizadas e fortes.

CONFLITOS INTERÉTNICOS

Dissolução e reconstrução de unidades políticas nos rios da Guiné de Cabo Verde (1840-1899)

Carlos CARDOSO (*)

Comunicação apresentada na Reunião Internacional de História de África IICT/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga realizada em Outubro de 1988, em Lisboa.

Introdução

O século XIX é conhecido como o período histórico em que se processou progressivamente a penetração europeia no interior de África e se assistiu ao desmantelamento das formações políticas existentes nesta região desde a época medieval. Quais são as razões que levaram a que estes processos se verificassem neste período histórico?

Esta contribuição que entitulámos «**Conflitos interétnicos: dissolução e reconstrução de unidades políticas nos rios da Guiné de Cabo Verde -1840-1899**» (1) pretende analisar e discutir os factos históricos que estão mais directamente relacionados com os acontecimentos supracitados. É intensão demonstrar que, embora assumindo por vezes formas étnicas, estes conflitos eram baseados fundamentalmente em interesses

(*) Carlos Cardoso é licenciado em Filosofia pela Universidade de Friedrich Schiller, Yena. Foi coordenador do Centro de Estudos de História Contemporânea e actualmente é Director do INEP.

económicos, e que o equilíbrio instável das sociedades africanas de então manifesta o desenvolvimento dos seus próprios antagonismos, muitas das vezes ocultados pelo facto de não se encontrarem separados dos acontecimentos exteriores.

Com efeito, as profundas transformações políticas que se operaram entre o séc. XVIII e séc. XIX demonstraram um desmembramento da etnicidade. É neste período de grande agitação que se confirmam os interesses políticos e económicos de diferentes grupos sociais, castas e classes, mais do que a defesa estrita das relações de parentesco.

Estas foram instrumentalizadas a favor de fins estratégicos. O mesmo se fará com a religião islâmica no seu «combate» contra o «animismo». A *razzia* é legalizada pela Jihad e a conquista pela formação da nação. Enquanto se desenvolvia esta acção, as camadas mais oprimidas das sociedades africanas começavam a contestar o poder dos régulos. Face às normas reguladoras do exercício dos cargos políticos, estes podiam lançar impostos; exigir trabalhos compelidos em seu benefício directo; organizar milícias militarizadas para atacar ou submeter os povos vizinhos, ou mais fracos, fossem eles ou não da mesma etnia, reduzindo-os, quando vencidos, à condição de escravos - utilizados depois nos trabalhos dos «Senhores» ou, como tais, vendidos às caravanas que frequentemente atravessavam o território. Todo este estado de coisas tem a sua ilustração histórica mais eloquente nas lutas travadas entre Fulas-djiábê e Fulas-ribê (preferimos utilizar estes dois termos, em vez de *Fulas pretos* e *Fulas forros* por estas últimas nos parecerem incompatíveis com uma linguagem científica).

A contribuição pretende ainda discutir o impacto que esses conflitos tiveram sobre a dissolução e/ou reconstrução de unidades políticas. Aqui servir-se-à não só do exm,plo das lutas travadas entre os Almamis do Futa Djaló e os Fulas, no Alto Geba e no Cabú, e que tiveram o seu ponto mais alto com a **batalha do Turuban** em 1865, como também do fenómeno idêntico verificado entre os Manjacos de Baboc (ou costa de Baixo), no litoral.

Na terceira parte discutir-se-à como é que as potências coloniais utilizaram os conflitos interétnicos para não só penetrarem o interior do continente, mas também para aí se fixarem e praticar o comércio. Depois do tráfico de escravos o controle do território transformara-se na preocupação política dominante. Tornava-se necessário definir em concreto as áreas de actuação legal de cada país. Os europeus vão utilizar duas estratégias que se completam:

1) os tratados com os chefes ;

2) a manipulação de conflitos entre os poderes políticos autóctones.

Tanto uma como outra estratégia visavam o aniquilamento de toda a autoridade local em termos políticos e económicos.

1.Conflitos interétnicos ou conflitos de classes?

Muitos historiadores quiseram ver os conflitos existentes nas sociedades africanas por um lado exclusivamente como o resultado da acção de factores externos, designadamente da penetração europeia no continente - daí a sua datação a partir da implantação definitiva do colonialismo nos finais do séc. XIX e princípios do séc. XX -, e por outro como (um) fenómeno resultante da exacerbação de pertença a uma determinada linhagem, casta ou grupo étnico. Apesar da contribuição que esta abordagem não deixou de trazer à compreensão e esclarecimento das relações que se estabeleceram entre os referidos agrupamentos humanos ao longo da história, ela revelou-se insuficiente para a explicação dos conflitos que constituem parte integrante dessas relações. Para o território e período histórico que queremos analisar, não deixa de ser verdade que a acção de factores externos (expansão fula e penetração europeia) influiram decisivamente e em parte até provocaram esses conflitos; mas a acção de factores externos só por si não dá conta da verdadeira dimensão desses conflitos. A luta de etnias que aparentemente era uma consequência de antigas rivalidades ou mesmo de ódios, encobria no fundo as velhas fricções entre classes sociais e políticas que, na maioria dos casos, visavam o controle de território e de terras, fonte principal de riqueza.

Como se pode depreender da nota introdutória, na nossa contribuição ocupar-nos-emos apenas de alguns factos históricos ocorridos no actual território da Guiné-Bissau deixando à consideração da discussão que se seguirá o juízo sobre a possibilidade da sua generalização. Antes porém de entrarmos propriamente no tema, e a fim de permitir uma melhor compreensão dos problemas a tratar, queremos fornecer alguns elementos sobre o povoamento, bem como sobre a organização social e política das etnias da região que vai desde o baixo Casamansa até ao rio Corubal e a sul deste rio até ao Cacine.

1.1.Povoamento da região em conflito

Das etnias que os europeus encontraram, os mais antigos eram os Diolas, os Banhuns, os Cassangas, os Papéis, os Balantas e os Bijagós. Estas etnias eram vistas como «primitivas». Em meados do século XVI encontravam-se virtualmente cercadas, através de um grande semicírculo

que se estendia do estuário do rio Gâmbia à costa do Cabo Monte, pelos Mandingas, Sussus, Djalonkés, Korankos e Vas (todos do tronco Mande), misturados com alguns fulacundas, o pequeno povoado dos Fulas. Os «Pré-Mandingas» também fazia parte dos «primitivos» contidos neste semicírculo. Estes eram constituidos por Nalus, Landumas, Cocolis, Bagas e Temnes (2).

Imediatamente ao sul do rio Gâmbia, na margem sul do rio Cacheu, vivia uma etnia que os europeus designaram por **Felupes**. Os Mandingas referem-se a eles como os Djolas, um nome que eles mesmos adoptaram progressivamente suprimindo as variantes locais que cada subgrupo tinha. A leste dos Djolas viviam os **Banhuns**, formando uma cintura paralela entre o rio Gâmbia e o Cacheu. Eles autodenominavam-se «Iagar» e dizem que os Portugueses deram o nome «Banhum» aos diferentes grupos que viviam nesta área (3). Apenas um punhado de indivíduos pertencentes a esta etnia conseguiu sobreviver, o que representa um declínio numérico drástico em relação à sua situação no séc. XVI. De acordo com A. Nogueira, Walter Rodney admite que não obstante as diferentes explicações que foram avançadas, a drástica diminuição do número deste povo se deve aos severos abusos que sofreram por parte dos Djolas do Ocidente e dos Mandingas do Norte e do Leste - o que implicou a perda de território e homens a favor destes dois grupos (4).

Os **Cassangas**, vizinhos de leste dos Banhuns, também sofreram um grande declínio numérico e político; eles ainda se lembram dos tempos em que eram fortes e quando a sua capital se encontrava em Brucama. O seu declínio também pode ser atribuido à sua assimilação por outros grupos étnicos, particularmente pelos Mandingas.

Um pequeno grupo conhecido por **Cobianas** ou **Uboi**, vivendo ao sul de Cacheu, mais precisamente entre o Fogny e o rio Cacheu, é considerado produto da miscegenação entre Cassangas e Papéis (5). Diz-se também que desempenharam, no passado, um papel importante (6). Um outro grupo, este ainda hoje numericamente considerável, e que desde muito cedo povoou os rios da Guiné, pode ser encontrado entre o rio Cacheu e o Geba-Corubal. Trata-se dos **Papéis**. Segundo Walter Rodney a única ilha no Geba que não era povoada pelos Papéis era Bolama que pertencia aos Beafadas (7). Como iremos ver mais tarde, os **Beafadas** ocupavam um vasto território nos rios Geba e Corubal até que, mais tarde, foram repelidos pelos Mandingas. Eles também se encontravam concentrados nas costas da profunda bafa conhecida como Ria Grande de Buba. Os seus vizinhos de Geba eram os Balantas que ocupavam uma área considerável a leste dos Papéis e a norte dos Beafadas.

As cerca de 17 ilhas existentes para lá do estuário do canal de Geba e a Ria Grande de Buba eram habitadas pelos **Bijagós**. A maioria desta população parece ter vindo das terras adjacentes do continente, habitadas pelos Beafadas no séc. XVI, mas todavia consideradas como património dos Bijagós (8). Entretanto, nem todas as ilhas eram povoadas pela mesma etnia. Algumas demonstram estreitas afinidades com os Djolas, alguns com os Papéis e outros com os Nalús. É importante assinalar que os habitantes da maior ilha se encontram ligados pela tradição aos Coniaguis, um povo Paleo - negriti do planalto do interior da Alta Costa da Guiné.

Quanto aos **Nalús**, Garcia de Carvalho admite que eles, quando da sua primeira migração, deslocaram-se para ocidente, fazendo a sua primeira povoação em Bigine (perto de Bafatá), no rio Geba. Só mais tarde, por causa da pressão dos Beafadas, é que se deslocaram para ocuparem a região entre Ria Tombali e rio Nunes, formando cinco subdivisões (9). Os **Beafadas** constituem também um dos grupos mais antigos da região litoral. Juntamente com os Manjacos e Fulas, assumem uma importância particular no quadro desta comunicação. Por isso voltaremos a falar deles quando desenvolvermos o aspecto da organização social. Quando os Portugueses chegaram, os Beafadas ocupavam um terço da área actual da Guiné-Bissau. (10). Apoiando-se nas descrições do Padre Manuel Álvares, que viveu no Rio Grande com os Beafadas nos inícios do séc. XVII, Hawkins admite que estes tivessem ganho parte do território que controlam a partir da expulsão dos Bijagós (11). Apesar das constantes ameaças destes, os Beafadas foram capazes de exercer hegemonia na área. Controlavam mais de 25 territórios diferentes. E para além destes territórios situados no continente ainda controlavam algumas ilhas como Bolama e a ilha das Galinhas (12). Além disso exerciam uma grande influência sobre as áreas costeiras. Como exemplo pode-se citar o facto de que nos finais do séc. XVII o principal rei da ilha de Bissau recebia o seu «barrete», símbolo da sua realeza, do rei de Quínara, território dos Beafadas (13). Mas apesar da influência que exerciam na costa, eram «súbditos» de farim Cabo e do império de Cabú (14).

Ao falar do povoamento das regiões a partir do baixo Casamansa até ao rio Corubal, e a sul deste até ao Cacine por volta de 1840, A. Carreira dá conta de que a área designada por «Grande Cabú» era ocupada desde o século XIII-XIV por povos Mandingas do ramo Soninqué, que se espraiaram para ocidente ao território de Cumusse (Farim) e Brassu (Oio) (15). Ele admite que estes encontraram o alto e o baixo Geba ocupados por Beafadas, e a oeste destes por Balantas, e que, consolidada a ocupação Mandinga deu-se o «recalcamento» para oeste e sul dos Beafadas e por

exclusão de partes também dos Balantas. Estes recuaram em direcção ao litoral. Os primeiros foram descendo também para sul, atravessando o rio Corubal para se juntarem aos ocupantes do **chão** de Bolola (16).

Richard Molard encara a vasta maioria dos povos da «Alta Costa da Guiné» (designação emprestada a W. Rodney) como «refoulés», deslocados das suas posições de origem no interior (17). Cremos que uma das tarefas das Ciências Históricas na Guiné-Bissau consiste em estudar e compreender o movimento das populações ao longo da história não só como um aspecto fundamental do seu relacionamento com o mundo exterior, mas também como o resultado da sua dinâmica interna. A presente contribuição pretende dar um passo nesse sentido. Mas ela não poderá abordar mais do que uma ínfima parte desta problemática ao tratar apenas de alguns casos. Antes porém de passarmos à exposição do tema central, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre a organização social de alguns grupos étnicos. Compreende-se que não é possível fazer o mesmo para todas as etnias.

Depois das considerações de ordem geral passaremos a analisar o caso específico de dois grupos étnicos, quanto a nós relevantes para a compreensão em causa e indispensável ao desenvolvimento da nossa argumentação.Entretanto, no que diz respeito aos diversos tipos de organização social vigentes no território que estamos a analisar importa salientar antes de mais o seguinte:

1) É óbvio que se pode manter e distinção entre povos do litoral por um lado e os Mande e Fulas doutro. Mas importa sempre não esquecer as especificidades imanentes a cada um destes grupos;

2) Apesar da relativa autonomia que a organização política e social de cada um dos povos assume em relação à sua organização económica ela é ao fim e ao cabo o reflexo da forma como eles se organizam para produzir os bens materiais. As guerras interétnicas, os conflitos fronteiriços, constituem o prolongamento das relações políticas que, embora mediadas por outro tipo de relações (as de parentesco, por exemplo), são, em última instância, a expressão de interesses económicos;

3) Uma das contribuições mais importantes trazidas aos estudos africanistas foi a demonstração da extravagância da tese, segundo a qual as «sociedades oeste atlânticas» seriam caracterizadas pela «ausência inicial de toda a organização superior que distinguem o domínio Mande da do interior». Esta tese parece ter-se baseado largamente no contraste existente entre as consideráveis porções territoriais dos Estados Sudaneses e a pequenez das unidades sócio-políticas existentes na costa. Ainda relacionada com esta tese existe a crença de que os povos do litoral não

tinham superestrutura estatal e que deste modo viviam em «sociedades sem Estado». De acordo com Walter Rodney entendemos aqui por Estado a estrutura política na qual existem estatutos diferentes entre governantes e governados. Esta diferença é fundamentada não só pelas relações de parentesco, mas também assenta numa base territorial. O mais importante indício é a presença de cargos políticos, isto é, de pessoas exercendo funções que incluem autoridade secular sobre outros numa unidade territorial determinada e para os quais existem sanções efectivas que punem as desobediências. Estes cargos políticos são coordenados hierarquicamente (18).

Considerando todos estes critérios supracitados podemos dizer que uma grande parte das sociedades dos Rios da Guiné não podem ser consideradas «sem Estado». Os Balantas e poucos outros podem ser citados como uma sociedade que não apresenta a instituição real. Os estudos feitos até aqui sobre este grupo étnico são unânimes em considerar que no seu seio não há uma diferenciação baseada na detenção de propriedades, autoridade e poder coercivo. E mesmo neste caso as fontes parecem contraditórias pois enquanto que a maioria dos escritos postula o pònto de vista que acabamos de mencionar, um documento datado do séc. XVI afirma que os «reis» Balantas não eram diferentes dos seus subordinados (19). Porém esta designação deve ser encarada como uma referência aos chefes de aldeias e de unidades familiares (20). Segundo W. Rodney os Felupes podem ser excluidos do grupo dos que tinham um Estado político. Não porque não tivessem rei, que no séc. XVI foi uma figura muito poderosa, mas porque do ponto de vista territorial não existia uma autoridade baseada no controle de fronteiras claramente definidas e - como no caso dos Balantas - a família é a única unidade efectiva do ponto de vista político e social (21). Rodney conclui que para além dos Balantas e dos Djolas, os povos da Alta Costa da Guiné erigiram reinados e chefados na base de aldeias e famílias (22). Cada localidade tinha o seu chefe que prestava fidelidade ao rei ou a um dos reis da tribo. Cada rei controlava uma área específica, normalmente uma cidade e seus arredores. A restante área do reinado era controlada por «pequenos» chefes.

Depois destas considerações vamos passar a analisar a organização social e política de duas sociedades africanas onde existem estratificações sociais baseadas no controle territorial e noutros bens de carácter material susceptíveis de criar um poder económico que por sua vez sustenta o poder político. Estas diferenciações sociais constituem uma das fontes de conflitos sociais, que podem assumir um cariz étnico ou não, conforme a sua combinação com os outros factores sociais.

1.2. Organização político-social dos Beafadas e Manjacos

Apesar de se reconhecer que os seus poderes eram limitados, admite-se que a sociedade Beafada teve reis. Estes tinham um controle total sobre as principais cidades, mesmo se as áreas periféricas eram governadas por chefes, que estavam sob o seu controle (23).

A sociedade beafada, tal como as sociedades vizinhas (Papéis, Bijagós e Banhuns), era uma sociedade estratificada. Incluia uma classe nobre chamada **djagras**, que eram os únicos membros da sociedade autorizados a herdar o trono ou a serem proprietários de terra. De acordo com Álvares de Almada: «... as terras pertenciam a alguns fidalgos a quem (outros indivíduos) pagavam taxas sob a forma de produtos que possuiam, como entre nós, mas o povo comum não tinha nem terra, nem herança» (24).

O povoamento beafada era caracterizado por aldeias dispersas. Um nobre e suas mulheres viviam normalmente num povoamento chamado **apolonia**. Estes povoamentos variavam em tamanho, dependendo da riqueza do nobre e consequentemente da sua capacidade para suportar este ou aquele número de mulheres. Assemelhavam-se a aldeias onde o chefe de família governa sob o conselho de uma instância com funções consultivas.

Os Manjacos constituem uma outra etnia do litoral que foi directamente afectada pela expansão fula e suas consequências. Diferentemente de os Beafadas, a sua pátria encontrava-se geograficamente afastada do principal centro das acções levadas a cabo pelos Fulas. Mas dado que os Manjacos dominavam a força de trabalho nas feitorias localizadas ao longo do Rio Grande, uma das principais áreas de expansão fula, pode-se dizer que foram também directamente afectados (25). Os Manjacos vivem nas áreas ao sul do rio Cacheu e ao norte do rio Mansoa, ao pé da costa, incluindo as ilhas de Jeta e Pecixe. Eles são considerados como parte de um vasto tronco étnico que também inclui os Brames (ou Mancanhas) e Papéis. Todos eles possuem uma sociedade bastante estratificada.

A estrutura social dos Manjacos é caracterizada pela existência de aldeias reunidas em **Utxák**, com uma densidade populacional de 10 a 30 habitantes (1946) (26). Cada **Utxák** reagrupava várias povoações, cujos chefes eram designados **Nãtximetu**. Dentro de cada povoação havia numerosas **moranças** ou casas dum chefe de família. Esta, considerada a unidade social básica, consistia de um chefe de família, sua mulher ou mulheres e seus filhos. Os outros familiares eram também incorporados na morança. A sociedade foi e continua a ser uma sociedade patriarcal on-

de a herança passa de irmão para irmão e muito menos de pai para filho, às vezes pela linha materna, outras pela linha paterna, dependendo da região.

A sociedade rural divide-se aliás em duas grandes classes: famílias reinantes e fidalgos que ascendem a cargos de chefia, formando por sua vez castas diferenciadas; e grupos criados em vista de diferenças económicas, princípios religiosos ou políticos, agricultores e profissionais livres. Na primeira estão também agrupados os sacerdotes e mágicos.

A estrutura política tem um regime que se assemelha ao feudal. O poder político está concentrado nas mãos de uma classe de nobres. Os **Babucí**, proprietários ou usufruidores de extensas terras, representados por um régulo eleito por castas de sacerdotes ou famílias fidalgas, que tem o direito de exigir dos vassalos:

1º - certos tributos em géneros;

2º - a prestação de trabalho gratuito em seu benefício directo, durante um certo número de dias em cada ano;

3º - administrar justiça nas querelas suscitadas entre os seus súbditos;

4º - servir de poder moderador em conflitos familiares.

A base da supremacia do poder político vem essencialmente da posse das terras. Os instrumentos ou meios de governo encontram-se nas mãos da classe reinante ou dos nobres. O régulo detém em suas mãos e nas do seu «Conselho de Grandes» o exercício do direito. Ele e este Conselho representam uma magistratura. O direito é consuetudinário, baseado nas necessidades sociais, regulando as normas de conduta da população de um território independente. Existem privilégios de classes e o direito é territorial. Segundo A. Carreira, não existe uma estrutura política externa, podendo-se encontrar apenas unidades regionais com um mesmo titular de certos e determinados poderes (27). Entretanto o mesmo autor admite que os agrupamentos Manjaco e Brames tiveram em tempos ligação íntima a ponto de constituirem uma unidade política submetida à jurisdição do régulo do Bassarel. Era este que escolhia e entronizava o régulo de Brame Grande (hoje território de Bula) e de Brame Pequeno (hoje regulado de Có). E os governadores regionais, **Nãciê** (**Baciê**, pl.) e os chefes locais **Nãtximetu** (Bãtximetu, pl.), estavam sob a autoridade do Rei de Bassarel. Eles eram membros ou do **Batxatxa**, ou do Babuci, casta de nobres, dependendo da sua área de origem. Os membros do **Batxatxa** eram escolhidos em cerimónias realizadas no Irã da reinança que o rei de Bassarel oficializava (28).

Estas últimas considerações levam-nos a relativar a afirmação do autor supracitado quanto à existência de uma estrutura política externa.

No nosso entender, a citada ligação política existente entre Brame Grande e Brame Pequeno constitui um exemplo desta exterioridade.

2. Desenvolvimento dos conflitos e dissolução de unidades políticas

É durante a segunda metade do século XVIII que a área que compreende a actual Guiné-Bissau sofre uma série de mudanças sociais, económicas e sobretudo geopolíticas, como resultado da expansão de vários grupos fulas do império Mandinga de Cabú e de Firdú do Senegal. Os conflitos entre Fulas e os grupos étnicos autóctones por um lado e as rivalidades entre estes por outro afectou grandemente as estruturas das sociedades locais, tendo levado em certos casos à dissolução de antigas unidades políticas e à reconstrução de novas. No que concerne ao primeiro tipo de conflitos, os resultantes das sucessivas fases de expansão fula, Hawkins distingue três principais níveis (29).

O primeiro envolveu os Fulas de Cabú que se instalaram na região de Forriá da Guiné. No seio da sociedade fula já existiam numerosas divisões, incluindo os **Fula-ribê** (Fulas livres) e os **Fulas djiabê** (Fulas cativos). São divisões antigas que já existiam antes do início da expansão fula na Guiné no século IX. Contudo, no Forriá, os conflitos existentes entre estas divisões intensificaram-se, sobretudo com a vinda de grupos Fulas de Cabú. Estes conflitos conduziram a uma série de guerras civis entre os Fulas e envolveu não só outras sociedades africanas, como os Mandingas e Beafadas, mas também os Portugueses. Estas guerras abalaram as estruturas sociais, económicas e políticas existentes. Mudanças religiosas foram introduzidas pelos Fulas expansionistas, criando problemas para os habitantes e levando muitos a deixarem a sua área de origem para fugir à conversão religiosa e à dominação política.

No Forriá, ao longo do rio Grande, tinha-se desenvolvido um sistema produtivo agro-comercial baseado principalmente na produção e exportação da mancarra. As unidades agro-comerciais chamadas **feitorias** e cujos proprietários eram luso-africanos, portugueses e franceses utilizavam trabalhadores de diversos grupos étnicos, sendo a maioria constituida por Manjacos. Estas feitorias também serviram como postos comerciais e constituiam uma saída para os produtos locais e importados. Santa Cruz de Buba, uma vila comercial situada no Rio Grande, era o principal centro de exportação dos produtos destas feitorias e um ponto de recepção das caravanas comerciais do Futa Djalon. Com as guerras civis fulas, este sistema foi virtualmente destruido e nunca mais conseguiu reconstituir-se. Também Buba, importante centro comercial, sofreu um declínio con-

siderável em parte por causa da destruição do sistema de feitorias, mas também porque as caravanas que outrora traziam mercadorias para Buba começavam a ir para sul, para a área mais pacífica do Rio Nunez.

Várias mudanças políticas foram introduzidas no Forriá. Os Fulas usurparam o poder dos Beafadas que eram os proprietários das terras e impuseram a sua hegemonia sobre as populações locais. O envolvimento dos portugueses nas guerras entre os Fulas intensificou estes conflitos, prolongou as guerras e introduziu mudanças nas relações entre os grupos étnicos locais, bem como entre os Portugueses e os Fulas com as diferentes autoridades autóctones.

O segundo nível dos conflitos envolveu os Fulas que se expandiram do Firdú para o actual território da Guiné-Bissau, sob a liderança de Alfa Molo e seu filho Mussá Molo. Esta fase da expansão fula introduziu igualmente mudanças nas estruturas sociais, económicas e políticas existentes nesta região. A expansão do reinado de Mussá Molo exacerbou as diferenças entre os Fula-Djiábê e os Fulas-ribê e intensificou as hostilidades entre os Fulas e outros grupos étnicos, especialmente os Mandingas. Os modelos de produção foram afectados porque as guerras resultantes desta expansão desagregaram a agricultura e o comércio. Além disso a expansão de Molo modificou as relações entre os maiores centros comerciais da área, nomeadamente Sedhiou, Farim e Geba. Politicamente a expansão resultou em mudanças nas relações com outras autoridades políticas fulas, incluindo Forriá, Cabú e Futa Djalon. Também se desenvolveram novas relações entre Mussá Molo e outros Estados vizinhos islâmicos e não islâmicos, incluindo Bundu, Sine-Saloum, Niani, Baddibu e Wuli. Este período de expansão fula conduziu igualmente a mudanças de relações na área, nomeadamente, franceses, portugueses e ingleses. Voltaremos a esta problemática quando analisarmos a queda do império de Cabú.

Para Hawkins o terceiro nível do conflito é o resultante da presença portuguesa na região. Com efeito, apesar da sua presença na África Ocidental datar de há quatro séculos atrás, os Portugueses só começaram a tentar estabelecer o controle político no interior por volta de 1880. No seu esforço para controlar os territórios reclamados, e tal como fizeram outras potências coloniais em África, Portugal envolveu-se nos conflitos internos dos povos locais, designadamente entre os Fulas. Apoiaram um grupo contra outro no intuito de dividir e conquistar. Este facto enfraqueceu a capacidade dos Fulas e doutros grupos étnicos para apresentar uma frente unida contra a dominação portuguesa. Este terceiro nível do conflito será analisado na última parte desta comunicação.

Estes três níveis de conflito identificados por Hawkins pareceram-nos corresponder àquilo que efectivamente se verificou no terreno dos factos. Por isso, a análise que iremos desenvolver nas páginas seguintes foram profundamente inspirados nesta classificação. Vejamos no entanto antes de mais a chegada dos Fulas na região e os problemas que ela suscitou.

2.1. A chegada dos Fulas e o início dos conflitos

No segundo quartel do séc. XVIII os Fulas (do Futa Foro, ou Futa-Forros) penetraram no Cabú, acompanhados dos seus rebanhos de gado vacum. Eles já se encontravam na presente área da Guiné-Bissau pelo menos desde o séc. XV. Mas o seu número era insignificante até meados do séc. XIX. Esta situação começou a mudar por volta de 1850 (30).

Quando os Fulas começaram a sua rápida incursão no Forriá, situado a sudeste da Guiné e ao sul do Rio Corubal, a área era ocupada pelos Beafadas e Nalus. Forriá encontrava-se dividida em vários chefados. Os Beafadas controlavam Buba, Buiafada, Ugui, Cassole, Rumague, Coutabassi, Indióla, Coneátali, Bolola, Abi e Quem-Mará, enquanto que os Nalús habitavam Combijan, Sanika, Nalu e Simbel (31). Os Beafadas eram os senhores supremos das terras e os Nalús encontravam-se sob seu controle (32). Havia também Mandingas residentes na área, mas poucas informações são fornecidas sobre eles. Os primeiros grupos fulas que se instalaram no Forriá eram **Fulas-ribê** e seus escravos, os **Fulas-Djiábê**. Muitos deles vinham das áreas vizinhas como Cabú, Badora, Gussará e Kanadú (33).

Hawkins vê o movimento dos grupos fulas para Forriá a partir de 1850 em parte como uma reacção ao severo tratamento a que estavam sujeitos noutras áreas. Os governadores locais no Cabú, principalmente os Mandingas e alguns Beafadas sentiam-se ameaçados pelo rápido aumento do número de Fulas que vinham viver no seu território; achavam que a única via para frenar o crescimento e o movimento contínuo dos Fulas era adoptar métodos de controle mais severos. Por isso elevaram os tributos exigidos aos Fulas e os métodos de tratamento com os seus súbditos tornaram-se exigentes e às vezes violentos.

Os governadores Beafadas exigiam que cada famflia fula, uma vez chegada ao Forriá, pagasse uma taxa que consistia num bezerro e sessenta bandas de pano de algodão. Em troca, os Fulas recebiam pasto para o gado e sal para a sua alimentação (34). Eles adaptaram-se bem às novas condições porque a terra era fértil e os seus rebanhos aclimataram-se rapidamente. Os Beafadas aceitaram facilmente a sua presença sob seu controle, pois o grande número de gado dos Fulas era uma fonte de receita e de riqueza para os «donos» das terras.

Contudo, este pacífico estado de coisas entre os Beafadas, e em menor medida os Nalús e Mandingas, por um lado, e os Fulas, por outro, não durou muito tempo. Entre 1850 e 1868 o número de Fulas em direcção a Forriá aumentou tremendamente. E quando isso aconteceu eles começaram a desapossar os Beafadas das suas terras. E estes, ao darem-se conta de que a população fula estava a crescer mais rapidamente do que a sua própria, tiveram receio de que uma eventual acção fula fosse empreendida contra eles. Tal como os Mandingas de Cabú tinham feito, os Beafadas começaram a exigir mais dos seus súbditos fulas. Estes tornaram-se «objectos de inumeráveis extorsões e actos de violência, levando actualmente uma vida servil» (35). Na sequência desta situação assistiu-se ao despertar de uma crise de relacionamento entre as duas etnias, pois os Beafadas não queriam ceder a sua terra e os Fulas não estavam dispostos a ser reduzidos a uma posição servil. A guerra entre estas duas etnias, que teve lugar entre 1868 e 1874, foi essencialmente uma luta pelo controle territorial e de espaços políticos. No fim de contas os Beafadas não conseguiram defender as suas terras.

Entretanto, o fenómeno historicamente registado com a queda dos Beafadas e Mandingas de **Cabu N'Gabe** (36) passa-se na margem esquerda do rio Geba, ou seja, do lado de Cabú. Com efeito, a invasão do Cabú pelo norte, por Sancorla, agravou a tensão interna nos pequenos chefados. Entrando no território da Guiné pelo regulado de Sancorla, e depois de dominar algumas regiões situadas na margem direita do rio Geba, Alfa Molo, régulo de Firdu (então território francês), fixou-se em Dandum, naquele tempo povoado por Beafadas, Mandingas e Soninques. Foi a partir daí que veio atacar Chime (Bassum), mas foi derrotado pelo régulo Ansumane Sambu, auxiliado por Djalia Nanqui, régulo de Cosse. Regressando a Firdu, como se sentisse ferido pela derrota de Chime, Alfa Molo voltou a Dandum e pensou em atacar o régulo de Cosse, cuja fama tinha chegado até ao território francês. Mas Alfa Molo morreu antes que pudesse realizar o seu sonho. Foi seu filho, Mussa Molo, que ao subir ao trono de Firdu, transformou o sonho do pai em sua maior preocupação, isto é, submeter os restantes territórios. À medida que estes eram expugmados, os régulos eram substituidos por Fulas escolhidos dentre os melhores guerreiros. Venceu o régulo de Chime e ali deixou Bela Balde, pai de Habido Balde, penúltimo régulo daquele território (37).

Em seguida atacou Carantaba (Corubal), povoação que muito se tinha distinguido pelas notáveis fortificações, até então consideradas inexpugnáveis. Depois de muitos dias de resistência, foi completamente arrazada, tendo os seus habitantes fugido para Quínara, que era o refúgio dos

Beafadas. Deu a «reinança» de Corubal a Damam Balde, pai de Moli Balde, seu último régulo, falecido em Buba em 1938 (38). Foi também o mesmo Mussa Molo que auxiliou o régulo Bali Sanha a conquistar Bigine, maior povoação de Badora, onde os Mandingas recusaram reconhecer este último como régulo. «Mussa Molo era o terror dos Mandingas e Beafadas» (39). Segundo o mesmo autor, quase todos os régulos Fulas da área de Bafatá deveram a sua «reinança» a Mussa Molo.

Segundo A. de Barros, a circunscrição de Bafatá era povoada por Beafadas e Mandingas, havendo em cada um pequenos núcleos dos chamados «Soninques». Com a invasão de Mussa Molo, os Beafadas fugiram em grande número para a região de Fulacunda, tendo ficado um muito reduzido número deles, apelidando-se hoje de Mandingas (40). É para esta região que se desloca o centro dos conflitos a partir da segunda metade do séc. XIX como iremos demonstrar no capítulo seguinte. As lutas interétnicas, embora com pausas, recuos e avanços dos contendores, duraram até 1864-65, altura em que os Fulas unidos (Fulas-forros com auxílio dos Futa) conseguiram bater os Mandingas (do grupo Soninque) na chamada batalha de **Turuban**, submetendo-os ao seu domínio, assim como a todos os outros povos das regiões periféricas.

Antes porém de passarmos a analisar os acontecimentos que tiveram lugar no Forriá gostaríamos de abrir um parêntesis para tecer breves considerações sobre o fim do reino do Cabú, dada a sua ligação com a conquista fula.

2.2. O fim do Reino de Cabú

O nosso propósito não é de fornecer uma análise detalhada do processo que levou ao declínio deste grande reino. Isto ultrapassaria o âmbito desta comunicação. Resolvemos, porém, abordar o assunto dada a estreita relação existente entre a crise do Cabú, a expansão fula e a propagação do Islão nesta área. Por outro lado, o fim deste império representa o desmantelamento de uma das maiores unidades políticas existentes no Sudão Ocidental.

Segundo Carlos Lopes, o Cabú foi o símbolo do domínio de um espaço geográfico e humano que permitiu o desenvolvimento de uma cultura e de uma estrutura política adaptadas às especificidades da região. Ele foi uma sociedade em harmonia com o seu tempo e participou na evolução específica do Sudão Ocidental (41). Este último facto significa que o Cabú também participou no tráfico negreiro. O espaço que ele conseguiu controlar esteve aliás em grande medida ligado a este sistema de exploração. Com efeito, o Cabú, produto desta economia centrada no comércio

de longo curso e no tráfico negreiro foi durante muito tempo o Estado mais vasto da região e um dos que melhor sobreviveu às crises do Sudão. O tráfico com os postos comerciais portugueses (Zinguinchor, Farim, Cacheu, Geba, etc.) permitiu aos reis e príncipes enriquecerem-se e adquirirem armas de fogo, graças às quais eles podiam fazer a guerra contra os países vizinhos e adquirir escravos que revendiam aos europeus.

Como no Sudão, a sociedade mandinga de Cabú era fortemente hierarquizada (príncipes reais, homens livres, gentes castas, artesãos, escravos). Os Nyanthio foram a classe dominante que, através de taxas e da exploração doutrem conseguiram manter-se no poder. A queda do império do Cabú começa quando este sistema altamente hierarquizado é posto em causa. Nos inícios do séc. XIX os Nyanthio tiveram uma série de problemas internos. Durante o séc. XIX os Governadores provinciais passaram a ter mais poderes e consequentemente o poder central começou a perder o controle sobre as áreas periféricas. Começaram a surgir as guerras interprovinciais e interfamiliares. Assiste-se a uma guerra civil em Cantora, enquanto que Sankolla e Tumana lutavam entre si, como também fizeram Wuropana e Djimara. Há uma redução sistemática do espaço territorial sob o controle dos Nyanthio. Os conflitos entre as Famílias Sané e Mané conduziram a uma crise de unidade entre os Mandingas e enfraqueceu-os internamente, principalmente face as às ameaças de fora. Kansala perdera cada vez mais o poder, e o respeito do Cabú-Mansa-Ba diminuiu cada vez mais.

Paralelamente a este fenómeno, dá-se um outro que também vai contribuir para o declínio do Cabú. A uma dada altura os Fulas começam a revoltar-se contra a exploração malinké, inspirados pelos seus irmãos das regiões vizinhas de quem esperavam receber apoio. Eles organizam-se para estruturar novas entidades políticas. Para isso protegem-se de uma ideologia islâmica e pretendem fazer guerras santas - as Jihad. Mas como dizia Cissoko « les guerres de religion menées par les peuples a partir du XVIII siècle camouflent d'ailleurs mal le mobile politique. Les guerres saintes ne tarderent pas, en tout cas, a tourner en guerres de conquete et de recherche de butin» (42), Os Soninkes defenderam-se desesperadamente, mas perderam a maior parte das províncias.

Acrescido a estes dois factores acima apontados, há um terceiro factor que conduziu à queda definitiva do Cabú. Com efeito, a riqueza deste - devida aos seus contactos directos com os postos comerciais europeus - aguçou o apetite dos Alamamis de Futa Djalon. Estes últimos dependiam, nas suas relações com os entrepostos portugueses da Guiné, dos Mansa de Cabú. A conquista de Cabú foi portanto um dos objectivos da

política dos Almami. Sabe-se também que o Cabú animista constituia um importante reservatório de escravos para as guerras de *razzias* e de conquistas dos Alfa Labe que viam nestes países a sua zona natural de expansão.

Cabú não tinha portanto outra possibilidade de subsistir a não ser lutar de armas na mão. Durante a primeira metade do séc. XIX, os Alamamis do Futa Djalon e os Alfa Mo Labé (chefes de província de Labé, próximo do Cabú), multiplicaram as expedições contra o Cabú. O episódio que se tornou o grande acontecimento do Ocidente foi a destruição, em 1865, pelo Almamy Oumarou, da capital Kansala, defendida por Dianke Walli. É no decurso do famoso **Touraban Kello** que os Nyanthio fizeram explodir a capital, matando defensores e invasores. Os Malinké de Cabú dispersaram-se nas regiões vizinhas, na Casamansa Setentrional, nos vales de Gâmbia. Cabú torna-se assim uma província sujeita aos reis fulas até à conquista europeia. É um dos exemplos mais vivos da destruição de uma unidade política e sua reintegração numa outra.

Para completar a nossa imagem sobre os conflitos étnicos e as suas repercussões na dissolução de unidades políticas vejamos o que aconteceu no Forriá durante a segundo metade do séc. XIX.

2.3. Os conflitos no Forriá

Depois de os Fulas terem derrotado os Mandingas e os Beafadas, a guerra continuou no Forriá, tendo-se transformado numa «guerra civil», segundo a designação de Hawkins. Com efeito, enquanto se desenvolvia a guerra entre etnias, as camadas mais oprimidas das sociedades africanas começavam a protestar o poder dos régulos. As normas que regulavam o exercício dos cargos políticos permitiam aos régulos lançar impostos; exigir dos seus súbditos trabalhos compelidos em seu benefício directo; organizar milícias militarizadas para atacar e submeter povos vizinhos, ou mais fracos, fossem eles da mesma etnia ou não, reduzindo-os, quando vencidos, à condição de escravos. Estes eram depois utilizados nos trabalhos dos «Senhores», ou como tais, vendidos às caravanas que demandavam a costa ocidental africana, constituindo assim uma importante fonte de receita.

Este último facto constitui uma indicação do que era uma realidade na Alta Costa da Guiné na era do tráfico de escravos: uma grande parte das hostilidades interétnicas era motivada por e orientada para o tráfico de escravos no Atlântico. Segundo Álvares de Almada o ajuntamento de povos no rio Cacheu - Banhuns, Cassangas, Djolas, Papéis e Balantas - era visto pelos traficantes de escravos como um paraíso (43). E Wal-

ter Rodney confirma que de facto toda a Alta Costa da Guiné oferecia amplas oportunidades para conflitos entre grupos étnicos e guerras locais que eram feitas especificamente à procura de escravos para exportação (44).

Portanto a «guerra civil» era uma guerra levada a cabo para se libertar de uma situação de dominação.

Desta situação de «caça aos homens» nasceu, por exemplo, o que ficou consagrado nos estudos etnográficos portugueses como **Fulas-pretos** (Fulas Djiábê) e que entre os Mandingas se designou por **Fula-Djom** ou **Fula-fim** (=cativo de Fulas), e entre os Fulas-forros (Fulas-ribê), Futa-fulas (Futancas ou Fulas do Futa), por **Matchudo** (=escravo) (45).

Os Fulas-djiábê para escaparem à escravização e à guerra, iniciaram por volta de 1850-51 o seu êxodo a caminho do sul, atravessando o rio Corubal, no território de Belola. Provinham do Firdu, do Gabu, de Badora, de Gussara, do Ganadu e outros. Era uma tentativa de se libertarem da condição de escravos dos outros Fulas, todos tidos como «nobres» (46). Neste contexto importa sublinhar a opinião de A. Carreira que sustenta que a luta de etnias que aparentemente parecia uma consequência de antigas rivalidades encobria no fundo as velhas fricções entre classes sociais e políticas e os grandes régulos, que haviam avassalado pela força das armas um certo número de chefados, exercendo sobre as suas populações uma tirania insuportável. As guerras que assumiram uma forma religiosa eram no fundo a luta de libertação e de disputa de posições políticas. De facto as questões de natureza política e religiosa em jogo estavam a encapotar as dificuldades económicas com que se debatiam desde há muitos anos os pequenos chefados avassalados e sujeitos às prepotentes exigências, as pilhagens e a escravização pelos «grandes».

Segundo tudo indica, as próprias populações avassaladas, mercê do contacto com o negociante europeu e com o **djula**, começaram a ter consciência de que os régulos suzeranos exerciam formas de poder já ultrapassadas, pelo que seria necessária uma acção tendente a minorar as dificuldades económicas derivadas principalmente do sistema de subsistência. Esta guerra durou até 1898/1899 (47).

Uma vez fortes numericamente e bem armados, os Fulas-djiábê recusaram-se a pagar tributos aos Beafadas de Bolola e proclamaram o território «terra libertada» (Forriá). Teixeira de Barros sintetiza nestes termos este processo:» estavam os fulas (pretos) assim senhores do novo território, o que eles chamam Forriá, que em língua Mandinga, que todos eles falam e conhecem, quer dizer terra livre» (48). O estabelecimento dos Fulas-ribê no Forriá (então Bolola) data também de 1851. Mas eles ti-

nham vindo em pequeno número e tudo indica que até 1879 data da primeira guerra entre Fulas-forros e Fulas-pretos.

Enquanto prosseguiam os conflitos entre Fulas-djiábê e Fulas-ribê, o régulo suzerano de Cabú decretou, em 1874, a anexação do território do Forriá. A luta transformara-se numa autêntica **djihad** devido à evidente forma religiosa e sangrenta que assumiu. Os grupos islâmicos dominantes (Fulas-forros e Futa-fulas) transformaram os derrotados em escravos. Parte deles era logo aproveitada como força de trabalho para o cultivo de mancarra e/ou colheita de produtos procurados pelos europeus; e a outra parte era incorporada nas forças militares para a continuação da luta de conversão dos animistas ou, ainda, para venda aos povos do interior.

Porém, os Fulas-ribê de Bolola não aceitaram a anexação do seu território pelos Futa-fulas. Em 1880 rebelaram-se contra a tirania do régulo de Cabú. A despeito de tudo, os Fula-forros, assim como os outros, não se sentiam seguros em Bolola. Para além das crescentes incursões das gentes do Cabú, encontravam-se cercados pelos Beafadas, donos do chão.

Se os problemas existentes no seio dos Fulas eram motivados pela revolta dos cativos contra os «senhores», não deixavam de ser também o resultado da disputa do poder entre os diferentes chefes políticos. Nesta perspectiva, o maior conflito parece ter sido aquele registado entre Bakar Demba, o imperador de Forriá, e Bokar Quidali, o imperador do Cabú.

A situação agravou-se quando os Fulas-djiábê começaram a construir as suas próprias aldeias e a prepararem-se para a guerra. Bokar Quidali sentiu-se ameaçado, por isso ordenou que não construissem mais casas e que destruissem as já construidas. Uma boa parte deles acataram estas ordens, mas os de Combijan permaneceram firmes na sua decisão de lutar. Efectivamente lutaram e venceram uma força dos Fula-ribê liderada por Pate Bolola. Muitos membros da força atacante foram mortos, enquanto que o próprio Mamadu Pate conseguiu escapar-se. Os outros Fulas-djiábê que não participaram neste ataque tiveram medo que os Fulas--ribê se vingassem. Por isso decidiram refugiar-se no forte de Buba. E esta série de acções conduziu a hostilidades crescentes entre os diferentes grupos de Fulas e entre Fulas-forros e os Portugueses. Este processo será objecto de análise no próximo capítulo. Mas para fornecer uma imagem mais completa da dimensão que assumiram os conflitos entre etnias e dentro de uma etnia entre as classes dominantes e classes dominadas por um lado, e entre classes dominantes entre si por outro, importa referir o seguinte: aproximadamente pela mesma altura (segundo quartel do séc. XIX) processou-se um fenómeno idêntico - tensão interna nos chefados - entre os Manjacos de Baboc (ou Costa de Baixo). O seu régulo suzerano

residia em Bassarel e tinha sob a sua dependência mais de 26 pequenos chefados (49). Deles recebia tributos de vassalagem. E destes chefados alguns localizavam-se na área periférica em relação à sede. Sublevaram-se e independentizaram-se do poder central. Isto conduziu a que outros chefados tomassem a mesma decisão provocando deste modo o desaparecimento das «grandes» unidades políticas em todo o território (50). De entre as causas que levaram à desintegração destas unidades políticas seria interessante considerar também, pelo menos hipoteticamente, a influência da emigração. Pois apesar de não se saber exactamente quando é que começou a emigração de jovens manjacos para outras áreas, sabe-se que nos meados do séc. XIX ela já constituia uma prática (51). Há autores que admitem que esta vaga de migração tivesse começado como uma resposta às exigências feitas pelos régulos em relação às populações. Bocande afirma que os jovens de Bassarel e de Baboc iam tarbalhar para os europeus que comerciavam ao longo da costa para poderem «acumular riqueza suficiente para satisfazer o rei de Bassarel» (52). Eles trabalhavam nos barcos europeus ou nos centros portuários urbanos. Começaram por oferecer o seu serviço a navios portugueses, mas depois passaram a trabalhar para os franceses e ingleses (53), viajando para cima e para baixo ao longo da costa e para a Europa (53). Também emigravam para outras zonas onde viviam outros grupos étnicos. Com a introdução do cultivo da mancarra durante o séc. XIX, os Manjacos tornaram-se o seu principal cultivador nas feitorias do Rio Grande.

Hawkins diz que se a afirmação de Bocande, segundo a qual certos elementos da sociedade manjaca foram obrigados a deixar as suas áreas de origem para encontrar trabalho e apoiar o rei, for verdadeira, então ela levanta questões interessantes sobre a dimensão e o tipo de controle que este exercia sobre os seus subordinados. Nós diríamos que se esta informação se confirma, ela vem apoiar a nossa hipótese segundo a qual:

1) as causas dos conflitos interétnicos e intraétnicos devem ser procurados na estrutura e modo de funcionamento das sociedades em questão, sobretudo a nível das suas estruturas sócio-políticas;

2) os elementos exógenos, apesar da sua menor importância em relação aos endógenos, não deixam de ter uma influência considerável sobre os aspectos endógenos.

Daí que admitimos que não só o facto de alguns elementos da sociedade manjaca terem deixado o seu país para se instalarem noutras zonas tivesse abalado a sua sociedade de origem - uma vez que ela se encontrava privada de um dos seus principais suportes, que é a camada jovem - mas também os novos valores que estes, em contacto com outras culturas e

civilizações, assimilavam e eventualmente tentavam «transportar» para as suas sociedades, tivesse igualmente contribuido para o seu enfraquecimento. E de entre estes valores não é de excluir os grandes ideais como o da liberdade, independência e progresso individual. Nestas circunstâncias, a emigração funciona não só como a consequência de uma sociedade em conflito com ela mesma, mas também como um elemento importante na explicação da sua desintegração.

Para além dos conflitos que analisámos na segunda parte deste nosso trabalho, a história registou outros que não podemos desenvolver nesta comunicação, não só por causa do tempo que nos é limitado, como também por dispormos de poucos dados sobre os mesmos. Assim, sabe-se, por exemplo, que em meados do ano 1890 guerreavam, entre si, os Papéis de Antula e Intim, ajudados pelos Balantas de Nhacra e Cuntanga, e estes pelos habitantes de Bissau. Mas não dispomos de informações detalhadas sobre estas lutas. Pensamos, no entanto, que estes conflitos constituem um importante objecto de pesquisa. O seu aprofundamento poderá fornecer elementos importantes para a compreensão dos problemas étnicos que ainda continuam a assolar o continente.

Entretanto, e à guiza de conclusão deste capítulo, importa sublinhar que para além das consequências de ordem económica que os conflitos interétnicos provocaram e às quais nos referimos brevemente no início do capítulo, eles tiveram um efeito político considerável. A julgar por aquilo que conhecemos sobre os povos que sempre dispuseram de uma organização política forte, coesa e nitidamente hierarquizada (Mandingas, Fulas, Beafadas, Manjacos, Papéis) o deflagrar dos conflitos que acabamos de analisar constituiu um sintoma de que, no geral, a centralização , ou melhor a monopolização do poder por certas linhagens ou castas, a escravização e opressão de determinadas classes, bem como o prestígio e o controle territorial, combinados com outros factores externos, conduziram a um profundo abalo destas sociedades.

A obediência e o respeito que os povos tributavam às autoridades políticas passaram a ser um mito. Quer dizer, o poder político tradicional perdera a sua eficiência e cada fracção étnica procurava equilibrar-se segundo os condicionalismos e pelos seus próprios meios.

Por outras palavras, as sociedades africanas não são tão idílicas como alguns historiadores e etnólogos querem fazer crer; elas comportam o germe de uma contradição social suceptível de se metamorfosear num conflito de tipo antagónico. Assim foi antes e durante a colonização, assim é após a colonização. O prolongado conflito que acabamos de analisar em traços largos, «pode considerar-se o "dobre de finados" do poder

político tradicional» (54). O pior é que ao findarem as hostilidades, se um ou outro régulo ainda manteve ligeiras parcelas do seu poder - embora com duvidoso prestígio - tudo isso desapareceu com a «pacificação» geral levada a efeito com o auxilio efectivo de certas camadas das sociedades Fula e Mandinga. Na ignorância do que as autoridades tradicionais representavam para a coesão social dos povos e até para o controle das deslocações em cada área territorial, a Administração portuguesa procurou logo diminuir ainda mais o fraco poder dos régulos, desprestigiando-os sistematicamente perante os súbditos, minando os seus apoios, talvez na persuasão de que com isso podia conquistar as suas simpatias e a sua confiança (55).

E como se isso não bastasse, e negando validade às formas costumeiras instituidas para a escolha de chefes, recorreu à farsa das eleições «democráticas», incompreendidas e repudiadas por todos os grupos étnicos. É este comportamento que se tornou numa fonte de atritos e conflitos entre as etnias, que iremos analisar no capítulo seguinte.

3.Os conflitos interétnicos e a implantação definitiva

3.1. Portugal face às outras potências coloniais: luta pelo controle territorial

Se os conflitos interétnicos - e as suas consequências (económicas, sociais e políticas) - que assolaram na segunda metade do séc. XIX o actual território da Guiné-Bissau sózinhos não explicam a mudança de estratégia dos portugueses nesta área, eles servem para compreender os métodos utilizados para a penetração e implantação definitiva deste colonialismo. Com efeito, a mortandade, as pilhagens e as violências de toda a ordem resultantes das guerras entre etnias, designadamente o arbítrio com que se venderam como escravos contingentes de homens livres, provocaram enorme desgaste na população. «Toda ela anseava pela paz, pelo sossego e pelo retorno ao trabalho pacífico» (56). É esta situação que os europeus, particularmente os portugueses, vão explorar a seu favor para se apresentarem como apaziguadores, portadores da «paz» e da tranquilidade, como «pacificadores», apesar da sua intervenção tardia - cerca de quarenta e cinco anos após o início das guerras (1840/41).

Antes de 1880 Portugal tinha pouco interesse em estabelecer um controle político sobre a área. O seu principal interesse era de natureza comercial; pretendia controlar o fluxo comercial dos produtos. Mas nem isso os portugueses conseguiram fazer com sucesso. Pois eram os franceses que detinham o monopólio do comércio em quase toda a costa

atlântica. Como diz Hawkins «*Portugal was never really able to workout a suitable scheme for holding on to Guinea-Bissau and making it a self--sufficient part of his empire*» (57).

Entretanto Portugal estava consciente do vasto potencial que o território oferecia. Sabia que tanto o solo como a floresta eram ricos e que os inúmeros braços de rios lhe ofereciam largas possibilidades de fazer escoar os produtos. Como dizia um Governador Geral de Cabo Verde e Guiné Portuguesa em Setembro de 1856: «as margens do Rio Grande, Bissasseme, Tombali e Bolama, bem como a ilha das Galinhas, oferecem--nos uma grande riqueza e um bom futuro. A Guiné podia ser um outro Brazil» (58). Portugal também sabia que para garantir o controle da Guiné-Bissau tinha que estabelecer e manter controle ao longo do Rio Grande, que em meados do séc. XIX constituia a principal fonte de receita para a colónia. Este último facto é importante para a compreensão do envolvimento de Portugal nos conflitos de Forriá. É aliás este conjunto de acontecimentos e de experiências acumuladas ao longo de mais de três séculos de contacto com o continente africano que Portugal, apesar da sua posição económica desvantajosa, vai capitalizar para fazer face às ambições doutras potências europeias, nomeadamente França, Inglaterra e Holanda. Neste ponto importa lembrar que os Portugueses foram os primeiros europeus a estabelecer-se na costa ocidental de África, datando a sua chegada de 1440, e que antes de 1880 eles já tinham intervido no continente, através de alianças comerciais e sobretudo através de venda de armas.

Em 1880 os objectivos e aspirações de Portugal começaram a modificar, devido em grande medida à pressão de outras potências europeias de então e, mais tarde, às resoluções adoptadas na Conferência de Berlim (1884-85). O fim do tráfico de escravos, a revolução industrial e a procura de fontes de matérias-primas, bem como de mercados para os produtos acabados tinha provocado uma mudança de atitude dos europeus em relação a África. Impunha-se a ocupação efectiva dos territórios outrora «vagamente» governados. É neste contexto de disputa entre as potências coloniais de então que surge a Conferência de Berlim, cuja principal resolução em relação à área que estamos a analisar (Rios da Guiné de Cabo Verde) consistia em cada país europeu ter que demonstrar «ocupação efectiva» das áreas que reclamava, tanto na costa, como no interior do continente. Perante esta constelação a situação começou a complicar-se cada vez mais para Portugal, pois ele não ocupava efectivamente os territórios que reclamava. E a França, principal rival de Portugal na altura, controlava não só o sector comercial no território que corresponde à actual Guiné-Bissau, como também todo o território circundante (58).

As rivalidades entre Portugal e a França só foram resolvidas em 1886 depois do acordo luso-francês, no qual foram traçadas as fronteiras. A. Carreira deixa entender que são principalmente razões económico-comerciais que estão na origem da assinatura do acordo, e que ele vem um pouco na sequência dos conflitos interétnicos que não permitiam o estabelecimento das condições indispensáveis ao livre exercício do comércio e a livre circulação de pessoas. Tornava-se, portanto, necessário definir em concreto as áreas de actuação legal de cada país.

À primeira vista este acordo deveria pôr termo aos conflitos interétnicos. Mas este sonho não chegou a concretizar-se, pois a origem e a natureza destes conflitos não permitia a sua resolução com a simples definição jurídica das áreas, e sobretudo quando esta definição é feita segundo critérios fixados pelas potências europeias. A guerra continuou no Alto Geba, em Bolola e no Quínara; e também de certo modo no Futa-Djalo. Na parte que coube a Portugal ela devastou o Alto e o Baixo Geba, o Cabú, o Corubal, Bolola (ou Forriá) e o Quínara; e veio a terminar teoricamente cerca de 1898/99. As suas sequelas, porém, é que se projectaram por muitos anos (60).

3.2.Portugal e os conflitos no Forriá

Por volta de 1880 os Portugueses estavam insatisfeitos com a sua posição nos rios da Guiné de Cabo Verde. Esta insatisfação devia-se não só à rivalidade entre nações europeias, mas também ao controle estrangeiro do sector comercial e as ameaças ao comércio resultantes das guerras entre Fulas e Beafadas por um lado e entre Fulas por outro. É neste contexto que os Portugueses decidiram imiscuir-se no conflito entre Fulas-djiábê e Fulas-ribê, esperando talvez acabar mais rapidamente com a guerra e conquistar aliados. Foi assim que, a partir de 1879-1880 o governo português decidiu prestar auxílio aos Fulas-djiábê nas suas lutas pela independência contra os seus «senhores» Fula-ribê. Os portugueses que se tinham estabelecido em Buba estavam dispostos a prestar ajuda aos Fulas-djiábê sob a forma de abrigo e protecção quando estes o necessitassem. Muitos Fulas-djiábê vieram estabelecer-se na praça de Buba e os residentes portugueses protegeram-nos contra os Fulas-forros. Os Fulas-djiábê lançavam muitos ataques aos seus antigos chefes a partir da sua posição perto do forte. Roubavam gados a estes e vinham vendê-los nas várias feitorias. Por sua vez, os Fulas-ribê, que estavam conscientes deste lucrativo comércio, atacavam as feitorias com o fito de recuperarem os seus gados roubados (61).

Isto teve como consequência o agravar de conflitos entre estes dois grupos.

Apesar de os Portugueses nunca terem declarado a sua intenção de proteger, libertar e apoiar todos os indivíduos que viessem do interior à procura de protecção sob a bandeira portuguesa, chegaram a praticá-lo. E esta acção criou muitas tensões entre os Fulas por um lado, e entre os Portugueses e os vários grupos fulas por outro.

Em troca da protecção que recebiam, os Fulas-djiábê serviram como auxiliares dos Portugueses nas suas guerras travadas na região de Forriá e noutras partes da colónia. Em 1882, os Portugueses tinham a intenção de atacar a tabanca de Ugby onde se encontrava Bocar Quidali com a esperança de que este ataque poria fim às «desordens» existentes no Forriá. Para levar a cabo este ataque, utilizaram um dos seus batalhões de soldados regulares e cerca de 2000 auxiliares mandingas e fulas-djiábê (62). Tendo oferecido protecção a estes, iniciaram uma aliança que depois continuaram a explorar ao longo da conquista e do período colonial. Referindo-se ao pacto firmado entre os Fulas e os Portugueses, Teixeira da Mota dizia: «Quando os Fulas se aperceberam de que as suas espingardas, de pederneira e espoleta, não podiam enfrentar com eficácia as de tiro rápido na posse dos portugueses, então prontificaram-se a suspender a luta e a cooperar com as forças portuguesas, organizando contingentes de «tropas irregulares» para com elas bater os animistas e os grupos recalcitrantes. A título de compensação ser-lhes-ia permitido o saque às aldeias dos vencidos, apossando-se de gado, de cereais e de outros bens» (63). Os Portugueses aproveitaram-se portanto da fraqueza dos Fulas e dos seus interesses para fazer uma aliança e submeter a sua dominação aos restantes grupos étnicos. Pois, uma vez conseguida a tranquilidade em quase todo o território, o Governo português satisfez as aspirações dos chefes Fulas. Os indivíduos que «melhores serviços» tinham prestado durante a luta ou os que souberam explorar as vaidades e as rivalidades dos oficiais portugueses condutores da guerra, ascenderam aos regulados vagos ou aos instituidos por uma política vesga das autoridades nas áreas da população inteiramente animista. E mal se sentiram senhores do mando, encetaram, pelos métodos mais insidiosos, a acção tendente à conversão dos «animistas» à religião islâmica. O exemplo de Abdul Indjai, feito régulo de Oio, é edificante (64). O desacerto desta política é tanto mais criticável quanto é certo que parte significativa dos ditos animistas nunca tiveram na sua orgânica tradicional chefes políticos com as funções e as estruturas equivalentes às dos régulos Fulas e Mandingas. Por isso não os podiam compreender e muito menos aceitar pacificamente. É a partir

deste tipo de intervenção que se pode atribuir à Administração portuguesa parte da responsabilidade nos conflitos interétnicos.

Como vinhamos dizendo, os Portugueses envolveram-se directamente na «guerra civil» fula oferecendo protecção a uma parte e lutando activamente. Em 1879 enviaram uma força de 200 soldados a Buba com o objectivo de obter dos Fulas-djiábê a libertação de alguns indivíduos que estes tinham capturado (65). Segundo o mesmo autor, eles tinham ainda outros objectivos. Também usaram esta oportunidade para tentar convencer os Fulas-ribê e os Futa-fulas a eliminar as **taxas** que estes exigiam dos comerciantes que operavam ao longo do Rio Grande.

Foram incapazes de convencer os dirigentes Fulas a prescindirem desta importante fonte de receita. O apoio prestado pelos Portugueses aos Fulas-djiábê complicou ainda mais a situação. Aos problemas já existentes no Forriá vieram associar-se os problemas trazidos por eles.

Os Portugueses e seus aliados envolveram-se cada vez mais nos conflitos de Forriá. Em 1881, o Governo português resolveu atacar Gam-Suomo, onde as suas forças ficaram derrotadas. Estamos no início das guerras de 1881 e 1882 (66). É ainda Teixeira de Barros quem nos dá conta de que a seguir a este ataque os Fulas-forros atacaram os postos de Santana e Regina, na margem esquerda do Rio Grande. Na sequência deste, o Governo arrasou Bolola em 1882. E segundo o mesmo autor ele tinha a intenção de fazer o mesmo a Quidole, mas não chegou a fazê-lo porque os Fulas-ribê vieram perdir perdão e sujeitaram-se a pagar duzentas vacas de indemnização (67). Hawkins fala do ataque de quatro tabancas fulas-ribê - até aqui consideradas invencíveis - levada a cabo pelas forças portuguesas em 1882, e onde estas sairam vitoriosas. Eles surpreenderam os Fulas-ribê e obrigaram-nos a refugiar-se no mato (68). As fontes documentais de que dispomos não nos permitiram confirmar se se trata do mesmo ataque referido por Teixeira de Barros no seu relatório. Mas tudo indica que os dois autores são unânimes em considerar que as operações militares levadas a cabo pelos Portugueses obrigaram os Fulas-ribê, sob a liderança de Bocar Quidali, a procurarem a paz. Com efeito, a 3 de Julho de 1881 foi assinado, em Bolama, o «Tratado de paz com os régulos fulas e os forros, Futa-fulas do Forriá e do Futa-Djalon» (69). Na quinta cáusula deste Tratado ficou consignado: «Nomeadamente os chefes Futa-fulas obrigam-se a prevenir o Governo militar de Buba, todas as vezes que os seus corpos de guerra vierem àquele território, significando a autoridade portuguesa o objectivo dessas incursões».

Reconhecia-se assim, na prática, a soberania dos Futanças sobre o território de Forriá. No seu relatório de 1888/89, comentando a atitude do

Governador Agostinho Coelho, que subscreveu o Tratado, diz que se estabeleceram cláusulas que nunca se observaram e obrigações que nunca se cumpriram. E sobre o mesmo assunto Carreira diz: «O Tratado de 3 de Julho de 1881 (nunca será demais repeti-lo) nunca foi cumprido pelas partes intervenientes, se é que alguma vez esteve no seu espírito a ideia da sua observância. Representou, quanto a nós, um processo dilatório de minorar as consequências da luta e até para permitir o rearmamento» (70). Qualquer dos grupos em presença, sejam os Portugueses encurralados no Presídio de Buba, sejam as facções Fulas, vivia em permanente e recíproca desconfiança. Tanto assim que em 3 de Novembro de 1882, o Governador nomeou o Capitão Caetano Filipe de Sousa sindicante a actos praticados próximo de Buba, transmitindo-lhe instruções escritas e verbais no sentido de este auscultar o «estado de espírito dos Futa-fulas, quanto à paz concedida aos Fulas-forros e se os Futas-pretos estavam, ou não, na disposição de se transferirem para as suas terras de origem: Corubal, Badora e Firdú» (71).

Apesar de se terem imiscuido nas guerras para defenderem os seus próprios interesses, os Portugueses apresentavam outras justificações. Diziam que apoiavam os Fulas-djiabê porque estes eram um grupo oprimido à procura de libertação. Hawkins diz que os Portugueses nunca chegaram a compreender a estrutura social e a dinâmica interna da sociedade fula antes de se envolverem nesta guerra. Se isto é certo, não deixa de ser verdade que os Portugueses compreenderam suficientemente bem esta guerra para tentar tirar o máximo «profit» dela, naturalmente em seu próprio benefício.

Em 1882 eles tornaram-se aliados dos Fulas-ribê e viraram as costas aos Fulas-djiabê. Como mencionámos mais acima, os Portugueses apoiaram activamente os Fulas-djiábê na sua guerra de libertação entre 1878 e 1881. Entretanto com a mudança de Governador em 1881, este apoio aberto de um grupo contra o outro começou a mudar paulatinamente (72). Tal como tinham apoiado os Fulas-djiabê decidiram agora apoiar os Fulas-ribê contra as forças do Futa-Djalon. No fundo queriam lançar uma ofensiva contra estes e também tentar estabelecer a hegemonia portuguesa nesta área.

Em 1883, Pedro Inácio de Gouveia, o novo Governador, constata que o apoio prestado aos Fulas-djiábê teve um efeito nefasto sobre os negócios dos portugueses. Ele diz: «A paralisia e o abandono do comércio e o resultado da protecção concedida aos Fulas-pretos, em detrimento dos Fulas-forros, que viam a primeira raça como seus escravos, rejeitados pela sociedade e o território que estes consideram seu senhor» (73). Este

Governador apelou pelo tratamento igual a todos os grupos da etnia fula. Mas uma coisa é a declaração de intenções e outra é a política real praticada. Apesar de alguns Fulas-ribê assinarem um tratado com os Portugueses nos finais de 1882 para pararem de lutar com os Fulas-djiábê, os termos do contrato não foram cumpridos (74). Consequentemente os Portugueses e seus auxiliares Fulas-djiábê prosseguiram os ataques contra estes Fulas-ribê até 1883, apesar das proclamações do Governador Gouveia. Ao mesmo tempo, Bocar Quidali, um dos mais poderosos chefes Fulas-ribê, que assinara o tratado em 1882, ofereceu enviar aos Portugueses alguns auxiliares para combater os Balantas. Os Portugueses, porém, não aceitaram esta oferta justificando que ela veio muito tarde, pois a expedição tinha sido organizada repentinamente para impedir os Balantas de mobilizarem as suas forças (75). Assim, pode-se dizer que a política dos Portugueses era inconsistente e confusa e mudava de acordo com o que se passava em cada momento. É preciso lembrar que assinaram uma série de acordos que depois foram rompidos. Em 1886 tinham assinado um tratado com os Fulas-ribê e os Futa-fulas, no qual os Fulas lhe prometeram a sua aliança. Prometeram obedecer às leis portuguesas e proteger as actividades comerciais nas suas regiões, especialmente as caravanas de Futa-Djalon, bam como os caminhos que estas utilizavam. À semelhança dos outros tratados que tinham sido assinados antes, este também não foi cumprido. A razão disso reside no facto de os Portugueses terem considerado sobretudo os seus interesses, em vez de tomar em consideração os interesses dos africanos.

Em lugar de tentarem analisar e compreenderem os factos, no sentido de proporem uma solução, os oficiais Portugueses locais passavam o seu tempo a pedir que fossem enviadas mais tropas e armas (75). Todos estes acontecimentos, incluindo uma administração portuguesa instável e uma falta de compreensão das perspectivas um do outro, impediram os Portugueses de contribuirem positivamente para a melhoria da situação na área. Em vez disso, introduziram mais confusão numa situação já desastrosa e a sua presença serviu para prolongar e intensificar os conflitos existentes entre os grupos étnicos na região.

Este facto foi agravado com o início das chamadas guerras de pacificação, quando queriam estabelecer o controle político efectivo do território.

As chamadas guerras de pacificação constituem um assunto tão importante na história recente da Guiné-Bissau que, sózinho, merece uma atenção particular. Além disso, o seu tratamento tem sido feito segundo a historiografia colonial, que, obviamente, deturpou os factos históricos. Seria necessário, portanto, abordá-lo a partir de uma historiografia mais

objectiva, o que não podemos fazer neste momento. Por estas razões preferimos não desenvolver este tema no quadro desta contribuição.

À guiza de conclusão deste capítulo pode-se dizer que o envolvimento dos Portugueses teve consequências nefastas para a economia da colónia. Mas é sobretudo a nível político e social que se sentiu as consequências imediatas deste envolvimento. Ele intensificou ainda mais o problema entre Fulas. Ao colocarem-se do lado dos Fulas-djiábê os Portugueses contribuiram para dividir ainda mais esta sociedade e aumentar a hostilidade entre os dois grupos em conflito. Prolongaram a guerra ao fornecer aos seus aliados armas de fogo e munições. Isto obrigou as forças não alinhadas a procurar armas de fogo e outros apoios da parte dos Franceses. Por outro lado não puderam trazer nenhuma solução construtiva aos conflitos porque não compreenderam a situação e a sua complexidade. Antes pelo contrário, contribuiram para complicá-la ainda mais. Os Fulas tornaram-se seu principal aliado. Nobres Fulas foram enviados para áreas não fulas para servir como régulos. E estes, por sua vez, encontravam-se, em geral, sob as ordens de oficiais da administração caboverdianos. E ao proceder deste modo, a Administração Colonial aumentou as hostilidades entre grupos étnicos, pois muitos deles nunca tinham conhecido - ao longo da sua história - uma orgânica política semelhante à dos Fulas.

O método utilizado pelos Portugueses resume-se ao fim e ao cabo em «divide and conquer». Isto permitiu-lhes utilizar um grupo contra o outro. Ofereciam o seu apoio a esta ou aquela parte enquanto iam conquistando aliados que seriam utilizados na sua guerra em várias partes da colónia.

Conclusão

A extrema complexidade do momento histórico em que os conflitos interétnicos tiveram lugar exige uma pesquisa exaustiva. Num dos seus últimos livros - «Os Portugueses nos rios da Guiné» (1500-1900) - A. Carreira chama a atenção para o facto de os documentos existentes nos Arquivos portugueses sobre esta época histórica (séc. XIX) terem sido até aqui pouco utilizados. Esperamos que a avaliação destes documentos traga elementos importantes para uma abordagem mais profunda do tema que tentámos desenvolver nesta comunicação. Mas estamos também convictos de que as fontes históricas, por mais valiosas que sejam, sózinhas não reconstituem a história. Será necessário adoptar uma atitude científica perante elas. Quer dizer, o historiador deve empregar uma metodologia correcta para poder «compreender» e reconstituir os factos e processos históricos. Como dizia A. Teixeira da Mota «a história da

África tem sido sobretudo encarada sob o ponto de vista do europeu, das rivalidades entre as várias potências e da exploração económica pelos alienegenos, ignorando ou subestimando muitas vezes o significado das culturas indígenas, a sua variedade, a sua interpenetração e a sua evolução em face da ocupação europeia» (76). Este critério tem-se revelado insuficiente para interpretar devidamente os processos históricos em África.

Os conflitos interétnicos constituem um dos factos cuja abordagem tem sido feita na base de concepções ultrapassadas que sobrestimam a componente étnico-racial, em detrimento dos factores económicos e políticos. No nosso entender as guerras interétnicas que tiveram lugar nos rios da Guiné de Cabo Verde tinham um carácter económico e político, apesar de ter oposto etnias diversas uma contra a outra. Aliás, o facto de ter havido guerras no seio de uma etnia como aconteceu entre os Fulas-djiábê e os Fulas-ribê desmistifica a ideia segundo a qual as etnias guerreavam entre si por razões puramente raciais, porque se odiavam mutuamente. As razões que estiveram na sua origem, bem como as consequências que tiveram, conferem às guerras interétnicas um carácter profundamente económico e político.

No que diz respeito às causas, esperamos ter demonstrado que no fundo o que estava em causa era o controle do acesso aos pontos estratégicos, tanto para o comércio de longo curso como para o tráfico negreiro. O conflito entre Futa-Djalon e Cabú é um exemplo adequado para este facto. No caso das guerras entre Beafadas e Fulas punha-se o problema da cobiça de grandes quantidades de gado para os primeiros, enquanto que para os últimos se colocava o problema de terras para pastagem, e em menor medida para a agricultura. É natural que os Beafadas não quisessem ceder as suas terras, suporte da sua autoridade política. Com a chegada dos Portugueses ao Forriá, este problema de autoridade política, ou melhor do controle político e económico dos territórios tornou-se mais agudo.

No plano das consequências verificamos que elas foram tanto económicas como políticas e sociais. As guerras destruiram o sistema de feitorias existentes no Rio Grande de Buba e impediu, a uma determinada altura, a vinda de caravanas que chegavam do Futa-Djalon. Em última instância estes acontecimentos conduziram a um desmantelamento das actividades agro-produtivas e comerciais em toda a região. Politicamente as consequências não foram menos nefastas. Os conflitos interétnicos provocaram a destruição de unidades políticas que se tinham consolidado desde a idade média e levaram à construção de novas divisões territoriais, na base de novos compromissos políticos. Quem saiu vitorioso destes conflitos foram os Portugueses, que souberam dividir para reinar. A partir

desta altura dá-se a implantação progressiva e definitiva do colonialismo nesta região.

---

(1) Segundo A. Carreira, de quinhentos a quase finais de oitocentos, a área de cabo Roxo à Ponta de Cajé era designada por «rios da Guiné» ou «rios de Guiné do Cabo Verde», isto é abrangendo todos os rios (e seus portos), de Beseguiche à Serra Leoa. Ao fim e ao cabo é o mesmo território que Walter Rodney descreve como a área compreendida entre Cabo Verde e Cabo do Monte. Uma boa parte do actual território da Guiné-Bissau fazia parte desta área geográfica; por uma questão de fidelidade à designação utilizada na altura (séc. XVIII-XIX), resolvemos adoptar esta nomenclatura.
(2) Cf. Walter Rodney, 1970, p. 6.
(3) Idem.
(4) Idem, p. 7.
(5) B. Marques: «Familiaridade idiomática entre Cobianas e Cassangas». In BCGP, Vol. II, nº 8 (Out. 1947).
(6) Cf. «História. A Guiné e as Ilhas de Cabo Verde», Edições PAIGC. Paul Dupont. Paris, p. 48-53.
(7) Rodney, op. cit. p. 8.
(8) Idem.
(9) Cf. J. Garcia de Carvalho: «Nalus de Bedanda», Inquérito Etnográfico.
(10) A. Teixeira da Mota: «Fulas e Beafadas no Rio Grande no século XV (Achegas para a Ethnohistória da África Ocidental)». Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, série separatas nº 60. Lisboa. Junta de Investigação do Ultramar, 1970, pp. 5-6.
(11) Joye Bowman Hawkins: «Conflict, Interaction and Change in Guinea-Bissau», 1980, p. 14.
(12) Idem, p. 17.
(13) A. Teixeira da Mota: «Actividade Marítima dos Bijagós nos séculos XVI e XVII». In memoriam António Jorge Dias. Lisboa, Instituto de Alta Cultura; Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1974, pp. 244.
(14) A. Teixeira da Mota: «Document nouveau», p. 818.
(15) Cf. A. Carreira:»Os Portugueses nos rios de Guiné» (1500-1900), p. 80.
(16) Por Bolola era conhecido todo o território compreendido entre o sul do Corubal até entestar com o rio Cacine, este (a sul) ocupado por Nalus e Landumas, então designados Cocolis. Modernamente Bolola tomou a designação de Forriá, ou seja o topónimo formado por **Forro** (do árabe Al-forria, manumissão + ia, sufixo locativo de origem mandinga, com o sentido de «terra de libertos»).
(17) Richard-Molard: «Afrique Occidentale Francaise», Paris, 1949, p. 108.
(18) Cf. Ian Vansina, R. Mauny e L. V. Thomas: «The Historian in Tropical Africa. Studies presented and discussed at the Fourth International African Seminar at the University of Dakar», Senegal, 1961 (Londres 1964), p. 87. Citado segundo W. Rodney, op. cit. p. 28.
(19) W. Rodney, op. cit. p. 29.
(20) Sobre a problemática do poder político e tipo de organização social dos Balantas recomendamos a tese de Diana Lima Handem: «Nature et Fonctionnement du Pouvoir chez les Balanta Brassa.» Edições INEP. Colecção «Kacu Martel», nº 1.
(21) Walter Rodney, op. cit., p. 29.
(22) Idem.
(23) Cf. W. Rodney, op. cit., pp. 29-30 e Hawkins, op. cit., p. 18.
(24) Almada, «Tratado Breve», p. 332.
(25) Hawkins, op. cit., p. 19.
(26) A. Carreira: «Vida Social dos Manjacos. Publicações comemorativas do V Centenário dos Descobrimentos da Guiné», 1947, p. 18.
(27) Para mais informações sobre o assunto veja A. Carreira, idem.
(28) A. Carreira: «Os Portugueses nos rios de Guiné», p. 80.
(29) Cf. Hawkins: «Conflict and Change...», pp. 1-4.

(30) Idem, p. 108.
(31) Idem.
(32) Cf. António Carreira: «Aspectos históricos da evolução do Islamismo na Guiné Portuguesa. Achegas para o seu estudo», BCGP, nº 21, Out. 1966, pp. 405-456 e também Hawkins, op. cit., p. 108.
(33) Hawkins, op. cit., p. 108.
(34) Joaquim Graça Correia e Lança: «Relatório da Província da Guiné Portugueza. Referido ao ano económico de 1888-89», Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 52. Abdulai Djaló, Bissau. Série de cassetes 3 (Bafatá), 12 de Julho de 1977. Ver também Hawkins, op. cit., pp. 109-110.
(35) Frederico Pinheiro Chagas: «Povos da Guiné Portuguesa». In Annaes do Clube Militar Naval 41 (2): 88 ; Hawkins, op. cit., p. 110.
(36) Esta designação era atribuida a todos os povos que habitavam a margem esquerda do Rio Geba, ou seja do lado de Cabú, sendo os povos que habitavam a margem oposta denominados «Brassungabe», do lado de Brasso, então Ciscunscrição Civil de Farim.
(37) Augusto de Barros: «A invasão fula na ciscunscrição de Bafatá. Queda dos Beafadas e Mandingas (tribos Cabú Ngabe)». In BCGP, Vol. II, nº 7, Julho de 1947, p. 738.
(38) Idem.
(39) Idem, p. 740.
(40) Idem.
(41) Carlos Lopes: «Les Kaabunkés, Structures Politiques et mutations». Tese a ser apresentada na Universidade de Paris I, Sorbonne, 1988, 320 pp.
(42) Sekene M. Cissoko: «Traits fondamentaux des societés du Soudan Occidental du XVIIème au debut du XXème siècle», BIFAN, XXI, Série B, nº 1, 1969
(43) A. de Almada: «Tratado Breve dos Rios de Guiné». Monumenta Missionária Africana, África Ocidental, 1569-1700, 2a. Série, Vol. III, Ed. A. Brasio, p. 307, Cf. Walter Rodney, op. cit. p. 103.
(44) Walter Rodney, op. cit., pp. 102-105.
(45) A. Carreira: «Os Portugueses nos Rios de Guiné», p. 81.
(46) Idem, p. 82.
(47) Idem, p. 84.
(48 Teixeira de Barros: «Relatório». In B.S.C.L., 15ª Série, nº 6, de 1896.
(49) A. Carreira: « Os Portugueses nos Rios de Guiné», p. 83.
(50) Idem.
(51) Hawkins, op. cit., p. 25.
(52) Idem.
(53) Idem.
(54) A. Carreira: «Os Portugueses nos Rios de Guiné», p. 96.
(55) Idem.
(56) Idem, p. 88.
(57) Hawkins, op. cit., p. 162.
(58) Citado segundo Hawkins, op. cit., p. 162.
(59) Idem, p. 165.
(60) A. Carreira: «Os Portugueses nos Rios de Guiné», p. 89.
(61) Hawkins, op. cit., p. 170.
(62) Idem.
(63) A. Teixeira da Mota: «Guiné Portuguesa», p. 147.
(64) Idem, pag. 137.
(65) Hawkins, op. cit., p. 171.
(66) Teixeira de Barros: «Sobre os conflitos no Forriá». In BSGL, 15ª Série, nº 6, de 1896, pp. 344-345.
(67) Idem.
(68) Hawkins, op. cit., p. 171.

(69) A. Carreira: «Os Portugueses nos Rios de Guiné», p. 85.
(70) Idem.
(71) Idem.
(72) Cf. Hawkins, op. cit., pp. 173-177.
(73) Idem, p. 176.
(74) Idem.
(75) Idem, p. 177.
(76) Teixeira da Mota: «Guiné Portuguesa», p. 137.

Bibliografia

1. Barreto, João: *História da Guiné (1418-1918).*
2. Barros (de), Augusto: *Invasão Fula na Circunscrição de Bafatá. Queda dos Beafadas e Mandingas.* In B.C.G.P., Vol. II, nº 7, Julho 1947, pp. 737-743.
3. Barry, Boubacar. *La Senegambie du XV au XIXème Siècle. Traité Negrière. Islam. Conquête Coloniale.* L'Harmattan, Paris, 1988.
4. Carreira, António: *Os Portugueses nos Rios de Guiné (1500-1900),* Lisboa, 1980. *Vida Social dos Manjacos.* Publicação comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné, 1947.
5. Caroco, Velez: *Monjur. O Gabú e a sua História.* Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1948.
6. Copet, Rougin: *Du clan à la chefferie dans l'est du Cameroun.* In: Africa Journal of the Int. Afric. Inst., Vol. 57, n. 3, 1987.
7. Correia e Lança, Joaquim da Graça: *Relatório da Província da Guiné Portugueza - Referido ao ano económico de 1888-89.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
8. Dias, Dinis: *As tribos da Guiné Portuguesa na História.* In «Portugal em África», 2ª série, Ano IV, nº 21, Maio-Junho, 1947.
9. *Documentos sobre a Campanha contra Abdul Inaji.* In: BCGP, Vol. VI, nº 21, Janeiro 1951.
10. Hawkins, Joye Bowman: *Conflict, Interaction and Change in Guinea-Bissau: Fulbe Expansion and its Impact. 1850-1900.* A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in History University of California. Los Angeles, 1980.
11. *História da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde.* Edições PAIGC, Paul Dupont, Paris, 1974.
12. Law, Robin: *Ideology of Royal Power: the dissolution and reconstruction of political authority on de slave coast, 1680-1750.* In: Africa Journal of the Int. Afric. Institute, Vol. 57, nº 3, 1987, pp. 321-344.
13. Le Mouser, Bruce: *Trade, Coaster and Conflict in the Rio Pongo from 1790 to 1808.* In: Journal of African History, Vol. XIV, nº 1.
14. Lopes, Carlos: *Les Kaabunké, Structures politiques et Mutations.* Tese a ser apresentada na Universidade de Paris I, Pantheon, Sorbonne, 1988.
15. Marques, João Basso: *Subsídios para a História da Guiné. A Guerra de Geba.* In: B.C.G.P., Vol. I, nº 3 , Julho 1946, pp. 441-445.
16. Roche, Christian: *Histoire de la Casamance. Conquête et Resistance: 1850-1920.* Karthala, Paris, 1985.
17. Rodney, Walter: *A History of the Upper Guinea Coast 1545-1800.* Claredon Press. Oxford, 1970.
18. Suret-Canale, Jean: *La fin de la chefferie en Guinée.* In: Joural of African History, Vol. VII, nº 3.
19. Teixeira de Barros, A. Xavier: *Breves apontamentos sobre a História do Forriá.* Lisboa, Imprensa Nacional. 1896.
20. Teixeira da Mota, A.: *Fulas e Beafadas no Rio Grande no século XV. Achegas para a etnohistória da África Ocidental.* Lisboa, 1970.. *Notas sobre a história dos Fulas. Coli Tunguela e a chegada dos primeiros Fulas no Futa-Djalon,* 1952. *Guiné Portuguesa.* Agência Geral do Ultramar, Lisboa. 1954.

A POLÍTICA EXTERNA NA GUINÉ-BISSAU

Jorge CABRAL (*)

O realismo político que preside à definição de política externa deve ser reforçada por uma actuação pragmática que não implica necessariamente concessões de fundo dos pontos de vista político-ideológico e dos interesses de longo prazo do país.

1.Os fundamentos históricos da Política Externa da Guiné-Bissau

1.1.O papel precursor de Amílcar Cabral

Quatorze anos de independência são sem dúvida insuficientes para a afirmação das componentes internas e externas de uma nação. Esta observação é tornada ainda mais válida à luz da herança deixada pelo colonialismo e do contexto mundial em que surge o novo Estado. A crise, *leitmotiv* do último quartel do século XX, iria, com efeito, servir de pano de fundo ao gigantesco esforço nacional virado tanto para a criação de bases que permitam a descolagem económica como para a afirmação do jovem Estado no plano internacional.

Falar da política externa da República da Guiné-Bissau leva necessariamente a evocar a figura de Amílcar Cabral, arquitecto das vitórias da heróica Luta de Libertação Nacional (LLN) do povo guinecnse no plano

(*)Politólogo, Director do Departamento de Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau.

internacional. A acção dinâmica e coerente do Fundador e 1º Secretário Geral do PAIGC confere-lhe a justo título o papel de principal precursor da diplomacia guineense e pioneiro da história diplomática da Guiné-Bissau.

As acções e iniciativas de A. Cabral no campo internacional são portadoras de ricos ensinamentos cuja análise ajuda a compreender a política externa e a prática diplomática da Guiné-Bissau, hoje, volvidos 15 anos da histórica proclamação, em 24 de Setembro de 1973, do Estado da Guiné-Bissau na região libertada de Madina do Boé.

A LLN conduzida pelo PAIGC despertou desde cedo o interesse de muitos observadores e estudiosos do mundo inteiro, sobretudo pela contribuição de valor que ela trouxe à teoria da luta de emancipação dos povos. A ONU foi, a este respeito, o palco internacional por excelência onde se manifestou, em grande medida, a originalidade e a riqueza teórica da estratégia concebida e genialmente aplicada por Amílcar Cabral no plano externo como complemento indispensável da luta desenvolvida no plano interno (1). O seu pensamento ultrapassaria, com efeito, os limites dos pequenos territórios da costa ocidental da África, a Guiné-Bissau e as Ilhas de Cabo Verde, dando lugar, como dizia Yves BENOT a «prolongamentos para além da sua morte trágica e para além da independência enfim conquistada» (2).

Amílcar Cabral nunca confinou as suas análises ao espaço puramente nacional. Desenvolveu-as sempre numa perspectiva global e dialéctica. «Perante a situação objectiva do nosso povo, o desenvolvimento do nosso combate libertador não depende só dos factores internos que condicionam a luta: depende igualmente dos factores externos, sobretudo do apoio moral, político e material que possa ser dado no quadro da solidariedade africana e internacional» (A. CABRAL, Obras Escolhidas II, p. 98), dizia ele no seu relatório sobre a situação da luta em Janeiro de 1971. As sucessivas vitórias que culminaram com a conquista da independência política na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, confirmaram tal facto, representando também uma contribuição valiosa para o desenvolvimento do Direito Internacional contemporâneo. A sua preocupação fundamental era a consagração pela Comunidade Internacional da legitimidade da luta política-armada de libertação nacional dos povos guineense e caboverdiano. O mais eminente porta-voz do PAIGC soube, neste sentido, testemunhar no mundo a existência , nesses dois territórios africanos, de povos em luta pela afirmação dos seus direitos inalienáveis, mercê de uma análise científica aprofundada das relações internacionais e da utilização do potente instrumento do Direito Internacional (3).

No momento da fundação do PAIGC, em 1956, facto que coincidiu praticamente com a admissão de Portugal na ONU, reinava um silêncio quase total sobre a situação real dos povos das colónias portuguesas. Antes de se tornar membro da Organização mundial, Portugal não tinha de facto qualquer obrigação perante a Carta e administrava aqueles territórios ao abrigo exclusivo do seu direito interno.Com a sua entrada na ONU, Portugal passou a estar vinculado aos dispositivos da Carta segundo os quais todos os Estados membros que administram territórios não autónomos devem respeitar as obrigações internacionais definidas no seu artigo 73º, e favorecer o desenvolvimento político, económico, cultural, e social dos respectivos povos, e, sobretudo, desenvolver a capacidade dessas populações de exercer a autodeterminação de acordo com as suas aspirações políticas. Era por conseguinte também obrigatório para as potências coloniais informarem a ONU sobre os progressos alcançados nessa via.

Contudo, Lisboa continuaria até 1974 a violar sistematicamente as obrigações decorrentes da sua adesão à Carta e a negar o carácter colonial das suas possessões, invocando a existência de províncias ultramarinas que, nos termos do seu direito constitucional, eram parte integrante do Estado (território) português (4).

No entanto, Amílcar Cabral e seus companheiros das outras colónias portuguesas de África engajar-se-iam desde cedo na denúncia da verdadeira natureza do colonialismo português, fazendo conhecer ao mundo a existência da luta de libertação naqueles territórios. Seguir-se-ia, em consequência uma intensa actividade diplomática do PAIGC em estreita coordenação com os movimentos de libertação das demais colónias portuguesas no quadro, designadamente, da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP).

Nos finais de 1960, baptizado «Ano da África», a alteração significativa da correlação de forças na cena mundial decorrente da admissão na ONU de numerosos Estados independentes do «Terceiro Mundo» levaria ao reconhecimento pela Assembleia Geral das Nações Unidas do carácter colonial das chamadas «Províncias Ultramarinas» de Portugal, definindo-as como autênticos «territórios não-autónomos», nos termos do capítulo XI da Carta.

Esse reconhecimento teve lugar pela primeira vez em 12 de Novembro de 1960 no âmbito da 4ª Comissão da Assembleia Geral e seria consagrado, mais tarde, pela própria AG na sua Resolução 1542 (XV) de 15 de Dezembro de 1960. Por outro lado, uma grande vitória dos povos em luta foi, sem dúvida, a adopção pelo mesmo orgão, em 14 de Dezembro

de 1960, da histórica **Declaração sobre a concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais**, mais conhecida por Resolução 1514 (XV).

Amílcar Cabral saberia interpretar esta Resolução de forma criadora, sempre em ligação com o desenvolvimento da LLN, demonstrando à comunidade internacional a legitimidade desta luta. Este facto conduziria, 12 anos mais tarde, em Abril de 1972, à visita às zonas libertadas da Guiné-Bissau de uma missão especial da ONU, facto sem precedentes na história desta Organização.

As constatações feitas «in loco» por esta missão levariam ao reconhecimento do PAIGC pela AG em 1972 como representante autêntico dos povos da Guiné e Cabo Verde, e da potêncial colonial portuguesa como Estado agressor (5).

A contribuição fundamental de Amílcar Cabral ao direito da libertação dos povos deve-se tanto à inserção da LLN numa perspectiva jurídica internacional como à inabalável confiança depositada no papel da ONU no campo da descolonização. Com efeito, o Secretário Geral do PAIGC convidava sempre esta Organização a assumir as suas responsabilidades de defensora da legalidade internacional e a aplicar em relação à potência colonizadora as medidas definidas na Carta e nas resoluções pertinentes dos diversos orgãos das Nações Unidas.

«A nossa luta armada de libertação nacional, baseada nos direitos inalienáveis do nosso povo e na moral e legalidade internacionais dos nossos dias, é a de toda a África, de todos os Estados, nações, organizações nacionais e internacionais», dizia ele, acrescentando que quaisquer que sejam as fórmulas adoptadas ao nível do Direito Internacional, o fundamento da libertação nacional «reside no direito inalienável de cada povo de ter a sua própria história e o objectivo da libertação nacional é a reconquista deste direito usurpado pelo imperialismo, a saber a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais» (6).

1.2.Prelúdio à independência política

A 13 de Abril de 1972, em consequência do relatório apresentado pela missão especial da ONU, o Comité de Descolonização (também conhecido como «comité dos 24») reconhece o PAIGC como o «único e legítimo representante do povo desses território (7). No dia 1 de Outubro do mesmo ano, dirigindo-se ao Conselho de Segurança reunido em Addis Abeba, Amílcar Cabral levantaria a questão da representação da Guiné-Bissau na ONU, considerado-a como um direito legítimo do povo gui-

neense (8). A 4 de Fevereiro do ano seguinte, este orgão das Nações Unidas reconheceria, por sua vez, a legitimidade da luta dos povos de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau e exigiria a Portugal o reconhecimento imediato do direito desses territórios à independência. Suceder-se-iam, em cadeia, eventos significativos para a LLN.

O Estado da Guiné-Bissau seria proclamado no dia 24 de Setembro de 1973 na zona libertada de Madina do Boé, no Leste do país, e em 14 de Novembro seguinte a AG adoptaria , por 104 votos contra 5, uma resolução registando com satisfação os progressos realizados pelos movimentos de libertação na via da independência nacional, «nomeadamente nas zonas libertadas da Guiné pelo PAIGC, único e autêntico representante da Guiné-Bissau e de Cabo Verde». Uma semana mais tarde, no dia 22, o Conselho de Segurança reconhece os movimentos de libertação das colónias portuguesas de África como os legítimos representantes dos povos desses territórios.

Este reconhecimento dava já a certeza de que a proclamação da independência desses países seria acolhida pela maioria dos Estados membros da ONU como a consagração normal do longo e árduo processo de libertação nacional (9).

Nas vésperas do movimento do 25 de Abril de 1974, que iria pôr termo ao reino do fascismo em Portugal, 84 Estados já tinham reconhecido a jovem República da Guiné-Bissau e 93 felicitavam-se, através da Resolução 3061 da AGNU, pela proclamação do novo Estado.

No dia 19 de Novembro de 1973, a República da Guiné-Bissau é admitida por unanimidade como o 42º Estado membro da OUA e, um ano mais tarde, integra a ONU como membro de pleno direito (10).

Afigurava-se doravante necessário conferir à Guiné-Bissau, cuja situação desde 1968 era comparável à de «um Estado independente com uma parte do território nacional, especialmente os centros urbanos, ocupada por forças militares estrangeiras» (11), uma personalidade jurídica no plano internacional, condição que a mera existência de instituições políticas, administrativas, judiciárias, sociais e outras não satisfazia (12).

A criação da Assembleia Nacional Popular (ANP), orgão supremo da soberania, em Setembro de 1973, por meio de eleições gerais, livres e democráticas, levadas a cabo em toda a extensão do território nacional, veio satisfazer este importante requisito, resolvendo a contradição fundamental entre a situação de facto existente no interior do território nacional - caracterizado pela existência de um Estado - e a situação jurídica internacional deste Estado (13).

Com a proclamação do Estado da Guiné-Bissau e a criação de todos os atributos de soberania (adopção da primeira Constituição da República, institucionalização de um orgão executivo), o último passo foi dado para a sua integração definitiva na família das Nações livres e soberanas do mundo. Os delegados do PAIGC junto da ONU deixavam deste modo de representar um movimento de libertação, com estatuto de observador, para desempenharem o papel de representantes de um Estado soberano e independente, sujeito do Direito Internacional.

O jovem Estado passaria, em consequência, a assumir todos os direitos e deveres inerentes à nova situação.

Iniciou-se, assim, uma nova etapa na vida do PAIGC e do país no plano internacional, com novos desafios e ensinamentos, etapa em que se afigurava fundamental e urgente definir uma actuação responsável no seio das relações internacionais por forma a responder às exigências do desenvolvimento nacional. Tratava-se de dar continuidade à herança de Cabral mas também de enriquecê-la mediante uma adaptação da acção do Estado à nova situação interna e internacional.

A aposta não era fácil. A jovem República herdava uma situação económica catastrófica, caracterizada pela existência de profundas carências em todos os sectores da vida nacional. No plano internacional, era indispensável quebrar o estado de isolamento em que este pequeno território da costa ocidental da África se encontrava mergulhado e cuja única janela aberta ao mundo - Bissau - era exclusivamente virada para a ex-metrópole (14). Com efeito, era o papel do aparelho administrativo colonial « dirigir e executar o plano de exploração económica e assegurar o exercício do poder centralizado em Lisboa» (15).

O mecanismo de exploração colonial integrava-se na lógica da luta de classes na metrópole, favorecendo o desenvolvimento da grande burguesia portuguesa. Esta exploração, pelo seu carácter extrovertido, tam-bém não permitia o desenvolvimento de uma burguesia nativa o que, aliás, por motivos evidentes, não correspondia aos interesses do colonizador.

2.A política externa do jovem Estado: um novo desafio

Falar da política externa da Guiné-Bissau é falar também das acções de um jovem Estado numa conjuntura nacional e internacional difícil. É falar das tentativas e esforços de um país emergente de cinco séculos de noite colonial com vista à sua organização interna e à sua afirmação no plano internacional, tarefas árduas no contexto histórico específico em que o país ascendeu à independência política.

A criação da ANP, a proclamação da República, a sua adesão à ONU e ao Movimento dos Países Não-Alinhados constituem momentos altos da história da Guiné-Bissau e os primeiros passos do Estado soberano no seio da Comunidade Internacional.

Esta nova etapa, que requeria não mais uma actuação enquanto movimento de libertação mas como Estado soberano e independente, sujeito do Direito Internacional, trazia naturalmente novos desafios e exigências. Esta actuação, para ser correctamente compreendida, deve ser vista no prisma de três elementos fundamentais: a conquista recente da independência política, a situação sócio-económica herdada do período colonial e o processo de consolidação do novo Estado e dos seus orgãos de soberania.

O primeiro aspecto permite aperceber-se do condicionalismo maior que constituia a falta de experiência na condução da política externa aliada ao peso das pressões internas e externas a que o poder político devia fazer face para evitar uma rotura na vida económica e administrativa do país susceptível de comprometer o sucesso da transição política.

É de reter, com efeito, numa tal análise, a dupla transição **colonialismo - independência**, por um lado, e **movimento de libertação nacional - Estado independente**, por outro, e as inúmeras contradições decorrentes da mesma e que o novo poder era chamado a resolver a fim de garantir a continuidade do processo revolucionário.

O segundo aspecto (situação sócio-económica do país) permite identificar o posicionamento político da República no contexto político mundial e perceber os seus interesses imediatos e de longo prazo.

Assim, a Guiné-Bissau aparece fundamentalmente como um país subdesenvolvido, situação que confirmam os seus indicadores económicos e sociais. Pertence desde 1980 ao grupo dos PMA's e partilha a maior parte das preocupações e problemas dos países em desenvolvimento. A adesão do país aos principais foros de luta por uma nova ordem internacional (Movimento dos Países Não-Alinhados, Grupo 77) e a sua participação activa na formulação de estratégias e medidas viradas para a materialização desse objectivo corroboram este facto (diálogo Norte/Sul, CEPD, CTPD).

No decorrer dos anos, a vertente económica viria a assumir uma importância cada vez maior na definição da política externa, cuja verdadeira natureza e papel na dinâmica do desenvolvimento seriam apreendidos com uma crescente consciência e interesse na acção internacional do Estado.

3.Os eixos fundamentais da política externa da Guiné-Bissau

3.1 As instituições

Ao precisar a natureza da República, definida como «democrática, laica, unitária, anticolonialista e anti- imperialista» (Artº. 1º), a Constituição determina com clareza os fundamentos da política externa do país.

A Assembleia Nacional Popular (ANP) e os Conselhos Regionais, de que emanam os poderes dos demais orgãos do Estado (Artº. 46º), são as instâncias representativas da soberania da República encarregues da definição das grandes orientações políticas do país. É a única entidade habilitada a proceder à revisão constitucional (Artº. 56º, 99º), embora a iniciativa de um tal acto seja da competência dos Deputados, do Conselho de Estado e do Governo a quem é reconhecida competência de iniciativa legislativa (Artº. 60º).

A Constituição, no seu Artº. 102º, limita no entanto os domínios onde podem incidir as propostas de revisão, salvaguardando a intangibilidade da estrutura unitária e forma republicana do Estado, a laicidade do Estado e a integridade do território nacional.

É da competência da Assembleia «aprovar os tratados que envolvam a participação da Guiné-Bissau em organizações internacionais, os tratados de amizade, de paz, de defesa e de rectificação de fronteiras» (Artº. 8º), reconhecendo-se também a capacidade de ratificação e denúncia dos instrumentos internacionais ao Conselho de Estado (Artº. 64, alínea j).

O presidente do Conselho de Estado, representante supremo da República (Artº.65º), é o responsável máximo pela direcção da política geral do Estado e do Governo (Artº. 67º). Compete-lhe, nomeadamente, relativamente a actos internacionais, nomear e exonerar os Embaixadores do país no estrangeiro e acreditar Embaixadores estrangeiros.

Ao Governo, definido como orgão executivo e administrativo supremo, cabe a condução da política da Nação de acordo com as orientações estabelecidas pela ANP e pelo Conselho de Estado (Artº. 69º). No quadro do desempenho deste papel, é-lhe reconhecida a competência de interpretar e aplicar a linha de acção governativa definida por aqueles dois orgãos e de negociar e concluir acordos e convenções internacionais (Artº. 72º).

Neste quadro institucional geral, o lugar do Partido-PAIGC permanece preponderante porquanto, definido como força política dirigente do país, lhe cabe «estabelecer as bases gerais do programa político, económico, social, cultural, de defesa e segurança a realizar pelo Estado» (Artº. 4º, ponto 1).

3.2.Princípios e linhas de acção

A Constituição da República e as Resoluções dos três últimos Congressos do PAIGC, realizados respectivamente em 1977, 1981 e 1986, consideram a **opção anti-colonialista e anti-imperialista, o Não-Alinhamento, a aliança com as forças democráticas do mundo e os povos oprimidos** de Ásia, África e América Latina em luta contra o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo, o *apartheid* e o sionismo, o direito dos povos à autodeterminação e independência, a luta pela instauração de uma **Nova Ordem Internacional** mais justa e equitativa e o **Direito Internacional Contemporâneo** como eixos fundamentais da política da Guiné-Bissau (vide Constituição, Artº. 18º, par. 2).

O destaque dado ao princípio do Não-Alinhamento, considerado como «pedra angular» e definido como rejeição da política de blocos, independência de pensamento e acção e «alinhamento com todas as causas que sirvam a dignidade, a emancipação e o progresso dos povos» (16), explica-se pela importância conferida ao processo de consolidação da independência política, pela necessidade de uma nítida demarcação das esferas de influência das grandes potências político-militares e pela consciência das responsabilidades e interesses superiores do Estado no contexto das relações internacionais contemporâneas.

«Todas as nossas decisões no plano africano ou internacional são tomadas em toda a independência. É um dos princípios fundamentais que devemos defender custe o que custar», dizia Amílcar Cabral. Segundo ele, só esta via era capaz de permitir a afirmação de uma personalidade própria, «libertadora do dilema de uma escolha entre os blocos formados pelas grandes potências». É neste espírito que o Programa do PAIGC consagra a «interdição absoluta de bases militares estrangeiras no território nacional». Esta opção deve favorecer o desenvolvimento e a consolidação de «relações de amizade e cooperação com todos os Estados, independentemente dos seus regimes políticos, na base do Direito Internacional, do respeito pelas opções de cada um, da igualdade de direitos, da reciprocidade de vantagens, da não-ingerência nos assuntos internos de cada um e do respeito total soberania e independência de cada Estado» (17).

O sistema de alianças edificado pelo PAIGC durante o período de luta político-armada de libertação nacional constitui também um aspecto relevante da sua luta vista na sua dimensão externa. Amílcar Cabral afirmava a este propósito que «estar consciente das realidades da (nossa) luta é também compreender quanto ela depende da solidariedade concreta dos (nossos) aliados» (A. CABRAL, op. cit. p. 81).

Trata-se, antes de mais, do relacionamento privilegiado com os países limítrofes, o Senegal e a Guiné, cujo papel na afirmação e sucesso da LLN foi determinante, com os movimentos de libertação nacional das outras colónias portuguesas de África, então consubstanciadas na CONCP e hoje na Conferência dos Cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e com os Estados africanos da sub-região e do continente. Este sistema de alianças incluia de igual modo os países socialistas e as forças democráticas do mundo, incluindo Portugal, cujo apoio e solidariedade permitiram o êxito da luta de libertação (18).

Este aspecto da estratégia do PAIGC no plano internacional pode ser considerado como o percursor da política de não-alinhamento seguida mais tarde pela República. Essas componentes mantiveram-se na política externa do Estado independente da Guiné-Bissau.

A adesão à OUA e a organizações sub-regionais africanas, a CEDEAO particularmente, viria reforçar e ampliar este sistema de relações internacionais em que o relacionamento com os países africanos não podia deixar de merecer uma atenção prioritária (19).

Esta explanação indica que se em determinados planos da vida nacional a transição histórica provocou roturas, a plataforma político-ideológica impulsionadora da política externa manteve, ela, um certo grau de continuidade.

Entretanto, e como não podia deixar de ser, os desafios internos, no plano do desenvolvimento económico-social, tornam-se de forma crescente os verdadeiros critérios para a definição da política externa compreendida cada vez mais como um instrumento de desenvolvimento. Se os ensinamentos do glorioso passado de luta se mantêm de facto de certo modo presentes tanto no discurso político como no caminho seguido hoje, os desafios específicos do presente no terreno do desenvolvimento económico influenciam de forma determinante a acção levada a cabo no plano internacional, conferindo a esta uma dinâmica própria e cada vez mais diferenciada da seguida na etapa anterior. Num tal contexto, procura-se na verdade obter um equilíbrio entre os princípios e objectivos programáticos forjados na luta por um lado e os interesses próprios ao processo do desenvolvimento em curso, por outro.

Duas passagens do Relatório do CNG ao I Congresso Extraordinário do PAIGC ilustram esta dicotomia. Trata-se de se «ter em conta a realidade do passado» numa situação em que «as responsabilidades internacionais devem continuar a levar à tomada de posições

claras e inequívocas no plano internacional» (20). Compreender a verdadeira dimensão deste desafio requer uma visão concreta da situação económica e social e das apostas vitais do país.

4.Caracterização económica da Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau é situada na costa ocidental da África, limitada ao Norte pela República do Senegal e ao Sul e Sudeste pela República da Guiné. O território, que compreende a terra coberta, o Arquipélago dos Bijagós e pequenas ilhas costeiras, cobre uma superfície total de 36.125 km^2. Estima-se a população do país, de acordo com os dados fornecidos pelo recenseamento realizado em 1979, à volta dos 906.000 habitantes.

Cerca de 87% da população vive nas zonas rurais agrupada em cerca de 3.600 aldeias comunitárias que constituem a base da organização económica e social. Os restantes 13% estão concentrados nos centros urbanos, na capital em particular, e representam o núcleo central da economia moderna do país, da administração pública e do sector privado.

A densidade média da população situa-se à volta de 24,6 habitantes/km^2 e a taxa média de crescimento demográfico atinge cerca de 2,1%. A taxa de natalidade é estimada em 46 por mil e a taxa de mortalidade infantil, muito elevada, é da ordem de 200 por mil, derivada essencialmente da insuficiência de infraestruturas sanitárias, das doenças endémicas, do consumo deficitário de proteínas e calorias e das carências em termos de aprovisionamento em água potável. Em 1980, a população activa era estimada em 450 mil pessoas, das quais 88% se concentram no sector primário, enquanto que 3% e 9% se encontram respectivamente nos sectores secundário e terciário.

O PIB *per capita* é estimado em 190 USD, cifra que coloca a Guiné-Bissau no grupo dos países africanos considerados de rendimento baixo segundo indicadores utilizados pelo Banco Mundial.

A **agricultura** constitui a principal actividade económica do país. Ocupa cerca de 88% da populção activa e uma proporção importante nas exportações (71% em 1983 e 74% em 1984). O mesmo acontece com a parte que este sector representa na formação do PIB que se cifrava em 53% em 1985 enquanto que a dos sectores secundário (indústri, construção) e terciário (administração pública, comércio, transporte) atinge 9% e 35% respectivamente (21).

QUADRO I

Estruturas do PIB por sectores de actividade (em %)

Sectores	1981	1982	1983	1984	1985
PIB	100	100	100	100	100
Agricultura	51,5	52,2	53,0	51,8	53,0
Pescas	6,1	5,4	4,8	4,4	3,6
Indústria	5,8	5,5	5,7	4,3	4,1
Construção	2,8	3,0	2,9	6,3	6,6
Comércio e Transport.	15,1	14,9	13,8	13,7	13,5
Administração Pública	16,0	16,4	17,4	17,4	17,3
Outros	2,7	2,6	2,4	2,1	1,9

Fonte: Banco Nacional da Guiné-Bissau/FMI

O país dispõe de certas **potencialidades** (22) cuja exploração adequada irá certamente favorecer o aumento dos recursos do país. Trata-se fundamentalmemente da superfície susceptível de exploração agrícola (apenas cerca de 400.000 ha são cultivados), do potencial florestal, das reservas halieuticas (cerca de 250.000 t por ano) e de recursos minerais (fosfata e bauxite, nomeadamente).

A ausência de capitais, de tecnologia e de mão-de-obra qualificada tem dificultado o aproveitamento dessas riquezas naturais, inconveniente a que se decidiu progressivamente pôr termo graças a uma maior abertura do país ao investimento estrangeiro e à transferência de tecnologia.

Esta abertura é acompanhada de um **esforço de ajustamento** que incidiu, de 1983 a 1987, na implementação de um Programa de Estabilização Económica e Financeira (PEEF) e do I Plano Quadrienal de Desenvolvimento. Desde 1987, está em curso um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) em colaboração com o Banco Mundial. Um conjunto de medidas de política económica baseadas no critério de austeridade e concebidas para diminuir os desequilíbrios financeiros e estimular a produção e a exportação foram assim definidas. Estas medidas incidem sobre as políticas **cambial** (desvalorização da moeda nacional, o Peso); **monetária** (redução da massa monetária: em 1986, foi programada uma expansão da liquidez de 30% com uma taxa de inflação da ordem de 35%); **orçamental** (diminuição do déficit orçamental e do financiamento do Tesouro pelo Banco Nacional, redução dos efectivos da Função Pública); dos **salários e preços** (redução dos salários reais e aumento dos preços agrícolas no produtor superior ao aumento dos preços ao consu-

midor); o **comercial** (reforma do sistema comercial, privatização da rede de distribuição e de certas empresas públicas, liberalização dos preços dos produtos não vitais, adopção de um Código de Investimentos Estrangeiros mais flexível).

No plano da **Dívida Externa**, o país vive hoje sob o signo das consequências dos importantes programas de investimento realizados no decurso do primeiro decénio da pós-independência com o fito de desenvolver a sua infraestrutura económica e social. Esses programas foram naturalmente executados essencialmente na base de financiamentos externos, pois o nível de poupança interna não era de natureza a permitir sustentar tais projectos de investimento. Desta situação adviria uma acumulação contínua da dívida externa que, em finais de 1985, situava-se à volta de 270 milhões de USD.

Uma comparação deste montante com o PIB e o volume das exportações permite apreender correctamente o peso que constitui a dívida externa para a economia do país. Em 1985, o PIB situava-se em cerca de 168 milhões de USD e as exportações dos três últimos anos atingiram uma média anual da ordem dos 13 milhões de USD, enquanto que o montante das amortizações e juros elevava-se em 10 milhões de USD em 1985.

O serviço da dívida representa assim um peso importante para a Balança de Pagamentos da Guiné-Bissau, facto agravado pelo ainda baixo nível das exportações.

A queda das exportações verificada em 1985, por exemplo, foi fundamentalmente uma consequência da depreciação no mercado mundial dos principais produtos de exportação e da redução do volume das vendas de alguns desses produtos. Paralelamente à baixa dos preços das exportações verificou-se um aumento dos bens importados, o que provocou uma perda da capacidade de pagamento do país face à deterioração dos termos de troca.

As dificuldades inerentes ao pagamento dos serviços da dívida têm portanto constituido um entrave ao processo de desenvolvimento e ao crescimento da produção, comprometendo assim a possibilidade de produção de excedentes susceptíveis de melhorara a solvabilidade do país.

À semelhança da esmagadora maioria dos países em desenvolvimento, a Guiné-Bissau sofre as consequências da diminuição progressiva dos fluxos financeiros canalizados através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), acrescida às dificuldades relacionadas com o pagamento dos serviços da dívida já contraída. Afigurou-se deste modo necessário optar pela via do reescalonamento da dívida externa, através do processo de renegociação com os países e instituições credores, processo esse a que o Movimento dos Países Não-Alinhados (VIII Cimeira, Harare 1986), e

a ONU (Sessão Especial da AG sobre a situação económica crítica em África, 41ª Sessão da Assembleia Geral, VII CNUCED) e a OUA (III Cimeira Extraordinária consagrada à dívida externa africana) deram um amplo eco.

No sector dos **investimentos**, a política aplicada de 1977 a 1980 favoreceu consideravelmente a indústria, as obras públicas e a energia em detrimento da agricultura, contrariamente às orientações emanadas do III Congresso do PAIGC (23). Nesse período, a indústria beneficiou efectivamente de 26,4% do total dos investimentos com uma taxa de crescimento anual de 42,5%, enquanto que o sector agrícola beneficiou apenas de 8,4% do investimento global.

Subsequentemente, o campo começou a beneficiar de uma maior atenção, passando o investimento nesta área de 3,3 milhões de PG em 1980 para 70 milhões de PG em 1985 (24).

De 1974 a 1985, o ritmo médio anual de crescimento das **exportações** foi de 11,5%, enquanto que o das **importações** foi de 3,9%, tendo estas últimas sido durante esse período cinco vezes superiores ao volume médio das exportações. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atinge assim uma média anual de 19,5% (25).

As exportações são dominadas pelos produtos agrícolas que absorvem de 50 a 90% do conjunto dos bens exportados (amendoim, coconote, algodão, castanha de cajú). Pode-se, neste contexto, considerar-se positiva a relativa diminuição do peso dos produtos agrícolas nas exportações registadas nos últimos anos, porquanto indica uma tendência salutar de diversificação.

Na época colonial e nos primeiros anos da independência, o comércio externo era dominado pelas trocas com Portugal (92% das exportações e 63,6% das importações em 1974), facto que tem vindo a alterar-se em razão do aumento do leque dos parceiros comerciais. Os países europeus representaram, em 1985, 45,7% das exportações da Guiné-Bissau (Portugal, Espanha e França sobretudo) com a absorção de cerca de 70% das importações (Portugal, Itália, Países Baixos, URSS e RFA, por ordem decrescente). A URSS e os EUA absorveram respectivamente 5,7% e 2,3% das importações. Os parceiros africanos ocuparam no mesmo ano o segundo lugar com 23,3% das importações. No plano das exportações registou-se uma taxa de 12,9%, em que estão representados o Senegal, a Gâmbia e a Guiné (3,8%) e outros países africanos (9,1%). Até 1980, registaram-se importações anuais do Malawi.

A parte da Ásia (China e Paquistão particularmente) foi de 41,4% nas exportações e 8,1% nas importações em 1985.

A estrutura geográfica do comércio externo da Guiné-Bissau indica, pelo menos em 1985, o prevalecimento do eixo Sul/Sul nas exportações (54,3% contra 6,2% em 1974, data do acesso à independência) e das trocas Norte/Sul nas importações (cerca de 67,7%, incluindo os EUA e a URSS). Entretanto, convém registar uma nítida diminuição neste capítulo em relação a 1974 (cerca de 80%).

A **Balança de Pagamentos** tem, quanto a ela, apresentado, desde a independência, um saldo negativo com um ritmo médio de crescimento do déficit da ordem de 13,8% contra 11,5% das receitas de exportação.

A esta situação convém acrescentar os efeitos cada vez mais nefastos da seca e da desertificação que coloca a Guiné-Bissau no grupo dos países africanos mais agredidos por estas calamidades naturais, mais conhecidos por países do sahel, o que justificou a sua admissão no Comité Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel (CILLS), em princípios de 1986.

Este quadro sumariamente esboçado explica a adopção pelo Governo de uma política externa desenvolvimentista, virada para a resolução dos problemas prementes do desenvolvimento e a consecução da independência económica. A acção do país no plano internacional visa deste modo assegurar uma participação activa nas instâncias multilaterais e uma acção virada para a diversificação do leque dos parceiros económicos. Esses modos de actuação têm na verdade subjacente uma férrea vontade de independência.

5.A Guiné-Bissau e a cooperação multilateral

Após o acesso do país à independência, a cooperação multilateral tem vindo a assumir uma importância crescente. A adesão à OUA, à ONU (incluindo os seus organismos especializados) e ao Movimento dos Países Não-Alinhados constitui, neste sentido, um passo fundamental no assumir das suas responsabilidades internacionais e na afirmação da sua personalidade político-jurídica no plano mundial.

Era necessário e urgente desenvolver uma acção visando quebrar o relativo isolamento político-diplomático e económico em que o colonialismo tinha colocado o país no quadro da sub-região. Com efeito, considerando os países africanos vizinhos das suas possessões como elementos periféricos, Portugal privilegiava as suas relações com os centros coloniais europeus, mantendo as suas «províncias» afastadas de uma verdadeira convivência africana.

A mobilização do apoio externo para a Luta de Libertação Nacional foi o primeiro passo histórico tendente a «desenclavar» politicamente as

então colónias portuguesas de África. Quebrar esse estado de coisas implicava, para além do reforço das relações de boa vizinhança e da cooperação bilateral com os países limítrofes, a participação activa nos organismos sub-regionais. A plena inserção do país na vivência da sub-região continua a ser uma exigência e uma componente essencial das suas relações internacionais, motivada fundamentalmente por dois princípios, a saber:

1. - Evitar o isolamento político e económico, desenvolvendo e diversificando a cooperação internacional a nível sub-regional, regional e internacional;

2. - Não perder de vista a necessidade da participação individual nesses foros reverter positivamente a favor do desenvolvimento nacional, da unidade e da prosperidade colectiva (vide artº. 18º, par. 3 da Constituição)

A sua participação nos organismos sub-regionais de cooperação e integração económica, fundamentalmente a CEDEAO, a Associação para o Desenvolvimento da Rizicultura na África Ocidental (ADRAO), a Organização para a Valorização do Rio Gâmbia (OMVG) e o CILSS, responde naturalmente a imperativos de ordem económica e à necessidade da afirmação de uma presença efectiva e valiosa na vivência da sub-região. Esta participação resulta igualmente da consciência da necessidade de um desenvolvimento complementar das economias dos países africanos, como preconizado pela OUA, e cuja concretização só pode advir de uma acção de coordenação levada a cabo a partir de espaços geo-económicos bem definidos.

Entretanto, os efeitos multiplicadores decorrentes desta participação (a promoção da cooperação e do desenvolvimento em todos os domínios da actividade económica, social e cultural; a contribuição para o progresso e desenvolvimento do continente africano, o aumento relativo do peso político e económico colectivo em relação à dominação económica estrangeira, a eliminação do isolamento dos mercados nacionais e a participação mais activa e racional na divisão do trabalho no quadro da sub-região) só podem ser considerados realmente positivos se contribuirem também para a consolidação da independência nacional e o pleno respeito da igualdade e soberania dos Estados membros.

A participação em organizações inter-regionais como a Associação dos Estados ACP (Convenção de Lomé), a Organização da Conferência Islâmica (OCI) e a Conferência dos Países tendo em comum o Uso do Francês, mais conhecida por «Francofonia», constitui também um importante elemento da actuação do país no plano multilateral.

Os laços existentes entre a Guiné-Bissau e os restantes Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, assumem, por sua vez, um significado peculiar à luz do passado histórico comum de luta contra o colonialismo português. Ontem congregados na CONCP, estes países, tornados hoje independentes, persistem na via da unidade, tendo estabelecido um forum permanente de concertação que tem a sua maior expressão na Conferêncial anual dos Chefes de Estado. Mais conhecido por «Grupo dos Cinco», este forum, de certo modo *sui generis* em razão da dispersão geográfica dos elementos que o compõem, constitui inegavelmente uma importante componente da Unidade Africana e confirma a herança histórica comum como factor de coesão e desenvolvimento dos povos do continente.

6.Estado, política externa e independência

A evolução sócio-histórica da Guiné-Bissau indica a existência de duas lógicas ou racionalidades cuja interacção é interessante analisar (26). Não haverá contradição entre estas duas estruturas e ideologias obrigadas a coexistir nas sociedades africanas do pós-independência? De que modo se influenciam reciprocamente e que efeitos têm no comportamento do Estado nos planos interno e externo?

A experiência histórica das sociedades africanas, no que respeita ao processo de formação da nação, demonstra a ineluctabilidade da passagem na etapa de unificação das suas diversas componentes étnicas. Trata-se também de uma condição necessária para a consolidação do Estado nacional. Este processo não é no entanto isento de contradições. O factor ideológico assume um significado peculiar no mesmo e se traduz, na prática, pela inevitável colisão entre a racionalidade étnica e a tendência centralizadora e aglutinadora do aparelho estatal.

Conscientes deste facto, o PAIGC agiu desde cedo no sentido de favorecer a edificação de uma plataforma ideológica e política comum, capaz de congregar as forças vivas da nação em formação em torno do objectivo central de luta contra o colonialismo identificado como o inimigo comum. Trata-se, por outras palavras, de criar uma nova consciência no seio das massas, explorando as características e interesses compartilhados pelos diversas componentes étnicas e sociais para desta forma eliminar as clivagens regionais ou tribais (27). Eis talvez um dos maiores méritos, uma das maiores vitórias da luta pela independência da Guiné-Bissau.

O carácter de classe do Estado questiona entretanto as relações de poder no seu seio e seu papel no desenvolvimento do país. Se é verdade

que o Estado exerce uma influência autoritária e procura impôr a sua lógica e as suas instituições, é também um facto que só ele pode servir de garante ao desenvolvimento da sociedade na sua globalidade. Produto da interacção entre classes ou camadas sociais, o Estado não pode estar acima dos interesses dessas forças sociais e da luta que as opõe. Nenhuma acção no domínio económico ou político é de facto neutra (28).

Mais do que o factor étnico, convém ter presente o facto de que em razão das mudanças introduzidas pela LLN (da mobilização à independência) na própria consciência, passa, no processo nacional de desenvolvimento, a prevalecer a lógica de classe também derivada de uma mutação operada no seio dos elementos oriundos do campo ao nível da mentalidade e da concepção filosófica do mundo e do poder.

A transição da lógica étnica à consciência de classe torna-se assim um fenómeno motor e a alavanca da acção do poder político assumido não mais por Fulas, Balantas, Manjacos ou Papéis, por exemplo, mas sim por indivíduos e grupos sociais identificando-se com determinados interesses e opções.

Neste ponto particular, é elucidadora a teoria da pequena burguesia desenvolvida por Amílcar Cabral. O papel desta camada no progresso de desenvolvimento assume hoje maior relevância em relação ao factor étnico que, embora ainda longe de ser eliminado do corpo social, mantém-se de forma residual na estrutura do poder tendo em conta tanto a supremacia absoluta do Estado moderno sobre as estruturas tradicionais de poder e o processo de conjugação étnica favorecido particularmente por factores económicos de integração nacional (monetarização, infraestruturas...). Por outro lado, se as estruturas tradicionais parecem ser movidas de forma preponderante por motivações religiosas, o Estado moderno, ele, baseia a sua acção em motivações de ordem essencialmente política.

Nesta análise, é importante não perder de vista a presença residual de elementos do Estado colonial e do modo de produção que lhe é específico (capitalista) e a integração do país num determinado espaço económico internacional (capitalista). Se acrescentarmos a isto as «tendências naturais» e as «solicitações de classe» (A. Cabral) da pequena burguesia que detém as rédeas do poder, torna-se fácil perceber a acção do Estado em termos de opções de desenvolvimento sócio-económico bem como o grau da sua integração no macro-sistema em que se encontrava já objectivamente inserido no momento do acesso à independência política.

As profundas mutações sociais em curso originadas pelas estratégias adoptadas para jugular os efeitos da crise (PEEF, PAE) dá consistência a esta abordagem teórica ao provocar certas clarificações. Vejamos.

A política económica definida e praticada após a independência teve efeitos cruciais nas tendências sociais e económicas deixadas pelo sistema colonial. O novo poder tinha duas alternativas:

- criar condições que permitissem à pequena burguesia tradicional prosseguir com a acumulação iniciada no período colonial, como aconteceu na maior parte das antigas colónias britânicas e francesas;

- parar ou reduzir fortemente o ritmo de desenvolvimento desta camada em prol de uma maior socialização dos meios e relações de produção.

Foi neste segundo sentido que o desenvolvimento sócio-económico foi orientado nos dez primeiros anos da independência (1974-1983), através da aplicação de medidas nos planos económico e financeiro (política fiscal, monopólio do Estado sobre o comércio externo, controle das divisas) que reduziam ao mínimo os mecanismos de autodesenvolvimento da pequena burguesia, ou seja das camadas mais favorecidas.

Este facto não significa no entanto que os interesses desta camada não estivessem representados na estrutura do poder e nos centros de decisão.

Com o desenvolvimento do sector privado e a liberalizaçãoeconómica, vão tomando uma expressão maior uma burguesia compradora e uma burguesia rural, fenómeno acompanhado de uma proletarização, dos camponeses independentes, « ainda pouco visível mas chamada a desenvolver-se», com as consequentes modificações nas relações tradicionais no campo (posição *vis-a-vis* aos meios de produção, integração das mulheres nas actividades lucrativas, divisão sexual do trabalho (29).

Do estrito ponto de vista das relações internacionais, este processo dinâmico de diferenciação, que tem vindo a afastar-se de certo modo de uma radicalização das experiências da LLN, traduz uma tendência positiva ao eliminar progressivamente os elementosde desconexão em relação, designadamente, aos demais Estados e sistemas económicos da sub-região.

Trata-se de um fenómeno sem dúvida favorável à integração sub-regional graças às condições objectivas criadas e que tornam mais viável a formulação de políticas comuns. A perspectiva da entrada do país na UMOA constitui um desses elementos.

A porta está igualmente aberta para a implementação dos projectos comunitários concebidos ao nível da CEDEAO (moeda, livre circulação e estabelecimento, empreendimentos).

Tudo isso traduz de facto o dinamismo inerente à acção do Estado na cena internacional apesar das enormes dificuldades com que se debate ainda, sobretudo para assegurar um verdadeiro arranque económico.

O instrumento da política externa revela-se crucial neste contexto. A natureza dos desafios a enfrentar e as crescentes pressões exercidas - in-

ternamente - pela acção dos diversos factores sociais em presença e - externamente - pelas coordenadas da ordem internacional vigente e pelas veleidades e tendências de dominação ainda existentes nas relações interestaduais, tornam cada vez mais delicado o seu uso ao serviço dos verdadeiros interesses do Estado e do povo.

As problemáticas da independência e do desenvolvimento mantêm-se assim como as principais apostas e as razões fundamentais da aplicação deste instrumento.

Para Amílcar Cabral, nunca a conquista da independência política foi a finalidade histórica ou o objectivo supremo da LLN. Considerava-a apenas como «um dos meios necessários para a construção do progresso».

Como ele afirmava já em 1961, prevendo os desafios do pós-independência, «presentemente as maiores dificuldades dizem respeito à conquista da independência económica, à consolidação da independência nacional, à luta contra o neocolonialismo» (30).

Em suma, são estes os desafios que a Guiné-Bissau tem hoje de enfrentar, à luz dos ensinamentos do passado mas também da necessidade de uma constante adequação da sua acção às novas e complexas exigências do seu processo de desenvolvimento.

O realismo político que preside à definição da política externa deve ser reforçado por uma actuação pragmática que não implica necessariamente concessões de fundo dos pontos de vista político-ideológico e dos interesses de longo prazo do país. Este pragmatismo já estava patente no pensamento de Amílcar Cabral quando afirmava que «a libertação nacional, a luta contra o colonialismo, a edificação da paz e do progresso, a independência, são palavras vazias se não conduzem à melhoria real das condições de vida» (31).

A manutenção dos princípios e eixos fundamentais que animavam a acção do PAIGC no plano internacional durante a LLN e que se encontram consagrados tanto na Lei Fundamental da República como no programa do PAIGC-força dirigente (Artº. da Constituição) é sinal de que a consciência desta necessidade se encontra profundamente enraízada na teoria e na *praxis* que prevalecem hoje na política interna e externa da Guiné-Bissau.

---

1. A. Cabral, «Obras Escolhidas», Vol. I, pp. 130-146
2. «A. Cabral e o Movimento operário internacional», Continuar Cabral, p. 471
3. A. Cabral, «Obras», Vol. II, p. 183
4. Ibidem, p. 185
5. Edmond Jouve, « *Relations Internationales du Tiers-Monde et Droit des Peuples*» Berger-Levrault, Tiers-monde en marche, 2ème. éd., p. 484.

6. A. Cabral, «Obras», p. 81
7. «Relatório do CSL ao III Congresso do PAIGC», 1977, p. 24
8. A. Cabral, ob. cit. p. 199
9. Relatório do CSL, p. 31
10. Ibidem
11. A. Cabral, ob. cit. p. 80
12. Ibidem, p.207
13. Ibidem, p. 218
14. B. Cardoso. «Evolução macro-económica da Guiné-Bissau - 1984/1985», Out. 86, p. 38
15. C. Lopes «Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau», p. 67
16. «Relatório do Conselho Nacional da Guiné-Bissau ao I Congresso Extraordinário do PAIGC», p. 83
17. Ibidem, p. 102
«Programa Maior do PAIGC»
«Constituição da República da Guiné-Bissau», Artº. 18º, par. 1
18. «Declaração do II Congresso do PAIGC», pp. 11, 20
19. Ibidem, p. 19
20. Ibidem, p. 84
21. B. Cardoso, ob. cit., p. 32
22. «Síntese da situação económica e financeira e perspectivas de médio prazo», SEPAECI, Fev. 1987, p. 5
23. B. Cardoso, ob. cit., pp. 5, 26
24. Ibidem, p. 28
25. Ibidem, p. 36
26. C. Lopes, ob. cit., pp.33-95
27. Ibidem, p. 48
28. Diana L. Handem, «A Guiné-Bissau: adaptar-se à crise», in SORONDA nº3, Jan. 87, Revista de Estudos Guineenses, INEP, p. 96
29. Ibidem, p. 95
30. A. Cabral, ob. cit. p. 162
31. Ibidem, p. 212

Bibliografia

- «Relatório do CSL ao III Congresso do PAIGC» (1977)
- Amílcar Cabral, «Obras Escolhidas»
- C. Lopes «A transição histórica na Guiné-Bissau», INEP, 1987
- C. Lopes «Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau», ed. 70, Biblioteca de Estudos Africanos
- B. Cardoso «Evolução macro-económica da Guiné-Bissau 1974-1985», Out. 1986, Bissau
- «Guiné-Bissau - síntese da situação económica e financeira e perspectivas de médio prazo», SEPAECI, Bissau, Fev. 1987
- «A Guiné- Bissau e a ONU», MNE, Abril de 1986
- *«Problèmes et perspectives de développement en République de Guiné-Bissau»*, SEPAECI, Julho 1985

- E. Jouve, *«Les Relations Internationales du Tiers- Monde»*, 2ª edição
- «Relatório do Conselho Nacional da Guiné-Bissau ao I Congresso Extraordinário do PAIGC», 1981
- «Declaração do II Congresso do PAIGC», 1973
- Diana L. Handem, «Guiné-Bissau: adaptar-se à crise», SORONDA, nº 3/ Jan. 1987, Revista de Estudos Guineenses - INEP
- «Programa Maior do PAIGC»
- «Constituição da República da Guiné- Bissau»

ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DA EDUCAÇÃO

Aprovada pelo Conselho de Ministros no final do ano passado, ela procura traçar, numa perspectiva a médio prazo, as linhas de actuação para um desenvolvimento equilibrado da Educação na Guiné-Bissau.

Considerações gerais

A identificação dos principais estrangulamentos com que se defronta o desenvolvimento equilibrado da nossa Educação, serviu de fundamento para o traçado de linhas estratégicas numa perspectiva de médio prazo. O conteúdo aparentemente crítico deste trabalho relaciona-se apenas com a preocupação de relevar com objectividade os problemas mais salientes com que se defronta a administração educacional, sem que tal deva ser interpretado como menor apreço pelo louvável esforço e generosidade que as nossas autoridades vêm pondo ao serviço do progresso da causa educativa do País.

Verifica-se uma baixa qualidade generalizada do sistema de ensino do nosso País reiteradamente constatada e abertamente reconhecida pelas altas esferas governamentais bem como pelos dirigentes, responsáveis e funcionários do MECD. Nessa base, é indispensável optar por uma política educativa que privilegie, nos próximos anos, a qualidade do ensino, particularmente no EB, e é exigida uma melhor correspondência entre o potencial formativo do País e as necessidades sócio-económicas do desenvolvimento.

Por outro lado, com fundamento na cuidada ponderação quantitativa e qualitativa dos elementos recolhidos, torna-se indispensável impôr, a curto prazo, um grande rigor na administração dos meios e as medidas tendentes a atingir consideráveis ganhos de produtividade no ensino básico, sem o qual o sector correrá sérios riscos de rotura financeira.

A estratégia delineada passa por um esforço selectivo de reorientação do investimento sectorial, cujo volume actual e previsível permita, em tal hipótese, responder às solicitações prioritárias e urgentes. Surge, neste contexto, como essencial, a criteriosa preparação, negociação e administração de projectos educativos, cujo financiamento é assegurado, em larga medida, por fontes multilaterais e bilaterais de cooperação.

Capítulo I

Objectivo I - Promover a qualidade e a eficácia do Ensino, em especial o Ensino Básico

A estratégia de reforma do sistema de ensino da Guiné-Bissau assume claramente o objectivo prioritário imediato de melhorar a qualidade do Ensino Básico. A resposta ao conjunto de exigências que uma tal reforma irá impôr, deverá no entanto ser integral de forma a «concertar» os diversos factores críticos que condicionam a qualidade do serviço educativo, sem contudo gerar compromissos financeiros incomportáveis no plano das despesas de funcionamento do Ministério.

Não resta a menor dúvida de que o sistema de Ensino-Formação da Guiné-Bissau tem estado muito aquém das reais necessidades do País, sobretudo em termos da sua adequação.

Estas e outras características já enumeradas fazem com que a reforma do sistema, a começar pelo Básico, seja um imperativo.

Esta reforma será implementada nas linhas gerais do SNEF, tal como consta no documento do mesmo nome.

Tendo em conta a realidade atrás caracterizada e no quadro dos equilíbrios possíveis no plano dos meios, a estratégia delineada vai ao encontro das seguintes linhas de orientação:

1 - Adaptar as estruturas e os conteúdos do ensino às necessidades do País, através das seguintes acções:

- Uniformização da escolaridade de base de 6 classes (EB), suspendendo a existência de ciclos (EBE, EBC), com vista a conferir ao EB uma finalidade própria;
- Introdução do sistema de fases para uma melhor retenção dos efectivos;

1ª. Fase: 1ª e 2ª classes
2ª. Fase: 3ª e 4ª classes
3ª. Fase: 5ª e 6ª classes

-Reformulação dos actuais planos curriculares, prevendo os aspectos sanitários, nutricionais, de agricultura e de trabalho e elaboração de um novo sistema de avaliação permanente. Introdução de aspectos sanitários, nutricionais, de agricultura e de trabalho.

No sentido de implementar estas acções, estão previstos os seguintes programas e/ou projectos:

a) Implementação progressiva da nova estrutura, redefinindo os objectivos gerais do EB, bem como os objectivos específicos de cada fase;
b) Melhoria das condições de vida através do projecto UDEES;
c) Reforma e adaptação do sistema de avaliação;
d) Adoção de uma nova metodologia de ensino do Português (língua oficial) como língua segunda, tendo em conta as bases linguísticas existentes no País e as experiências dos projectos CEEF e DEA já em curso;
e) Estudos de base sobre os aspectos económicos, sociais e culturais a serem realizados pelo DEPOL e INEP;
f) Participação de inspectores e professores em todas as actividades de concepção e elaboração de programas, manuais escolares e outros materiais didácticos, bem como na avaliação da sua aplicação e utilização.

2 - Produção e distribuição de manuais escolares e outros materiais didácticos auxiliares sob forma de «pacotes», para alunos e professores.

A implementação destas actividades deverá passar pela:

a) Dinamização da Comissão de Material Didáctico (CMD) integrada por:
- DEPRO: responsável pela concepção e elaboração;
- DEME: idem pela 1ª fase de produção;
- INACEP: idem pela produção final, distribuição e comercialização;
- DEB: responsável pelo apoio à distribuição e controlo;
- GEP: responsável pela planificação e coordenação.

b) Ligação com a SECLP

3 - Reforçar o esquema inicial de formação e superação de professores através das seguintes acções:

-Reformulação dos planos curriculares das Escolas Normais (EN), destacando a formação prática por forma a implementar um modelo único de formação de professores para o Ensino Básico.

- Racionalização da formação em função das necessidades e possibilidades do País.

- Reforço de formação em exercício.
- Superação permanente dos professores.

Estas acções serão levadas a cabo através dos seguintes programas e/ /ou projectos:

a) Continuação da formação inicial com o nível de ingresso da 9ª classe, reforçando o plano de estudo do ESG como componente da formação. Esta acção deve ser complementada pela elaboração do plano de estudo e da carreira docente;

b) Formação em exercício, prevendo-se para isso, por um lado, a extinção do Curso Dirigido em 1988 e, por outro, a implementação do Sistema Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal em Serviço na Educação (SINAPSE). Para implementação do próprio SINAPSE ter-se-á em conta a experiência do CEEP;

c) Superação permanente através da dinamização de comissões de estudo, reciclagens, seminários e palestras.

4 - Dinamizar as acções de alfabetização e de educação de adultos, dando prioridade ao meio rural.

A implementação deste objectivo específico deverá passar pela:

- Criação de um Conselho Nacional Interministerial para a Eliminação do Analfabetismo, incentivando acções de:
- Alfabetização funcional;
- Educação de jovens e adultos em articulação com o Ensino Básico (estruturas, métodos e técnicas, materiais e formação do pessoal), diminuindo deste modo a proporção de alunos relativamente idosos no EB e aumentando a capacidade de acolhimento de adolescentes.

Estas acções por sua vez serão concretizadas através dos seguintes programas e/ou projectos:

a) Projecto da Rede das Instituições de Formação de Nível Superior (REINES - 3) a nível dos «TRÊS»:
- Formação de formadores;
- Formação de especialistas de elaboração de programas escolares e concepção de material didáctico;
- Formação de técnicos para implementação de sistemas de ensino à distância;

b) Projecto de criação do Instituto Regional de Educação de Adultos a nível dos «Cinco».
- Formação de formadores;
- Formação de quadros técnicos de direcção e gestão a todos os níveis;

c) Projecto de melhoria da qualidade e eficiência dos sistemas educativos a nível dos «Cinco»;

- Formação de investigadores no domínio da sócio-linguística;
- Formação de formadores sobre metodologia de ensino da língua Portuguesa/segunda;
- Concepção de manuais escolares.

d) Projectos BIRD ;

e) Projecto da uniformização ortográfica da língua portuguesa/AULP a nível dos «Sete»;

f) Programa da melhoria da qualidade do ensino da língua portuguesa;

g) Programa UNESCO/ASDI - Formação em planificação e administração da Educação no âmbito dos «Cinco»;

h) Programa PNUD/UNESCO - apoio à reforma dos Programas do EB e gestão do sistema educativo;

i) Programa Saheliano de Educação/CILSS;

j) Programa de Eliminação do Analfabetismo em África, da UNESCO;

k) Programa da Associação Africana de Alfabetização e Educação de Adultos (AAAEA).

5 - Planificação e execução de um conjunto de acções tendentes a solucionar os estrangulamentos verificados a nível de:

- Planificação, administração e gestão a todos os níveis do sistema educativo;
- Inspecção escolar;
- Planificação e desenvolvimento curricular;
- Desenvolvimento/avaliação de projectos;
- Metodologia da pesquisa;
- Formação de formadores;
- Tecnologias apropriadas da educação;
- Avaliação de sistema e da aprendizagem.

Objectivo II - Importância do Sistema de Formação

Paralelamente aos objectivos e tarefas preconizados no quadro da estratégia sectorial tendentes a promover a qualidade e a eficácia do ensino haverá que conceder a devida importância às acções de formação, devendo-se para isso realçar os seguintes:

I. Desenvolvimento da formação em recursos humanos qualificados e necessários ao processo de desenvolvimento.

Face à realidade atrás descrita e considerando as necessidades futuras impostas, entre outras, pelo ritmo de crescimento económico, urge adoptar as seguintes medidas:

DOCUMENTOS

A - Formação no Sector Moderno de Economia

1. Intensificar a formação dos recursos humanos sem a qual todo o processo de desenvolvimento estaria comprometido;
2. Estabelecer um sistema de coordenação entre orgãos de planificação nacional, emprego e formação profissional, a fim de melhor garantir a obtenção de dados concretos relativos às necessidades tanto em termos de qualidade como quantidade, permitindo assim uma planificação de acções de acordo com as necessidades de cada unidade de produção ou sector de actividade;
3. Criar um organismo estatal paralelo a este último encarregue de recolher dados sobre as necessidades dos diferentes sectores de actividades e regiões, no sentido de planificar a distribuição dos quadros formados no País e no estrangeiro;
4. Criar uma capacidade nacional de formação e investigação;
5. Inserir a Assistência Técnica na estratégia nacional de formação;
6. Organizar um sistema autónomo de formação profissional de adultos que, para além da alfabetização e do ensino básico garantidos pela educação de adultos, englobe a formação de base, a qualificação profissional e reconversão profissional;
7. Integrar a aprendizagem no sistema nacional de ensino como alternativa ao ensino geral polivalente (6º ao 9º ano de escolaridade);
8. Criar um programa nacional de formação e reciclagem de quadros técnicos e gestores. Este programa deverá abranger áreas fundamentais, tais como: método de elaboração, avaliação e gestão de programas e projectos; política económica e planeamento, organização de sistemas e organizações, técnicas de planeamento e gestão de recursos humanos, organização e racionalização do trabalho administrativo.

B - Formação no Sector Agrícola

1. Consolidar os conhecimentos gerais, os conhecimentos teóricos específicos, melhorar a experiência profissional e a formação contínua de todo o pessoal. E isto em todos os domínios, compreendendo a concepção, a previsão e o controle, assim como a prática ocupacional;
2. Dar aos novos quadros os meios de pôr em prática, nos seus postos de trabalho, os conhecimentos adquiridos. E igualmente reforçar a capacidade dos quadros nacionais em construir equipas homogéneas, aptas a agir no sentido comum e dos objectivos postulados e de métodos idênticos. E a procura em conjunto de uma melhoria constante da qualidade e do rendimento dos resultados obtidos;
3. Elevar o nível cultural geral dos camponeses e fornecer quadros competentes para, a curto e médio prazo, ajudar a cobrir as insuficiências do camponês;

4. Implantar escolas destinadas à formação de quadros médios e subalternos localizadas nas zonas rurais para não só forjar os conhecimentos teóricos mas também permitir uma aprendizagem prática durante o tempo em que durar a formação;
5. Estudar e adoptar um calendário adaptado às condições clamáticas e de produção do País, que permita uma capacitação teórica e prática através da participação dos alunos nos trabalhos agrícolas;
6. Integrar a formação técnico-agrícola no sistema nacional do ensino técnico-profissional.

No entanto, com a preocupação de uma adequação harmoniosa entre a oferta e a procura, é necessário e indispensável conhecer as tendências futuras de evolução do mercado de emprego.

Segundo as projecções realizadas pelo estudo SODETEG, a evolução do emprego nos próximos anos apresenta-se da seguinte forma :

	1986	1991	2000
Quadros superiores	518	824	1327
Técnicos Superiores	1894	3437	5542
Técnicos	5280	8006	12515
Operários qualificados	9300	12042	18100
Operários especializados	10828	14532	22690

O aumento global do emprego (37,49%) previsto até ao ano 2000 será acompanhado de um crescimento da qualificação requerida para o pessoal. É assim que a parte ocupada pelo pessoal sem qualificação determinada no sector moderno deve ser diminuida dos 56,2%, para 42,7%.

A necessidade actual em quadros qualificados durante os períodos discriminados será a seguinte:

Categorias	QS'	TS'	T'	OQ	OE	Total
Período 1986/91	132	495	939	1392	8428	11382
Período 1991/2000	170	475	998	1531	10737	13911
Variação %	+28,8	-4,0	+6,7	+10,0	+27,4	+22,2

A partir deste quadro pode-se fazer os seguintes comentários:

- Globalmente, a necessidade anual vai crescendo à razão de 22,2% em 7 anos, o que parece normal em relação à taxa de crescimento admitida para a economia.
- A relação técnicos superiores/quadros superiores é ainda elevada, na ordem de 3,75 ,e só depois se estabelecerá nos 2,80. Com efeito, esta relação vai diminuindo assim que o País se desenvolve, mas ela deve manter-se superior a pelo menos 2,5.
- A necessidade anual em técnicos superiores mantém-se constante.

Em contrapartida, a necessidade em quadros superiores aumenta com o tempo. É ela que apresenta maior variação.

Só ao sector de desenvolvimento rural, tomado isoladamente, a evolução será a seguinte:

	1986	1991	2000
Chefes de empresa	110	430	1043
Quadros superiores	55	74	110
Técnicos superiores	85	414	882
Técnicos	296	1502	3095
Operários qualificados	737	2403	4570
Operários especializados	8986	43690	108618

Estes três quadros tomados no seu conjunto ou isoladamente dão-nos uma ideia da dimensão que a formação de mão-de-obra qualificada terá de assumir nos próximos treze anos. Tomando como exemplo o sector com maior peso no desenvolvimento do País - a agricultura - pode-se constatar que, no quadro das perspectivas de evolução sócio-económica dos horizontes de 1991 e 2000, prevê-se o reforço das infraestruturas, o que pressupõe uma acção de formação que passe não só pela vulgarização de técnicas, necessariamente fraccionárias e limitadas, mas também pela formação de homens. Em maior número de casos possíveis, a evolução dos agricultores deve passar por acções de formação estruturadas, realizadas em centros especializados. Essa formação de tipo activo será precedida pela análise da realidade vivida pelos interessados e pela alternância entre a teoria e prática, graças à qual os estagiários não serão separados, em nenhum momento, do seu meio de origem e das suas condições efectivas de trabalho.

Esta formação deve certamente iniciar sobre a aquisição de diversas técnicas melhoradas de produção e sobre as bases teóricas necessárias para as compreender, mas também sobre a aquisição de métodos de gestão e de novas atitudes que estejam de acordo com o espírito empresarial.

As acções de formação devem ser desenvolvidas utilizando as infraestruturas e meios já existentes. No caso concreto de quadros para o desenvolvimento rural há que fazer recurso à Escola de Produção «No Caminho da Vitória», em Empada, e ao Centro Experimental de Formação Comunitária, em Bedanda.

Em termos gerais, deve-se dizer que as acções de formação a desenvolver no quadro da nova estratégia da Educação devem preocupar-se menos em revestir-se de um carácter completamente inédito, e que eventualmente pressuponha novos investimentos, e tentar adaptar-se mais às

realidades locais, valorizando ainda mais os meios já existentes e melhorando os métodos de trabalho.

Mas o desenvolvimento rural e as acções de formação que ela exige constituem apenas um dos aspectos da problemática. A julgar pelas necessidades acima identificadas, constata-se que, no que diz respeito, por exemplo, aos técnicos, as necessidades estão qualificadas em 28,5%. Estes dados dizem respeito aos quadros qualificados no sector industrial, comercial e outros.

Para levar a cabo estas acções de formação de quadros, as instituições existentes no País deverão ser rentabilizadas.

- Em relação ao Ensino Superior:
Escola de Direito (ver Relatório da Comissão Mista Luso-Guineense);
Escola Normal Superior «Tchico Té» - deve-se pensar também em acções de aperfeiçoamento dos seus professores.

- Em relação à Formação Técnica importa referir que as capacidades actuais não permitirão satisfazer as necessidades futuras. De modo que as acções devem desenvolver-se no sentido de aperfeiçoar as estruturas e as metodologias vigentes e criar novas estruturas de acolhimento, ao mesmo tempo que se deve intensificar a duração e/ou níveis de recrutamento das formações.

- Em relação à Formação Administrativa, importa frisar que as acções desenvolvidas pelo CENFA, nomeadamente os cursos de formação longa em Secretariado e Administração e os Cursos de Aperfeiçoamento Intensivo e Específicos, têm tido um impacto bastante limitado. Tendo em conta a importância crescente de uma administração eficaz nas diferentes esferas da vida social, importa antes de mais revitalizar as acções já em curso, concedendo ao Centro um maior apoio em termos de pessoal docente nacional qualificado e permanente, e melhorando o seu nível.

- Em relação à Formação Técnica Informal, convém salientar que embora tenham contribuido para superar as carências em mão-de-obra qualificada a nível de empresas, ela terá que aperfeiçoar os seus programas no sentido de uma maior sistematização e, sobretudo, coordenar os conteúdos transmitidos pelas demais instituições de formação.

Para que as instituições de formação possam responder às necessidades da economia e possam resolver acções de formação, o sistema educativo formal deve ser capaz de pôr à disposição destes organismos o número de diplomados necessários.

Para além destas acções a implementar a nível de cada instituição e/ ou área de formação, a estratégia sectorial deve ainda preconizar o seguinte:

- Introdução do ensino técnico-profissional no sistema nacional de ensino como alternativa equivalente ao ensino liceal complementar;

- Elaboração e publicação de uma Lei-Quadro do Sistema Nacional de Ensino e Formação Profissional, que clarifique quais são as componentes do Sistema de Ensino e do Sistema de Formação Profissional e estabeleça os pontos de contacto entre os dois sistemas.

II. Melhoria da qualidade de formação

Fazendo uma retrospectiva do Ensino Profissional na Guiné-Bissau, desde a sua institucionalização, analisando o seu desenvolvimento, sua tendência dentro do contexto mais amplo das acções de formação, conclui-se que o sistema até aqui utilizado não tem correspondido plenamente às exigências do mercado de trabalho.

Mediante análise dos problemas e suas soluções, procurou-se orientar a evolução da aprendizagem em função da política nacional do desenvolvimento socio-económico e das necessidades detectadas nas empresas.

Dentro de uma perspectiva global assinalam-se alguns factores previsíveis que têm condicionado as inovações tecnológicas das estruturas de formação.

Para que efectivamente o sistema de formação implantado atinja o nível de qualificação desejado, é indispensável que as acções de formação profissional sejam planificadas e desenvolvidas de acordo com as perspectivas e evolução dos diferentes sectores de desenvolvimento, em consonância com a estruturação global do desenvolvimento económico e social do País.

A implantação de qualquer modalidade de formação (aprendizagem, formação, capacitação, especialização), dependerá das necessidades identificadas em termos quantitativos e qualitativos de mão-de-obra dos diversos sectores produtivos e grupos ocupacionais.

Considerando a necessidade existente em melhorar a qualidade do sistema de formação e conhecendo o impacto que o mesmo tem nos diferentes sectores de actividade, torna-se prioritária a criação e organização de certas infraestruturas para que efectivamente possam ser atingidos os objectivos neste âmbito. As acções a serem levadas a cabo devem garantir:

a) A planificação das acções de formação profissional em termos quantitativos e qualitativos;

b) A implementação de acções que visem a definição do perfil ocupacional das diversas especialidades existentes no País, de acordo com os níveis de qualificação, a fim de permitir uma melhor eficácia na elaboração e organização dos programas de formação e de superação dos trabalhadores;

c) A incrementação de acções através de estágios que visem a actualização permanente de conhecimentos dos instrutores, a fim de lhes permitir um constante acompanhamento da evolução técnica e tecnológica;

d) A criação de incentivos materiais ou financeiros, que motivem os instrutores para o seguimento da carreira técnico-docente;

e) A criação de um Centro de Documentação Científica e Técnica e de Recursos Didácticos, para apoio às actividas de formação, bem como à implementação de acções que visem a criação de serviços de orientação profissional;

f) A incrementação de acções que visem a participação financeira das empresas públicas, privadas e mistas na formação profissional;

g) A implementação de actividades produtivas paralelamente às actividades de formação, com vista a um melhor aproveitamento dos recursos existentes;

h) O estabelecimento de um sistema que favoreça uma interacção mais estreita entre os centros de formação profissional e as empresas, a fim de permitir uma estreita assessoria sobre inovações.

III. Alargamento do leque de cursos

Os principais factores que condicionam o desenvolvimento económico do País, devem-se sobretudo à falta de mão-de-obra qualificada e especializada em todos os sectores de actividade económica.

A carência de operários qualificados e de técnicos médios é uma situação preocupante, apesar da extrema necessidade da sua existência no desenvolvimento das modernas produções, que aumenta cada vez mais a cifra da carência destes níveis de qualificação, fundamentalmente técnico-médio, em muitos sectores de produção.

O sistema de formação profissional deve cobrir as necessidades de formação permanente de jovens em todos os sectores e ramos de actividade económica, e a todos os níveis de qualificação.

Os programas de formação de trabalhadores para ocupações ou postos de trabalho em qualquer nível ou campo especializado beneficiarão, sempre que seja possível, de acções do sistema de educação formal. A independência dos sistemas permitirá orientar e preparar os indivíduos mais aptos para o desempenho das tarefas de maior conteúdo científico e tec-

nológico e favorecerá, ao mesmo tempo, o desenvolvimento e a promoção social dos jovens pelo processo de qualificação profissional.

Ainda no que concerne à necessidade de alargamento do leque dos cursos em função das necessidades do País dentro das áreas já identificadas (construção civil, electromecânica e mecânica geral), devem ser levados em conta os seguintes aspectos:

- Definição dos perfis profissionais do presente nível, adaptação às necessidades guinenses;
- Implementação de acções que visem definir e garantir um desencadeamento eficiente e sólido de acções de formação de quadros médios;
- Incrementação de acções com vista a facultar o ITFP de meios materiais, humanos e financeiros que garantirão a materialização de acções de formação neste nível;
- Implementação de acções com vista a estabelecer a nível nacional o sistema de orientação e cerificação profissional;

Capítulo II

Objectivo III - Racionalizar os Meios

1. Financeiros

a) Considera-se possível um orçamento de funcionamento do MECD - Sector da Educação para 1987, o Orçamento de 1986 acrescido de 3% em termos reais, propondo-se um aumento de 3% em 1988 e um crescimento acentuado ao ritmo de 6% a partir de 1989. Este esquema permite absorver os acréscimos de despesa decorrentes em relação ao Orçamento de 1986, devido aos projectos de investimento em curso ou programados. Para que isto seja possível teremos de garantir como pressupostos, que:

- O volume global dos salários dos professores do Ensino Básico nos anos lectivos seguintes até 1988/89 seja progressivamente reduzido ao nível de 1985, à custa do relativo aumento do número médio de alunos por professor, de 24 a 30 respectivamente, permitindo no entanto, e em simultâneo, o reforço da qualidade do ensino por um esforço acrescido de formação de professores e pela progressiva eliminação do sistema dos professores sem formação de base. A partir de 1990/91 deverá retomar-se uma política de expansão que permita, no ano 2000, o acesso às seis classes de todas as crianças em idade escolar, iniciando-se assim a universalização do EB;

- O crescimento das despesas de funcionamento do EB seja contido ao ritmo de 2% ao ano;
- O número de alunos e de professores em serviço activo no ensino secundário seja reduzido à capacidade de absorção das instituições existentes em 1986/87, crescendo, depois, moderadamente em função das exigências, das disponibilidades financeiras do País e na base do SNEF;
- O crescimento da educação pré-escolar seja contido até 1990;
- Se aceite que as despesas de funcionamento, no âmbito da formação profissional, possam crescer a um ritmo da ordem de grandeza dos 10% ao ano, dada a forte prioridade atribuída pelo IV Congresso do PAIGC ao sector, sendo no entanto essencial melhorar a produtividade dos esquemas existentes, que ainda conduzem a custos elevados por educando;
- As despesas com a alfabetização dos adultos sejam incluídas nos projectos de desenvolvimento rural integrado;
- As despesas de funcionamento para a futura escola agrícola sejam, pelo menos parcialmente, suportadas pelo Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas;

2. Físicos

2.1 - Da análise e da constatação efectuadas ao parque de instalações, considera-se que o investimento a realizar na rede do Ensino Básico deve obedecer às seguintes prioridades:

- Recuperação e apetrechamento dos edifícios para substituição das barracas existentes;
- Manutenção e apetrechamento de todos os edifícios escolares em bom estado de conservação;

Estas acções devem ser levadas a cabo através do estabelecimento de contratos e programas com firmas de construção, devendo estes incluir igualmente a formação a nível regional de equipas de manutenção que, no futuro, conjuntamente com as populações locais, garantiriam a reparação sistemática dos edifícios.

Para assegurar a coordenação destas acções afigura-se no entanto imprescindível a reorganização e reestruturação do DECREE (Departamento de Construção e Reparação de Estabelecimentos de Ensino).

2.2 - A Racionalização da rede escolar deve ser estruturada de maneira sistematizada:

- Cruzando as informações existentes no GEP (gabinete de Estudos e Planificação), no DECREE (Departamento de Construção e Repara-

ção de Estabelecimentos de Ensino) e «Carta Escolar» sobre a situação do parque.

A nível do Ensino Básico (EB) é necessário, no entanto, prever uma pequena ampliação da rede para suportar o aumento previsível dos efectivos escolares até ao ano 2000.

Neste âmbito alguns projectos de construção e/ou reparação de infraestruturas escolares merecem ser citados:

- Projecto CEE/SNV nº. 5102 38 27 023
Construção de 5 escolas na Região de Gabú
- Projecto CEE/SNV nº. 5102 38 27 023
Reparação de 35 escolas na Região de Gabú
- Projecto FENU/PNUD/CECI
- Projecto CEE/SNV nº. 4 100 051 27 14 (2ª fase)
Construção de 3 escolas em S.Domingos, Ingoré e Farim
- Projecto BIRD
- Projecto FENU GBS/85/C02
Construção de 5 escolas no quadro do Projecto de Desenvolvimento Integrado das Ilhas Bijagós - PDIIB
- Projecto ASDI
Construção e reparação de escolas na região de Cacheu (PDRI-Zona I).

3. Institucionais

3.1 - Trata-se de definir as estruturas, competências e responsabilidades de orgãos centrais e descentralizados e de garantir a sua estabilidade; de desenvolver a capacidade de concepção, planificação, programação, execução e controlo dos mesmos orgãos e de tornar eficaz a utilização dos meios financeiros e humanos fundamentalmente.

3.2 - As acções a serem levadas a cabo serão:

a) A nível central (MECD)
- criar orgãos de planificação a nível central (macro-planificação), provincial, das Delegacias Regionais e Sectoriais (micro-planificação) e dotá-los de quadros especializado de acordo com o volume de trabalho;
- Reformar a Administração Escolar nomeadamente no plano administrativo, nos Departamentos de Administração e Pessoal e Finanças;
- Intensificar as acções de formação e superação de quadros da Educação em exercício;
- Perspectivar o recrutamento de jovens quadros com formação média ou superior, desenvolvendo um conjunto de acções de formação intensa e permanente quer nas áreas pedagógicas, quer no planeamen-

to, da gestão e da superação, avaliação e coordenação de projectos;
- Programar acções de apoio às estruturas provinciais, regionais e sectoriais.

b) A nível das estruturas provinciais
- Por micro-planificação entende-se a planificação que tem lugar quer a nível de Província, quer a nível de Região e/ou Sector, cujo o objectivo consiste em estimular e orientar as acções dos orgãos descentralizados e formar um suporte à macro-planificação, com indicadores e hipóteses mais específicos. Para esse efeito deve criar-se uma equipa que teria as seguintes funções:
- Programar acções de apoio às Delegacias Regionais;
- Elaborar programas provinciais de acção na base das necessidades das Regiões;
- Apoiar as Regiões nas suas tarefas de micro-planificação;
- Coordenar as acções das Regiões com as do MECD.

c) A nível das estruturas regionais
Criar uma equipa de planificação que integraria um especialista na área e os órgãos do Poder Local. Esta equipa teria as seguintes funções:
- Elaborar programas regionais de acção na base das necessidades dos Sectores e em função dos recursos disponíveis;
- Apoiar os sectores nas suas tarefas de micro-planificação.

d) A nível das estruturas sectoriais
- Nomear um ou mais inspectores do Ensino Básico, conforme o volume de trabalho, que, além da supervisão directa do professor, serão responsáveis pela aplicação do programa descentralizado de aperfeiçoamento do pessoal;
- Institucionalizar uma micro-planificação em cada Sector e formular os programas de acção com vista a satisfazer as necessidades das tabancas e das aldeias;
- Constituir juntamente com os orgãos locais, uma equipa de avaliação do funcionamento e do rendimento escolar que, depois da identificação e da análise dos factores da baixa de rendimento escolar, será capaz de propôr medidas correctivas apropriadas.

A componente Reforma Administrativa dentro do projecto BIRD irá propôr soluções alternativas.

4. Humanos

1 - A estratégia de racionalização dos meios humanos no ensino compreende a formulação e implementação de uma política de valoriza-

ção dos recursos docentes consoante, a médio prazo, com a política orçamental do MECD. Essa política inclui as seguintes componentes:

- Aumento de produtividade do sistema através do incremento da relação média alunos/professor do EBE (30:1 a partir de 1987/88, tomada no início do ano lectivo);
- Qualificação dos técnicos do EB na elaboração de programas e manuais escolares a partir de 1987/88;
- Manutenção da actual relação 13:1 no EBC até 1992/93, ano em que a relação poderá passar para 15:1, por se tratar da geração que introduz o regima de fases no EBE e que encontra um EBC reestruturado pedagogicamente, o que permitirá uma maior racionalidade na afectação docente;
- Conservação da relação média 15:1 no Ensino Secundário.

2 - A racionalização dos efectivos docentes passa, no âmbito do EBE, que é responsável pela esmagadora maioria dos professores, pela introdução de certas medidas de gestão de que se salientam a computarização do sistema de classificação e colocação, a contratação plurianual e a multigraduação. A distribuição dos professores deve tender para uma maior equidade inter-regional, buscando também ajustar docentes e discentes no que respeita às características reais das localidades. A multigraduação é uma forma de assimilar, em termos pedagógicos, a realidade vivida na aula, nomeadamente quanto ao progresso de alfabetização gradual dos alunos; ela será naturalmente introduzida com a adopção do regime de fases, ao invés do sistema actual de professores por classe.

3 - A nível dos serviços administrativos é necessário prever a superação e formação dos quadros que possam assegurar um funcionamento eficiente e compatível com as linhas de orientação do sector da educação.

4 - Reforçar o GEP e o DECREE em meios humanos e de forma a poderem conjuntamente coordenar a acção de racionalização da rede escolar.

5. Cooperação externa

1 - Dada a importância de que se reveste para o nosso País as acções de cooperação com o exterior, torna-se necessário definir uma estratégia de racionalização dos meios financeiros e humanos, que são canalizados por esta via para o sector da Educação, de forma a evi-

tarem-se distorções resultantes do desfasamento entre objectivos dos projectos de cooperação e as prioridades definidas pelo Partido para o sector. De uma forma sucinta utilizar-se-ão os seguintes critérios na apreciação das propostas de cooperação:

- Coincidência de objectivos com as prioridades definidas para o sector;
- Grau de articulação e complementaridade com projectos de outros sectores;
- Utilização dos ATS mais qualificados em acções de formação e formadores;
- Melhoria dos quadros nacionais/cooperantes estrangeiros, através de uma melhor programação das acções de formação de forma a permitir a utilização dos quadros nacionais nestas acções;
- Impacto aos níveis nacional e regional;
- Análise custo-eficácia.

2 - Ainda no âmbito das acções de cooperação com o exterior, merece realce a questão da orientação de bolsas conseguidas para o prosseguimento de estudos dos níveis médios e superior.

Embora seja claro que o tipo de curso frequentado pelos nossos estudantes nos diferentes países depende quase inteiramente da oferta proporcionada por esses mesmos países, torna-se necessário que se proceda a um esforço no sentido de serem postos à disposição dos estudantes, cursos devidamente adaptados ao grau, às necessidades e perspectivas de desenvolvimento do País nos diversos sectores de actividade, e adaptados à nossa política de formação de quadros. Para isso será necessário:

- Tentar, em certos sectores, inverter a relação entre cursos superiores e cursos médios, uma vez que a manutenção da relação existente irá provocar (ou acentuar) a inversão da pirâmide no topo da estrutura do emprego.
- Estabelecer um programa, por nível e especialidade, de bolsas previstas para satisfazer as necessidades em formação no estrangeiro, por etapas do desenvolvimento sócio-económico e submetê-lo aos Países amigos e às fontes de ajuda, ao invés da prática actualmente observada que consiste em aproveitar todas as bolsas oferecidas, correspondendo elas ou não às necessidades do progresso.
- Seleccionar e orientar os candidatos de forma mais adequada.

ACTIVIDADES DO INEP

Publicados integralmente no «Relatório Anual de Actividades», os capítulos «Actividades do INEP» constantes em cada número da Revista SORONDA, são um *survol* que permite «estar em dia» com as principais actividades levadas a cabo pelos Centros de Estudos e demais departamentos que compõem o Instituto de Estudos e Pesquisa.

I - Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC)

a) Assistência na área de formação

Tal como vinha acontecendo nos anos anteriores, o CEHC continuou a prestar apoio na área de formação às instituições interessadas. Assim, no quadro de formação de pessoal, o investigador Mamadú Djau proferiu uma conferência sobre a História da Guiné-Bissau no Centro de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona I, conferência que se destinava aos extensionistas da mesma zona.

b) Actividades Académicas

Não obstante o número de conferências, palestras e outras actividades afins ter diminuído, realizaram-se as seguintes actividades:

1) Conferência sobre os aspectos sócio-económicos dos Mandingas da Gâmbia, Senegal e Guiné-Bissau, conferência proferida por Henrik Overballe e Mette Backgard, ambos da Universidade de Aarhus (Dinamarca) e investigadores associados do Centro.

2) Palestra sobre «o papel dos jovens na esfera social», patrocinada pelo Secretariado da JAAC no Sector Autónomo de Bissau para a área do Ensino e destinada aos militantes da JAAC que trabalham nesta área.

c) Campanha de Recolha de Testemunhos Orais da Luta de Libertação Nacional

Esta campanha foi uma vez mais o centro de atenção deste colectivo de investigadores. Há a salientar uma sensível melhoria na metodologia de recolha por parte dos animadores, consequência da centralização das actividades nas sedes regionais e maior constância de visitas efectuadas pelos investigadores do CEHC às regiões, o que permitiu eliminar elementos improdutivos e exercer um controle mais eficaz nas regiões.

Feito um balanço minucioso da recolha de dados constatou-se que os resultados são satisfatórios. Os melhores inquiridores foram os das regiões do Gabú e Bafatá. Revelaram grande interesse na sua auto-superação e na dinamização dos trabalhos de recolha, tendo contribuído com o significativo nº de 63 cassetes de 90 minutos (cerca de 95 horas) de um total de 150 cassetes gravadas (equivalente a 225 horas).

Salientamos a importância do material recolhido, não só pela diversidade temática sobre a Luta de Libertação Nacional, como também pela abordagem de outros temas nas diferentes regiões do país. Outra vertente do valor destes dados está na diversidade de informantes entrevistados, pertencentes às diferentes camadas sociais do país.

d) Pesquisa

- Batalha de Como e sua repercussão na luta de libertação nacional, de Arassi Taveira, investigadora do CEHC;
- Estudo sobre a situação etnodemográfica dos Mancanhas de Bula e de Có, de Mamadú Djau, investigador do CECH;
- Gender in Bijagós masquerades, de Carry Lifton, investigadora associada do CEHC, de nacionalidade norte-americana;
- Tempo, Espaço, Pessoa e Identidade Nacional, de Wilson Trajano Filho, investigador associado do CEHC, de nacionalidade brasileira;
- The meaning of socio-economic, cultural and historical aspects in the creation of identity among the Mandings, de Mette Backgarde e Henrik Overballe, investigadores associados, de nacionalidade dinamarquesa.

e) Arquivos Históricos

Num breve balanço do trabalho realizado destacamos as seguintes actividades levadas a cabo por este departamento do INEP:

1. Inventário, recolha e tratamento dos fundos coloniais de arquivos.

Até ao momento foram recolhidos e tratados os fundos do Sector Autónomo de Bissau, da Região de Bolama/Bijagós e da região de Cacheu.

Devido ao pouco espaço de que os Arquivos do INEP dispõem, estudou-se novas possibilidades de conservação dos arquivos coloniais nos locais em que foram produzidos ou conservados até à presente data, dotando-os de condições mínimas de conservação.

2. Instrumentos de Pesquisa

Após o tratamento físico da documentação (limpeza, triagem, eliminação) procedeu-se ao tratamento intelectual dos fundos e à elaboração dos documentos de acesso correspondentes, ou seja, da «chave» de acesso a este fundo: o catálogo sumário, que descreve um a um os artigos do fundo.

3. Legislação

O acesso à documentação colonial através do instrumento de pesquisa, está directamente ligado à legislação que rege o sector de comunicação dos documentos ao público.

Os A.H. elaboraram em 1987 um ante-projecto de decreto-lei, que posteriormente foi reformulado e precisado ao longo de 13 artigos que ditam os termos em que doravante se processará a comunicação ao público dos arquivos da administração colonial e as sanções legais aplicáveis a actos que incorram no desaparecimento físico (destruição ou exportação) desses documentos, colocando-os ao abrigo das Leis do Património Cultural.

II - Centro de Estudos Sócio-Económicos

a) Informação

O Boletim de Informação Sócio-Económico (BISE) saiu com regularidade e publicou artigos diversos relacionados com várias áreas de investigação e também relacionados com participações em palestras e conferências.

b) Inventário à documentação Sócio-Económica dos Ministérios

Fez-se a selecção dos livros não existentes na Biblioteca Pública do INEP que fazem parte do inventário Sócio-Económico e com o apoio do CETA procedeu-se à microfilmagem destes documentos.

c) Actividades de Formação

- O CESE participou na formação de doze inquiridores que deverão participar nas pesquisas de terreno a desenrolar no sul do país, para os projectos DHAS/FAO/KUWAIT e DHAS/FIDA/BAD.

- Para a realização do inquérito sócio-económico sobre a região de Biombo, no quadro do projecto INEP/PNUD, o CESE formou vinte inquiridores.

d) Pesquisa.

- Aproveitamento das terras de mangal para a orizicultura nas regiões de Quínara e Tombali, no quadro do Projecto FAO/KUWAIT.
- Impacto da construção de barragens nas ilhas de Como/Caiar, no quadro do projecto financiado pela FIDA/BAD e realizado pela DHAS/ /MDRP.
- O papel da mulher na economia nacional, no quadro do Projecto UNESCO/INEP.
- Estudo Sócio-Económico de Biombo, com o apoio financeiro do PNUD, como base de dados para o lançamento do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Região de Biombo do PNUD/ Espanha/ /Itália.
- Contribuição para o conhecimento da situação sócio-económica da mulher na Guiné-Bissau, no quadro de um projecto da UNICEF intitulado «Análise da situação sócio-económica da Guiné-Bissau e mais particularmente da mulher e da criança».
- O Direito da Água nas diferentes étnias, estudo recomendado pela Direcção-Geral dos Recursos Hídricos.
- Inquérito demográfico e sanitário integrado no projecto População--Saúde-Nutrição, financiado pelo Banco Mundial.

III - Centro de Estudos de Tecnologia Apropriada (CETA)

a) Informação

O Centro tem dedicado especial atenção à publicação dos seu Boletim de Informação Científica e Técnica (BICT), editado trimestralmente e que se ocupa exclusivamente das ciências técnicas e tecnológicas em geral.

b) Projectos de Investigação

- Investigação no domínio da chamada «Tecnologia Rural».
- Criação de um Centro Nacional de Informática.
- Inventário dos diversos equipamentos e infraestruturas das empresas de pesca industrial e artesanal, de José Bebinta, investigador do CETA.
- Identificação das causas e irradicação das principais doenças infecto--contagiosas do gado, na região de Oio, dirigido pelo médico veterinário Henrique Mendes.

IV - Biblioteca Pública (BP)

Criada há cerca de um ano, a BP dispõe actualmente de um acervo de 45.000 livros, sendo 25% relativamente novos e 75% anteriores a 1979.

Com o objectivo de permitir um trabalho dinâmico e rentável, foram criados grupos de trabalho, a saber:

- Grupo de catalogação e classificação de monografias.
- Grupo de tratamento dos documentos das Nações Unidas.
- Grupo de indexação dos documentos relativos à Guiné-Bissau.

Está em curso a catalogação analítica dos assuntos relativos à Guiné-Bissau que aparecem em revistas.

Das actividades desenvolvidas pela BP salientam-se: a edição do «Nubedadi», Boletim de Novidades da BP, o intercâmbio de publicações do INEP com países como Portugal, França, EUA, Suíça, Inglaterra, etc, bem como com instituições congéneres e a elaboração da lei de Depósito Legal entre outras.

V - Serviço de Publicações

Este é o mais recente departamento do INEP e conta neste momento com cinco séries editadas regularmente:

- A colecção de monografias KACU MARTEL
- SORONDA, evista de estudos Guinenses (semestral)
- BISE, Boletim de Informação Sócio-Económico (trimestral)
- BICT, Boletim de Informação Científica e Técnica (trimestral)
- Nubedadi, Boletim de Novidades da Biblioteca Pública (trimestral)

Ainda da responsabilidade deste departamento há a mencionar o Relatório Anual, síntese das actividades levadas a cabo no Instituto, a Ordem de Serviço, publicação interna que divulga mês a mês todas as grandes decisões do INEP, os Serviços de Assinatura, Comercialização e Publicidade.

VI - Relações do INEP com o exterior

a) Participação em acontecimentos internacionais

- Raúl Mendes Fernandes: Encontro Regional sobre o Estudo Perspectivo «O SAHEL». Bobo-Dioulaso - Burkina-Faso, Julho 1988.
- Carlos Lopes: Mesa Redonda da Guiné-Bissau com os seus parceiros económicos (PNUD). Genebra - Suíça, Julho 1988.

ACTIVIDADES DO INEP

- Carlos Cardoso: Universidade de Dakar. Dakar - Senegal, Julho/Setembro 1988.

- Carlos Rui Ribeiro: Ensino Antropologia no Instituto Superior Pedagógico de Maputo. Maputo - Moçambique, Julho/Setembro 1988.

- Amândio Nelson Fernandes: XI Congresso Internacional dos Arquivos (CIA). Paris - França, Agosto 1988.

- Abdulai Silá: I Reunião do Comité Ad-Hoc da Academia de Ciências do Terceiro Mundo. Triste - Itália, Setembro/Outubro 1988.

- Mário Santos e Raúl Mendes Fernandes: I Colóquio Internacional sobre População e Sociedade no Mundo de Expressão Portuguesa. Recife - Brasil, Outubro 1988.

- Arassi Taveira, Carlos Lopes e Carlos Cardoso: Reunião Internacional de História de África. Lisboa - Portugal, Outubro 1988.

b) Missões recebidas

- Comissão técnica de cooperação criada no quadro da VIII Cimeira de Chefes de Estado dos «Cinco», em Junho de 1988.

- Delegação de Cabo Verde na VIII Cimeira de Chefes de Estado dos «Cinco», chefiada pelo Sr. Aguinaldo Lisboa Ramos, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, e que integrava a Srª. Arcília Barreto, conselheira do Presidente da República, e a Srª Cristina Fortes, assessora do Ministro dos Negócios Estrangeiros, em Junho de 1988.

- Srª. Fátima Dias, Directora do Gabinete de Estudos Pedagógicos e membro da delegação de São Tomé e Príncipe na VIII Cimeira dos «Cinco», em Junho de 1988.

- Sr. Edmund Lares, Consultor do PNUD/ONU, em Junho de 1988.

- Sr. Harod Mosqueira, Chefe de Investigação do Centro Wilfredo Lam em Havana, em Julho de 1988.

- Sr. Massamba Lame, Director do Museu de Etnografia do IFAN, Cheikh Anta Diop, em Julho de 1988.

- Sr. Uande Ardouin, Director do West African Museum Project, em Julho de 1988.

- Secretário da Embaixada da União Soviética em Bissau, em Julho de 1988.

- Sr. Benjamim Pinto Bull, Professor de Português e Literatura Portuguesa em Julho de 1988.

- Sr. António Refega, Vice-Presidente do IICT, em Setembro de 1988.

- Jean-Pierre Gontard, Chefe do Departamento de Estudos e Projectos do IUED de Genebra, em Outubro de 1988.

OS FILHOS DA REVOLUÇÃO

O filme de Flora Gomes

Ana Maria DELGADO (*)

A primeira longa-metragem guineense dirigida por Flora Gomes é linear, compreensível e reune qualidades de inegável valor estético. A acção passa-se em 1973, durante o último período da luta de libertação nacional contra o colonialismo português.

Congratulamo-nos com a exibição do filme MORTU NEGA, primeira longa-metragem guineense dirigida por Flora Gomes, o qual criou uma obra cinematográfica estruturada com visão optimista, positiva e conseguida com um grau de coerência, acessível a qualquer tipo de espectador que se reconheça como parte do sujeito colectivo, que representa a protagonista principal (Diminga). Além do mais, esta recolhe e expressa a vitalidade e potencialidade da mulher guineense, que começou a assumir o seu papel no jogo social e económico da sua sociedade.

O carácter do filme, linear, reúne qualidades cinematográficas com valor estético. Entendemos como «valor estético» o mesmo que Lucien Goldman, ou seja, a tensão superada entre a multiplicidade de imagens, a sua riqueza e sensibilidade e a unidade de expressão alcançada pelo conjunto da obra. É nesta perspectiva que toda a obra fílmica aparece

(*) Socióloga, investigadora do INEP.

tanto mais válida quanto mais forte e, ao mesmo tempo, mais eficazmente é superada a tensão que propõe. Neste caso não interessa apenas a unidade que corresponde na realidade a um feito histórico e cujo fundamento se encontra no comportamento do grupo envolvido: o povo guineense perante a sua primeira conjuntura de definição da sua vida política, que passou pela dura prova de uma grande e sangrenta guerra de mais de 10 anos. A película apresenta um conjunto de comportamentos significativos, baseados em feitos ocorridos na história da Guiné-Bissau.

O filme é compreensível, se por compreensível entendermos a exposição de sequências as mais precisas possíveis do argumento e que, como em todo o processo visual e mental, se vê favorecido pelo interesse que nele põe o expectador.

Mas Gomes explica-nos ainda a sua ideia. A explicação que é a inserção no argumento da realidade histórica no seu carácter de elemento constitutivo da estrutura global da sociedade guineense. O realizador não explora este aspecto de forma detalhada mas apenas na medida em que esta exploração é necessária para tornar inteligível o tema que nos conta.

Neste caso, o marco situa-se em 1973, com a reprodução do último período da luta de libertação nacional contra o sistema colonial português. Esta guerra não só polverizou uma situação social caduca, mas também colocou a questão do facto nacional de Quem Somos?

Que queremos ser? para a articulação multiétnica do país, mantida unida pela visão e orientação de Amílcar CABRAL.

Filosóficamente Gomes nos diz também que a vida é pragmática, que a vida dá e tira os filhos da revolução, mas que a vida continua vigente na esperança e nas acções do povo. Diz-nos igualmente que a força do povo está em não esquecer estes seus filhos que assumiram o compromisso de vida e morte com o povo nos momentos críticos da conjuntura.

Diminga consegue fazer a crítica precisa do compromisso social guineense e, além disso, lança o desafio de estímulo para a continuação do trabalho cinematográfico de Flora, o Realizador.

Mas, passemos ao conteúdo da película. O argumento narra as peripécias de um pelotão de combatentes que regressa da frente à sua base de operações. No pelotão marcham também mulheres e crianças. Pensamos que são sobretudo elas as protagonistas, são elas o espírito e a força do filme, são elas que marcam os momentos de clímax, são elas que propiciam a subida dramática do guião. As frases chaves do diálogo foram colocadas na boca de Diminga e da mulher grande.

A mulher assume o seu papel de igualdade perante o homem, esquecendo o antecedente de subordinação tradicional feminina. Emocionante

é a reacção de valor, coragem e segurança do caminho a seguir, no momento decisivo da morte de Cabral, a mulher sabe que o único caminho possível é continuar até ao fim da guerra e sabe que tem de continuar a luta quotidiana após ela. Mas é com a notícia da morte de Cabral que o país enfrenta o choque da incerteza. São os filhos da revolução que perdem momentaneamente a bússola perante o dilema do que fazer. No entanto o desalento não vence a Diminga; sabe que não luta apenas por Cabral e ao lado de Cabral, mas que luta por um ideal mais alto: por fim à presença colonial no espaço nacional. Cabral foi o inspirador, o criador, o organizador, o líder, que aglutinou a vontade geral num momento histórico, abrindo o caminho da luta, mas terminado o seu tempo, já morto, tem que se continuar lutando.

São nestas cenas que Flora Gomes marca o laço de união do passado com o futuro e fica lançado o desafio de continuar na luta por outros ideais e outros compromissos tão válidos como a guerra: o primeiro deles será a cristalização de nova identidade nacional que não esquece as raízes étnicas próprias de multiplicidade étnica, mas que as questiona, as melhora e as incrementa na dialéctica comum da unidade territorial. O segundo compromisso será a busca do próprio projecto nacional que deve comprometer cada um dos herdeiros da revolução.

Mas, Diminga representa também o crescimento pessoal da mulher comprometida com a sua época, que viveu participando activamente na guerra e que conheceu juntamente com a experiência da perda dos filhos, outro tipo de experiência, a de uma nova forma de organização - a da guerra - que prevcisa de eficácia, de estratégia, de paixão e de vontade para alcançar os objectivos traçados. este conhecimento transportá-lo-á, depois quando regressa a casa, à sua própria tabanca. É neste momento que ela assume o seu papel político, papel que deve assumir com força a mulher guineense no futuro; Diminga assume esse papel político com timidez e sem consciência maior, que será posto em prática no momento de fazer realidade os seus sonhos.

O sonho mais importante, que marcará o clímax definitivo do filme, é o momento de chamada de todas as etnias, a participarem na catarsis colectiva que deve esconjurar os maus sonhos, mas também os maus tempos de desesperança (o tempo da seca dos campos). Esta catarsis cumprirá a sua obrigação por via dupla. A reunião de todas as etnias, que vêm de todos os pontos do país, serve para confrontar as diferenças e similitudes, mas servirá sobretudo para fundi-las numa única grande entidade. Esconjurado o sonho do fogo que tudo queima, Flora apela ao aspecto simbólico do fogo vivificador, regenerador; esconjura o passado, a incerteza, fac-

to que permitiria ao povo assumir o futuro com maior consciência participativa. A herança de Cabralk é um compromisso de fogo, esperança e luta para o desenvolvimento do povo guineense. Neste sentido o realizador assume o compromisso com Cabral e o transmite ao povo a partir das imagens visuais da sua película.

A capacidade de assumir o futuro com maior consciência participativa seria no filme o primeiro momento político do povo e o segundo momen-to político do filme. O primeiro momento será nas cenas em que o companheiro de Diminga assume conscientemente o seu compromisso pes-soal de comntinuar no caminho da luta assim que toma conhecimento da morte de Cabral; compromisso assumidocom todo o peso e a responsabi-lidade política do militar perante o povo, no difícil momento da indecisão.

A festa de todas as etnias e de todas as categorias etárias marcadas na expressão de alegria, de viver, de dançar, é outro ponto culminante que reflecte a vitalidade de um povo, que uma vez passada a experiência electrizante da guerra, está em condições de ser muito autocrítico perante a sua realidade, não apenas na realidade fílmica, mas na realidade quotidiana, a partir de cada um dos postos e hierarquias existentes, com plena consciência de serem filhos dessa revolução que não terminou com a guerra, mas que continua na guerra da necessidade de enfrentar os problemas ligados ao melhoramento de todas as estruturas que sustentam a vida nacional guineense.

Flora Gomes conseguiu interessar-nos no seu primeiro trabalho. Cremos que deve continuar estimulando as ideias de uma nação jovem como é a Guiné-Bissau nos seus trabalhos futuros; trabalhos que devem ser não apenas obras artísticas mas também obras de reflexão do fazer nacional e cultural, reflexão que, certamente, irá aperfeiçoar-se nos seus futuros trabalhos.

Em todo o caso, o sociólogo narra o que viu, evitando transpor as imagens o menos possível através das suas experiências, para não chocar com a unidade da obra, que neste caso é uma reprodução da realidade vivida por um povo, a guerra, experiência que pessoalmente acreditamos ser e será sempre terrível, trágica, traumática, mas quw pode servir também para actuar como o motor principal que propicie a mudança de um tipo de sociedade para outro.

Finalmente, pensamos que um filme é uma obra artística que pode agradar ou não num primeiro momento. Mas se além disso nso leva a reflectir, terá conseguido o objectivo de saber «agarrar» o expectador. MORTU NEGÁ conseguiu-o. Flora tem ideias, sabe como deve fazê-lo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

CEHC

Recolher e inventariar os documentos históricos
dispersos por instituições nacionais e estrangeiras

Organizar a recolha dos testemunhos orais
da Luta de Libertação Nacional

Coordenar as actividades de pesquisa no domínio
da História. Antropologia, Etnografia e Sociologia

CESE

Assistir o Governo na pesquisa macroeconómica, estudos sectoriais e
investigação sócio-económica

Pôr à disposição de todos, documentação
sócio-económica especializada sobre o país

Colaborar com outras entidades na elaboração
de estudos, pareceres e análises

CETA

Recolher a documentação de ordem tecnológica
relevante para o país

Colaborar com os Ministérios para incentivar
e assistir às iniciativas de investigação tecnológica

Promover o intercâmbio e a integração
nas redes internacionais de informação tecnológica

BP

Coligir e inventaria livros e documentos
tornando-os acessíveis ao público em geral
e particularmente aos estudantes

Promover o interesse pela leitura como primeiro passo no caminho do
estudo e da pesquisa

FICHA TÉCNICA

Direcção: Carlos Cardoso, Abdulai Silá,
Raúl Fernandes, Rui Ribeiro, Carlos Lopes

Conselho Consultivo: Ana Maria Gentili (Itália),
Okwudiba N'Noli (Nigéria), Armando Entralgo (Cuba),
Lars Rudebeck (Suécia), Luis Moita (Portugal),
Manuel dos Santos (Guiné-Bissau),
Manuel Rambout Barcelos (Guiné-Bissau),
Mário Murteira (Portugal), Vasco Cabral (Guiné-Bissau)

Conselho de Redacção: Augusto Paulo, Carlos Schwarz,
Filomena Miranda, Lígio Monteiro, Nelson Fernandes,
e Fernando Delfim da Silva

Concepção Gráfica: Nelson Fernandes

Preço: 3 500,00 PG
Portugal: 750$00
Assinaturas (4 números): US$ 30.00

Locais de venda: Casa da Cultura e INEP (Bissau)
Instituto Cabo Verdiano do Livro (Cabo Verde)

Estrangeiro: Pedidos ao INEP
Complexo Escolar 14 de Novembro
C.P. nº112 - Bissau
Guiné-Bissau

SORONDA, revista semestral do INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

A edição deste número foi financiada pela SAREC (**Swedish Agency for Research Co-operation with Developing Countries**)